

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ELZA DE FÁTIMA GABALDI

**LÉXICO E IDENTIDADE: as expressões idiomáticas do
povo brasileiro**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ELZA DE FÁTIMA GABALDI

**LÉXICO E IDENTIDADE: as expressões idiomáticas do
povo brasileiro**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação
da Prof^a. Doutora Jeni Silva Turazza.

SÃO PAULO

2012

BANCA EXAMINADORA

Autorizo, para fins exclusivamente acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Ass _____

02 de maio de 2012.

Aos meus filhos, Daniel e Gabriel, pelo reconhecimento à minha profissão. Aos meus pais, a quem honro pelo esforço com o qual mantiveram seis filhos na escola pública, permitindo-lhes condições de galgar êxito na sociedade letrada. À minha família e todos os amigos pelo incentivo a busca de novos conhecimentos, a todos os professores e professoras que muito contribuíram para a minha formação.

GABALDI, Elza de Fátima. **LEXICO E IDENTIDADE:** as expressões idiomáticas do povo brasileiro. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

RESUMO

Esta Dissertação – situada na interface entre estudos desenvolvidos na área da Lexicologia com a linha de pesquisa *História e Descrição da Língua Portuguesa*, do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – tematiza o vocabulário geral dessa mesma língua para nela focalizar as denominadas expressões idiomáticas. O tema tem sido objeto de diferentes e variadas pesquisas, todas elas se oferecem aos pesquisadores como contribuições significativas referentes à compreensão de orientações que possibilitam verificar como elas funcionam, no campo da tradução, naquele referente à produção de dicionários bilíngues, bem para o ensino da língua portuguesa para falantes estrangeiros e, ainda, como elas se explicam como produtos de construções metafóricas. Assim, o objetivo geral foi o de estender esses processos de compreensão para situá-las como elementos léxico-gramaticais do vocabulário da língua portuguesa, pontuando ter sido essa mesma língua idiomatizada por contatos entre povos de matizes culturais diferenciados entre si, no fluxo da construção de histórias semelhantes que, inscritas nas diferenças desses matizes culturais, respondem pela construção dos idiomas. Essa compreensão se voltou para questões em que no/pelo léxico, é possível reconhecer a identidade cultural de um povo. Esse objetivo de caráter geral foi desdobrado por três objetivos específicos, qualificados como possíveis de serem mensurados, por resultados obtidos de análises. Tratou-se no Capítulo I de questões sobre variações e variedades de usos da língua portuguesa, orientadas por um ponto de vista histórico, para diferenciar língua histórica - normas sócio-histórico-culturais de regras - de língua sistema, situando o idioma pela arquitetura referente à formação do marco da cultura brasileira. No segundo Capítulo, buscou-se diferenciar, por procedimentos de revisão, orientados pressupostos referentes à lexicultura, a distinção entre tipos de lexias compostas, cujas formas vocabulares são idênticas, quanto à língua sistema, mas os conteúdos dos seus significados vocabulares diferem, quanto aos usos por brasileiros e portugueses ibéricos e só se explicam por uma perspectiva sócio-cultural-histórica. Atribuiu-se relevo às estratégias referentes aos processos como elas são idiomatizadas pelos brasileiros. No terceiro Capítulo - compreender os processos de cristalizações por meio dos quais essas lexias são denominadas, os resultados apontaram que as cristalizações resultam de coerções morfológicas e não dos processos de composição de seus significados; razão pela qual elas são continuamente ressemantizadas como recursos textuais-discursivos, por meio de práticas de linguagem, de modo a facultar a ressemantização do velho pelo novo.

Palavras-chave: expressões idiomáticas, léxico, vocabulário, contexto sócio-histórico-cultural

GABALDI, Elza de Fátima. **LEXICO E IDENTIDADE**: as expressões idiomáticas do povo brasileiro. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

ABSTRACT

This Dissertation - located at the interface between studies conducted in the field of lexicology focused on the research of History and Description of the Portuguese Language Program at Postgraduate Studies at the Catholic University of Sao Paulo - thematizes the general vocabulary of the language itself, focusing on its own so-called idioms expressions.

The topic has been subjected to different and varied research, which provided significant contributions to the researchers in how understand the functionality of the research in the field of translation, production of bilingual dictionaries, and for teaching Portuguese for foreign speakers, and also how they are explained as a product of metaphorical constructions.

Thus, the overall goal was to extend understanding of these processes to situate them as lexical-grammatical elements from Portuguese language vocabulary, which has been pointing out that idiomatized language by contacts between people from different cultural environments, the flowing of construction of similar stories that entered the cultural nuances of these differences, contributes for the language construction.

This understanding has turned to issues in which / through the lexicon it is possible to recognize the cultural identity of a people. This goal of a general nature was developed based on three specific objectives, qualified as possible to be measured by results of analyzes.

In the Chapter I, we mentioned issues about variations and varieties of the Portuguese language uses, guided by a historical point of view, to differentiate historical language - standards socio-historical-cultural rules - language system, placing the language regarding the architecture March to the formation of Brazilian culture.

In the second chapter, we sought to differentiate, for review procedures, assumptions regarding lexicultura oriented, the distinction between types of composite lexias whose lexical forms are identical as regards the language system, but the contents of their lexical meanings differ as to use by Brazilian and Portuguese Iberian and can only be explained by a socio-cultural-historical.

We gave it emphasis on strategies regarding the procedures as they are idiomatizadas by Brazilians. In the third chapter - to understand the crystallization processes by which these lexias are called, the results indicated that the crystallization result of morphological constraints and not the processes of composition of their meanings, which is why they are continuously ressemantizadas-discursive and textual resources through language practices so as to give the old with the new resemantization.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido o dom da vida e força para superar dificuldades.

À minha querida mãe, Maria Salvati, (*in memorian*) sinônimo de amor e doçura.

Ao meu pai, Antônio Gabaldi, (*in memorian*) sinônimo de força e persistência.

Aos meus irmãos Riciere e Wilson por terem acreditado em mim.

Às minhas irmãs Edna, Ivanir, Ivete e Mila pela amizade, carinho, apoio e confiança.

Aos meus filhos gêmeos, Daniel e Gabriel, por aceitarem minha prolongada busca, mesmo sem entendê-la.

Aos meus alunos mexicanos que me propiciaram, numa convivência harmoniosa e rica, aprofundar meus conhecimentos em minha própria língua e nas Expressões Idiomáticas.

À Professora Doutora Doroti Maroldi Guimarães pelas valiosas sugestões.

À professora Doutora Regina Célia Pagliuchi da Silveira pelas imprescindíveis e valiosas observações.

Á Augusta, amiga de todas as horas.

Em especial à minha orientadora Professora Doutora Jeni Silva Turazza, pelo esforço e dedicação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
------------------------	-----------

CAPÍTULO I: LÍNGUA E IDIOMA - Fundamentos para o Estudo das Identidades

1.1 Preliminares.....	21
1.2 A Língua Histórica: convergência entre civilização e cultura.....	24
1.2.1 A propagação e a interpretação de novos matizes culturais.....	26
1.2.2 A Língua: um produto institucionalizado pela civilização.....	30
1.3 O Português: uma língua histórica e seus idiomas.....	35
1.3.1 O idioma brasileiro pelos matizes da língua vernácula.....	38
1.3.2 O idioma português brasileiro pelos matizes da língua oficial.....	43
1.4 O Idioma Brasileiro entre o Passado e o Presente	48
1.4.1 O idioma, a Nação e o Estado: entre os pactos e os contratos.....	50
1.4.2 O idioma brasileiro e suas locuções idiomáticas.....	53
1.5 Algumas Considerações	56

CAPÍTULO II - REVISÃO TEÓRICA: UMA PERSPECTIVA LEXICAL – AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

2.1 Preliminares.....	61
2.2 O Léxico e a Memória: a organização de conhecimentos de mundo	63
2.2.1 A organização dos conhecimentos lexicais como ato de fala.....	67
2.2.2 O ato definicional: a construção do esquema prototípico.....	68
2.2.3 Os processos de condensação e expansão das significações.....	70
2.3 As Formas Vocabulares Expandidas: O Signo, o Vocábulo e a Palavra.....	72
2.3.1 As palavras e suas formas vocabulares expandidas.....	77
2.3.1.1 Os processos de formação de vocábulos derivados.....	78
2.3.1.2 Os processos de formação de vocábulos compostos.....	81
2.4 A Interpretação dos Significados dos Vocábulos Expandidos: a palavra-frase.....	89
2.4.1 A interpretação de significados das palavras-enunciados	92
2.4.2 Os tipos e os modelos de interpretações dos significados das palavras-frases....	96
2.4.3 Os processos de Idiomatização das palavras-chaves.....	100
2.5 Algumas Considerações	104

CAPÍTULO III - AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DE UM TEXTO PELOS SEUS CONTEXTOS

3.1 Preliminares.....	110
3.2 O Texto “A roda do jacubalê”: produto de um discurso cristalizado.....	114
3.2.1 Os conhecimentos prévios pelos arquivos da memória semântica.....	118
3.2.1.1 Os modelos de organização de conhecimentos prévios globais.....	120
3.2.1.2 Os modelos de organização de conhecimentos prévios locais.....	123
3.3 Os Modelos da Composição Textual-Discursiva em A roda do jacubalê.....	128
3.3.1 A desconstrução-reconstrução da referência textual-discursiva.....	129
3.3.2 A desconstrução-reconstrução da discursividade-textual.....	140
3.4 Algumas Considerações.....	145

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156
APÊNDICES.....	160
ANEXOS.....	163

“Boa prosa tem três estágios: o musical, em que é composta; o arquitetônico, em que é construída; e o têxtil, em que é tramada.” Walter Benjamin (1892-1940)

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação tem por objeto de estudo o léxico do idioma português brasileiro como objeto de investigação e – vinculada à linha de pesquisa *História e Descrição da Língua Portuguesa*, do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, numa interface com estudos da lexicologia, tematiza o vocabulário geral dessa mesma língua para nela recortar as denominadas expressões idiomáticas.

O léxico, estudado desde a antiguidade clássica como objeto da filologia – estudo da língua documentada escrita – instituiu a palavra isolada, ou inserida na frase, como seu objeto de observação, análise e descrição e desses estudos resultou a produção de dicionários e de gramáticas, a princípio das línguas greco-romanas e, posteriormente, das línguas vernáculas. Os dicionários, como hoje são concebidos, tiveram como matriz os glossários e, a princípio foram bilíngues, tornando-se monolíngues, no século XVIII, como documentos em que é descrito o vocabulário das línguas vernáculas. As gramáticas dessas mesmas línguas, ao contrário, datam do século XV e XVI e se ocupam em descrever a sintaxe da palavra e a da frase. A sintaxe da palavra, denominada lexicologia ou classe de palavras – por gramáticos cujas obras antecederam ao século XIX – passou a ser designada pelo termo “morfologia”, deslocado da área da biologia, para designar o estudo da estrutura e da formação das palavras de uma dada língua. Logo, o estudo da morfologia lexical resulta do tratamento dispensado ao léxico por um ponto de vista gramatical e nessas obras eles antecederam aos estudos dispensados à frase, compreendidos como conjunto de regras sintáticas: aquelas que possibilitam ordenar as palavras entre si, de modo a formar frases, ou unidades que expressam um pensamento, um juízo de valor, ou de comunicação. (CUNHA, 2010 e BECHARA, 2004).

O vocabulário, estudado por um ponto de vista lexical, no espaço dos dicionários, tem como objeto de observação, análise e descrição, os conteúdos semânticos dessas formas vocabulares às quais se designam “significados”: sentidos institucionalizados pelo uso, por meio de definições e ordenadas sob a forma de predicções, por lexicógrafos. Neles o vocabulário é registrado pela ordem alfabética

e, a cada entrada de uma dessas formas vocabulares, sejam elas simples ou compostas, elas são identificadas pelas classes de palavras descritas pelos gramáticos, às quais se seguem as definições que fazem remissões a seus respectivos significados e, dentre os vocábulos descritos, situam-se as expressões idiomáticas.

Em síntese, dicionários e gramáticas são obras construídas na complementariedade entre uma e outra; pois se o gramático tem o léxico como sistema de referência para elaborar suas gramáticas, o lexicógrafo precisa fazer referências aos conhecimentos gramaticais, para descrever o vocabulário da língua descrita pelo gramático. Tratam-se, portanto, de duas obras de consultas necessárias para a aprendizagem de uma língua escrita por seus falantes nativos, embora esses entendam que a gramática é conteúdo dos programas de ensino e apenas o dicionário é objeto de consulta; já para o estrangeiro que busca aprender uma segunda língua, a sua preocupação primeira é a aquisição de um dos seus dicionários.

Neles, a inserção e a descrição das expressões idiomáticas são orientadas por dois critérios que têm por referência a “cabeça do verbete”, morfologicamente constituída por processos de composição:

- se esta for um substantivo composto, como “caixa-prego”, por exemplo, ou derivado com “leva-e-traz” – processo de deriva por meio da nominalização da terceira pessoa do singular desses dois verbos – a segunda tem a sua entrada precedida pela do verbo levar; a primeira situa-se entre vários outros compostos que têm o verbete “caixa” como cabeça dos compostos e ambas são antecedidas da informação “**Bras.**(*leirismo*)””, ou seja, próprias do povo brasileiro;

- se a cabeça do verbete for um nome – como “abacaxi” e a sua forma vocabular for empregada em campos discursivos distintos, como é o caso do discurso de especificidades, onde ela funciona como termo do campo da botânica e como designação de uso comum em discursos do cotidiano, tem-se a sua remissão a duas palavras: “fruto” e “situação difícil, complicada, trabalhosa, embrulhada”, identificadas também como *brasileirismo* e “**Gír.**(*ia*)””. Como *gíria*, empregada por brasileiros dos Estados de **Per.** (*nanbuco*) e de **Al.**(*agoas*), a ela é predicada a designação atribuída a “*dançador pesado e desajeitado*”, e, por fim, tem-se o registro da expressão composta “descascar o abacaxi”, identificada como **Bras. Gir.**

parafraseada como “*Resolver uma situação difícil, complicada para sair de uma embrulhada*”, definida como “*dificuldade , complicação*”.

■ se a cabeça do verbete for o verbo, à semelhança da anterior, as expressões idiomáticas se seguem às suas respectivas definições, como paráfrases, ou sinônimas do significado de sua predicação genérica, ou de alguma(s) específica (s) – em se tratando do verbo “morrer”, por exemplo, definido como “*1. Perder a vida; falecer, finar-se, expirar*”, segue-se a ela um total aproximado de 44 expressões, identificadas como brasileirismos e gírias, formadas por frases verbais, em que a cabeça dessas construções compostas têm o verbo morrer comutado por: bater, colocar, defuntar, ir, etc., cuja ordem alfabética serve de critério para seus respectivos registros, seguidas de tais expressões.

Esses estudos, desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa “Investigações Lexicais do Português Brasileiro” (GPILBP)¹ - liderado pela Dr^a. Jeni Silva Turazza e do qual participo como aluno- orientando da pesquisadora do referido Programa – possibilitaram que, excluídos dos critérios gerais de entradas dos verbetes por critério alfabético, seguidas de informações gramaticais e de definições sinonímicas, as denominadas “expressões idiomáticas” não se tipificam pelo princípio de regularidade, sequer quanto às entradas dos verbetes em ordem alfabética.

Observa-se que, em se tratando de “descascar o abacaxi”, embora a cabeça do verbete seja o verbo “descascar” a expressão permanece no corpo descrito do verbete “abacaxi”, pela relação significativa de sinonímia que mantém com o uso significativo da palavra abacaxi nas práticas discursivas do cotidiano. Em se tratando do exemplário das definições – seja no dicionário de Aurélio ou de Houaiss – tais exemplos sempre usados por esses dois lexicógrafos, a título de abonação e, a semelhança de outros vocábulos simples, esses ora se acham presentes, ora não. Contudo, eles se referem a fragmentos textuais recortados da produção de escritores de prestígio, como Álvares de Azevedo em “*morrer de saudades*”, cujo exemplo é “*Minha mãe de saudades morreria/ Se eu morresse amanhã*”. Assim, à semelhança dos exemplos citados pelos nossos gramáticos, aqueles do padrão literário, a preferência dos lexicógrafos também recai sobre a denominada “norma culta”.

¹ Não cadastrado no CNPQ

A ausência de critérios unívocos sejam eles propostos pelos lexicólogos, seja pelos lexicógrafos para o tratamento do vocabulário da língua portuguesa, idiomatizados pelo povo brasileiro, bem como a sua identificação como gíria, é uma questão bastante complexa, visto que os usuários de muitas delas, em tendo sido propagadas para além de suas regiões de origem e institucionalizadas, não mais as reconhecem como gírias. Um dos casos significativos é “abacaxi”, confrontado com “pepino”, por exemplo, qualificados como “gírias”, cujas expressões idiomáticas implicam o uso da frase “descascar o abacaxi ou pepino”, quando os usuários comutam entre si essas lexias simples como complementos do verbo “descascar” para fazer remissão a “resolver problemas”. A compreensão do processo de comutação para os falantes nativos do português brasileiro exige dos pesquisadores a consciência de conhecimentos referentes aos seguintes fatos:

- “abacaxi” e “pepino” são frutos – o primeiro é nativo e se qualifica como um tipo de bromélia própria das matas brasileiras; é uma planta que alcança, aproximadamente, um metro de altura e, a princípio produz apenas um fruto; contudo, com a ramificação de seu caule, outros frutos, além de mudas, são produzidas por vários anos. Esse fruto tem polpa amarelada ou esbranquiçada de sabor adocicado e variação de acidez, tem a sua casca e uma coroa ou pequenas folhas com espinhos que, na sua casca, têm a forma de estiletes, o que torna difícil descascá-lo. Já o pepino, fruto produzido por uma trepadeira, logo, distinto de uma bromélia, é originário de regiões montanhosas, cultivado desde a antiguidade no Continente Europeu e Asiático e consumido como salada, tem sabor e características próprias de outros vegetais que, por exemplo, não precisa ser cozido para ser consumido. Contudo, ele é qualificado como alimento cuja riqueza em nutrientes – vitaminas B1. B2. B3, B5 e B6, além de ácido fólico, cálcio, magnésio, fósforo, potássio e zinco - fazem dele um composto alimentar capaz de reduzir um conjunto de deficiências crônicas do organismo humano de uma população que precisa se manter saudável, disposta, ativa.

Para tanto, é preciso saber como descascá-lo, pois sua casca fina deve ser retirada com faca afiada e de modo cuidadoso para que seu miolo seja mantido intacto e consumido em pedaços, temperados com quantidades adequadas de sal e azeite, visto ser ele indigesto se consumido em excesso, com pressa, deixando para o estômago o trabalho de bem triturá-lo. Assim, o “saber tirar a casca, tanto do

abacaxi quanto do pepino” é condição necessária para o consumo adequado desses dois frutos que, quando descascados de modo inadequado, são fontes de problemas.

Projetados e transferidos esses significados para o campo das relações sociais eles são identificados como problemas que, criados por aqueles que não têm habilidades, grau necessário de sociabilidade, habilidade para conviverem uns com os outros, devido ao baixo grau de socialização, de instrução, são denominados como “pessoas grosseiras” ou “indigestas”, de difícil convívio. Nesse contexto, em que o abacaxi favorece a digestão, mas não o pepino, situa-se o problema a ser resolvido na esfera social, inerente ao mundo da vida ou do trabalho, representado como “modo pelo qual esses frutos são descascados”, ou seja, resolvidos. Embora, um deles seja nativo, o outro não o é, mas ambos estão incorporados à cultura alimentar do brasileiro; razão pela qual, o brasileiro tem habilidade para descascar, ora um, ora o outro como parassinônimos e não como sinônimos perfeitos.

Observa-se que essas expressões não cancelam os significados a elas atribuídos, quando empregadas como gírias: “*dançador pesado e desajeitado*”, pessoas que não têm flexibilidade para a dança, por isso desprovidas de habilidades para o exercício dos passos cadenciados que possibilitam acompanhar os ritmos de músicas. Logo, pela transferência para a esfera das relações sociais de outros campos de significações, denominam a impossibilidade daqueles que não dançam as músicas do ritmo da vida: são pesados, desengonçados. Qualificadas como gírias, ao serem reinterpretadas como expressões idiomáticas são revestidas das significações socioculturais, acima registradas e pertencentes a toda a população brasileira que ultrapassa os limites de usos de um grupo.

Essa dificuldade para se traçar os limites entre usos de formas vocabulares classificadas como gírias e como expressões idiomáticas – ambas como produtos de processos de metaforizarão – é extensiva ao trabalho dos lexicógrafos, conforme se buscou pontuar nesta Introdução. Nessa acepção, Aurélio (1975: 1^a ed.;14^a impressão; in: Prefácio: item 5) afirma para os usuários do seu dicionário que fará uso dos mesmos critérios empregados pela Real Academia Espanhola para registrar os verbetes da língua portuguesa brasileira e, entre eles, aqueles referentes às expressões idiomáticas. Observa que tais critérios são os mesmos propostos por

Antenor Nascentes e, quanto a eles, diferencia-se do dicionário de Houaiss. Esse lexicógrafo, por sua vez, informa a seus consulentes que fará uso dos estudos científicos desenvolvidos no campo da Fraseologia para construir critérios que visem à classificação das expressões idiomáticas, para o vocabulário por ele descrito (2004. 1ª reimpressão, in Prefácio: item Subcampo das Locuções e da Fraseologia). Contudo, os critérios acima pontuados não diferem daqueles empregados por Aurélio, o que revela a dificuldade para o tratamento dessas expressões, quando seus estudiosos se deslocam para uma abordagem semântica das mesmas.

Segundo Turazza (2005), tal dificuldade é inerente ao fato de as questões lexicais não serem dissociadas daquelas de caráter sócio-cultural-histórico, visto ser esse o sistema de referências daqueles que se propõem a tomá-lo como objeto de estudos. A esse sistema está associado aquele que faz remissões a conhecimentos sócio-cognitivo-interativos e ambos são inconclusos; razão por que não se pode pretender ter sobre eles metodologias que, como é o caso dos fatos gramaticais, possam ser capazes de controlá-los, classificá-los de forma que as categorias de análises tenham grau de estabilidade satisfatório.

Nesse sentido, pontua essa mesma autora que, desde o nosso nascimento, aprendemos a fazer uso das palavras para nos expressarmos, a colocá-las entre nós e os outros com quem interagimos e, no início dessa aprendizagem de nossa língua materna, nos comunicamos a princípio por palavras isoladas com os membros do grupo familiar em que nos inserimos. Gradativamente e à medida que nosso grau de socialização vai sendo ampliado, aprendemos a nos comunicar por frases, repetindo fragmentos de discursos que ouvimos daqueles com quem interagimos, em situações de comunicação, mediadas pelo uso da língua oral e, por fim, pelo uso da escrita. Assim, as palavras e frases que faziam referência a textos orais, agora se tornam recurso expressivos para o exercício de nossas atividades de fala e para a construção dos registros textuais em língua escrita. (TURAZZA & CORRÊA, 2008.)

Nesse contexto, segundo Dubois (1971: apud TURAZZA, 2005), os estudiosos das questões lexicais, por um lado, necessariamente, tomam os discursos – compreendidos como produtos de práticas discursivas, ou de linguagem – como lugar em que as palavras podem ser focalizadas como vocábulos, ou seja, onde

essas unidades da língua estão situadas e ressemantizadas por modelos sócio-cultural-históricos, inerentes a diferentes e variadas situações. E, em função da frequência de uso, seus sentidos são topicalizados como aqueles que foram institucionalizados pelo uso – razão pela qual são descritos pelos lexicógrafos.

Assim, para descrevê-los esses pesquisadores precisam se reportar, por um lado, explícita ou implicitamente, a teorias capazes de lhes oferecer diretrizes metodológicas para suas análises. Tais teorias são aquelas produzidas no campo da antropologia ou etnolinguística, da sociolinguística, da psicolinguística, etc., visto que os elementos por ele levantados contribuem para a construção de definições referentes a conhecimentos, à cultura e a civilizações, à História das diferentes e variadas disciplinas do campo jurídico, da botânica, da flora, da fauna, etc. (TURAZZA, 2005: 73). Logo, a Lexicologia é uma ciência inter-multidisciplinar.

Outra questão bastante complexa com que se deparam os lexicólogos refere-se, por outro lado, às categorias por meio das quais os significados são organizados semanticamente e expressos por meio de recursos linguísticos, visto que essas categorias respondem pela própria organização dos fatos de linguagem. Ao aprendermos uma língua, não a aprendemos de modo dissociado dessas categorias, pois são elas que organizam e ordenam nossos conhecimentos de mundo: aqueles que construímos e reconstruímos continuamente, desde o nascimento até à morte. Assim, mesmo que inconscientemente, todos sabemos que uma fruta é para comer; um fruto para plantar; que formiga, certas lagartas, ou mesmo animais como cobras e lagartos não são classificados como alimentos pelos brasileiros, mas são iguarias para povos, cuja classificação alimentar difere da nossa. Desse modo, “engolimos cobras e lagartos”, no sentido institucionalizado de “desaforos, agressões”, que as situações ou a norma de cortesia nos impedem e mostram-nos que é melhor calar e ouvi-los a respondê-los. Por conseguinte, as categorias de língua são organizadas pelos matizes daquelas que ordenam os conhecimentos sócio-cultural-histórico. Esse processo de categorização é, como já dito, flexível e faz referência a modelos de organização de interações sócio-cognitivas inerentes a atividades de que resultam os atos de fala. Razão pela qual as categorias também são pragmáticas.

Nesse contexto de considerações teóricas, busca-se situar a questão problemática que este pesquisador identificou para investigar as expressões idiomáticas para além dos limites de questões referentes à classificação formal, ou morfológica das mesmas, sem o objetivo de classificá-las mesmo por categorias semânticas. Uma primeira foi orientada para as dificuldades de aprendizagem com que se deparam os aprendentes do português brasileiro, como língua estrangeira e nem sempre a facilidade encontrada por este pesquisador que, na posição de professor desses falantes, encontrava para orientar a compreensão das mesmas. Outra de se haver descoberto, como aluno pesquisador do GPIPb que, talvez, o processo de idiomatização do vocabulário da língua portuguesa não se reduza apenas às formas vocabulares compostas, denominadas frases nominais. Parece que esse processo ocorre em relação a formas vocabulares simples, compostas e àquelas denominadas provérbios, ditos, máximas, refrão e se explicam quanto ao uso como “expressões pragmáticas” e, ainda, como denominação por meio das quais se designa o tema dos textos e assegura a sua progressão semântica, indexadas a elas sentidos do modelo de contexto sócio-cultural-histórico.

O objetivo, portanto, está voltado para estender conhecimentos linguísticos e não linguísticos sobre o vocabulário da língua portuguesa idiomatizado pelos matizes culturais que possibilitam qualificar esse vocabulário como aquele que “é próprio desse povo” e por ele assegura sua identidade linguística e não linguística, dentre outros povos que falam essa mesma língua. Esses outros falantes são membros de outras comunidades, também organizadas em Estados, e que têm o português como língua nacional e/ou oficial, de sorte a se identificarem com o povo brasileiro, mas dele se diferenciam pela idiomatização, inclusive os ibéricos.

O objetivo geral será mensurado por três objetivos específicos, por meio dos quais se buscará orientar o desenvolvimento da pesquisa proposta, mensurada em três Capítulos, quais sejam:

- um primeiro Capítulo que tematiza a relação entre “Língua, Idioma e Identidade Sociocultural”, cujo objetivo incide sobre os processos de idiomatização, compreendidos como produto desses mesmos processos, mas institucionalizados pela frequência de usos, ou seja, cristalizados por registros em língua oficial brasileira. Para tanto, fez-se necessário comparar os produtos desses processos de

idiomatização entre usos da língua portuguesa por falantes do português ibérico e do português brasileiro, com vistas a compreender tais processos de idiomatização por matizes sócio-cultural-históricos, em territórios, hoje, distintos, de modo a compreender que a identidade só se explica pela similaridade inscrita em diferenças. Postularam-se como fundamentação teórica estudos sobre variação e variedade de usos da língua portuguesa, concebida como “língua histórica” que não se deixa reduzir à dimensão da “língua-sistema”. Nesse e por esse não reducionismo, pode-se pressupor a possibilidade de se conceber a idiomaticidade pelo marco da memória sócio-cultural-histórica de um povo capaz de se construir na e pela história de outros, deles se diferenciando tanto quanto o uso que fazem de uma mesma língua, na/pelas semelhanças que os identificam por sua formação cultural e territorial na construção de um outro Estado Nacional;

- um segundo Capítulo que tematiza a Revisão de Teorias Linguísticas propostas por lexicólogos e lexicógrafos para o tratamento dos processos de institucionalização ou cristalização dos significados das unidades léxico-gramaticais da língua portuguesa, de modo a melhor compreender a distinção entre expressões idiomáticas e fraseologismos. Por conseguinte e pelos resultados dessas pesquisas, busca-se diferenciar não só fraseologismos, mas também as lexias compostas como formas livres e presas, pontuando a diferença entre ambas em relação aos significados, implicados na própria construção de suas respectivas bases semânticas. Na condição de lexias presas, as expressões idiomáticas equivalem aos provérbios ou parêmiias; contudo as primeiras funcionam, à semelhança das lexias simples ou semilivres como constituintes de frases e não frases. Contudo, ambas impossibilitam usos em que seus elementos constitutivos, formais ou não formais, sejam decompostos; razão pela qual os lexicógrafos fazem uso de estratégias parafrásticas para registrá-las, mas jamais defini-las. Seus conteúdos fazem remissão ao saber enciclopédico da humanidade – provérbios, por exemplo – ou de um povo, ou nação: expressões idiomáticas.

- um terceiro Capítulo que tematiza os processos de “cristalizações-des cristalização” dos conteúdos institucionalizados, cujo objetivo é verificar se em situações de usos, quando os processos de ressemantização ocorrem, em que sentido se pode atribuir às expressões idiomáticas a qualificação de serem elas expressões cristalizadas.

A esses três Capítulos segue-se a “Conclusão da Pesquisa realizada, quando o objetivo geral será mensurado pelos objetivos específicos desses capítulos considerados quanto ao cumprimento de seus respectivos objetivos específicos, tendo por parâmetro esta Introdução.

CAPÍTULO I

LÍNGUA E IDIOMA - Fundamentos para o Estudo das Identidades

1.1 Preliminares

Neste Capítulo, o tratamento dispensado à identidade linguística do brasileiro está circunscrito a estudos referentes ao modelo de contexto sócio-histórico-cultural que orientou e orienta a formação do vocabulário geral da língua portuguesa falada pelo povo brasileiro, de forma a atribuir relevo às expressões idiomáticas: tema desta investigação. Essas expressões – usadas por todos os povos ao longo da história da civilização do oral e da escrita – transpuseram fronteiras entre os continentes da Terra, ou de mesmo território continental, integrando-se ao vocabulário de diferentes e variadas línguas faladas por esses povos, de diferentes lugares desse espaço. Os povos, afirmam os linguistas estruturalistas, inclusive Saussure – quando se ocupam com questões de linguagem de caráter analógico que não se explicam pelos princípios da lógica dos sistemas linguísticos – “sempre conheceram movimentos de vaivém. Acumulando-se ao longo do tempo, essas migrações, confundiram tudo e em muitos casos apagaram as recordações” das mudanças ou transformações linguísticas. (SAUSSURE, 2006).

As transformações, contudo, são impregnadas de resíduos de suas histórias que insistem em continuar significando, mesmo que esses significados tenham sido congelados pela força do longo tempo já vivido: aquele a que se referem os historiadores como “tempo cíclico” de que as estações do ano são os seus parâmetros de medida. Mas a cada centésimo ou milésimo de minuto de cada segundo o que nele foi gestado e “veio ao mundo” é modificado, transformado pelo poder da força das ações inerentes ao próprio movimento da vida que insiste em se autointerpretar para se ressignificar.

Essas ações reinterpretativas mantêm consigo, ao mesmo tempo, as forças desencadeadas pelo poder de conservação dessas mesmas ações, por um lado e, por outro, nesses movimentos reiterativos, essas ações renovadoras apontam para outros-novos sentidos pelos quais elas podem ser ressignificadas. Por conseguinte,

a duração no fluxo das ações do significar-ressignificar, situadas na concomitância dessas temporalidades, só se explica pela dialética de mudanças inscritas na continuidade da permanência dos fatos históricos, referentes a quaisquer realidades que, também, são concebidos como devir, possibilidades de “vir a ser” aquilo que ainda não é, mas poderá vir a ser: o futuro, ou os seus sentidos.

Nesse sentido, os significados são produtos de histórias vividas, institucionalizadas; os sentidos, daquelas projetadas como possibilidade de virem a ser, razão por que – em se tratando das questões de linguagem – os sentidos sempre são identificados na dinâmica do antes e do depois: do passado remoto e do futuro, ou seja, do que já significou e, hoje, não mais significa; contudo, poderá voltar a significar. O primeiro é a certeza; o segundo, a possibilidade (ROJAS, 2001). Essa possibilidade de resignificar ou voltar a significar em situações de usos, portanto, é própria dos processos de interpretação desses velhos significados de que emergem os sentidos vagos e fluídos como possibilidade de outras-novas significações, desde que eles sejam institucionalizados, afirma Turazza (2005).

No contexto desses processos, desencadeados por ações interpretativas de acontecimentos significativos que se referem a movimentos sócio-cultural-históricos, situamos as expressões idiomáticas, visando a compreendê-las como palavras-testemunha desses mesmos processos de significações, ao longo da pesquisa realizada. Logo, nesse tempo de registro de um primeiro capítulo referente às investigações sobre o tema proposto, o objetivo a que se propõe alcançar é o de ampliar o grau de compreensão desses movimentos de criação, recriação, propagação e aceitação dos usos das expressões idiomáticas.

Concebidas como “palavras-frases”, essas expressões são comuns a todos os povos, organizados por formações sócio-cultural-históricas de diferentes e variados lugares e tempos do espaço ocupado pelos humanos. Assim, os significados a elas atribuídos, embora sofram variações de sentidos, em relação aos usos que delas são feitos por esses humanos, usuários de línguas diferentes, mantêm grau de estabilidade da carga semântica que as qualifica, sem que muitas tenham sido diluídas e desaparecem com elementos da linguagem. Velhas pelo marco das tradições que configuram a nossa civilização; renovadas pela reinterpretação dessa mesma civilização pela dinamicidade da cultura, essas expressões são

compreendidas como “idiomáticas” por serem “próprias de um povo, uma nação”, mas não de uma dada língua.

Assim concebidas e consideradas, há necessidade de se compreender, para além dos limites de quaisquer definições, os diferentes e variados sentidos a que se referem os usos da denominação “expressões idiomáticas”: uma concepção referente a palavras-frase, que, em sendo universal, tem a sua significação reduzida para designar “o que é próprio de um povo”, não de uma população, ou qualquer agrupamento humano. Para tanto, duas dificuldades se fizeram presentes: a primeira está relacionada à seleção dos fundamentos teóricos pelos quais as línguas foram, ou são estudadas por um ponto de vista sócio-cultural-histórico, de modo a não se dissociar conhecimentos linguísticos de não linguísticos. A segunda dificuldade está relacionada a não dissociação entre as concepções de língua e idioma, focalizada pela relação de complementariedade que, ao mesmo tempo, as diferencia e as torna semelhantes. Logo, o que buscava era a identidade de significados que a elas “são próprios” dessas duas denominações, quando empregadas em situações de usos e têm os seus sentidos muitas vezes obliterados. Em síntese, a compreensão da denominação idioma foi tomada como ponto de partida para assegurar a de expressão idiomática.

Neste percurso da investigação, a polissemia do vocábulo língua de que resultam as palavras “língua materna, língua geral, língua vernácula, língua nacional, língua oficial, língua internacional”, dentre tantas outras, foi se fazendo objeto de significações a serem explicitadas, no contexto sócio-cultural-histórico, do ponto de vista teórico que se buscou construir e registrar, neste capítulo. Por conseguinte, esses foram estudos por meio dos quais se buscou fundamentar e, ao mesmo tempo, assegurar a distinção entre língua – no caso aquela falada pelos portugueses ibéricos, pelos brasileiros e outros povos africanos – e idioma, de sorte a compreender em que esses povos, de nações distintas, se assemelham e se diferenciam entre si. Essas diferenças, inscritas em suas semelhanças, deverão orientar o pesquisador quanto ao tratamento das expressões idiomáticas: palavras-frase universais, mas revestidas de significações locais.

1.2 A Língua Histórica: convergência entre civilização e cultura

Os teóricos, selecionados e citados ao longo dos registros deste Capítulo, são unânimes em afirmar que a identificação do idioma de uma dada língua é indissociável da compreensão do fato de as línguas serem produtos e produtoras da história dos próprios homens que dela fazem usos, além de serem por elas identificados. Outra afirmação relevante é a referência aos estudos científicos que – desenvolvidos entre o final do século XIX até a segunda metade do século XX – deles excluíram o homem, a sua história e cultura para que a língua pudesse ser investigada como objeto científico, pelo ponto de vista da lógica matemática. Logo, se o significado do mundo é o homem, conforme afirma Benveniste (1995), a linguística científica a-humana, a-histórica e acultural cria um vazio ao instituir a “língua sistema” como objeto de estudos: um código social, imanente que dele exclui as atividades da fala humana. Contudo, é a partir da década de 1960, aproximadamente, que esse modelo teórico da “língua sistema” ou “língua estrutura” passa a ser revisado para preencher o vazio teórico-metodológico que, ao excluir a fala de seus estudos, deles excluiu a linguagem humana e o espaço em que ela é observada como atividade sócio-interativa das práticas sociais.

Segundo Elia (1987), essa nova-outra posição teórico-metodológica não exclui aquela referente à dimensão estrutural das línguas humanas, apenas a situa na posição por ela ocupada como fato da linguagem, para repor os estudos linguísticos no mesmo espaço ocupado por outras disciplinas das denominadas ciências humanas. Entende esse autor que o deslocamento e a construção dessa outra metodologia – principalmente em se tratando das questões semânticas – devem ser compreendidos e estendidos para o campo da história, da sociedade e da cultura, inclusive aquelas da língua portuguesa usada por diferentes comunidades humanas, historicamente constituídas.

A construção desse novo ponto de vista, por uma perspectiva linguística, impossibilita dissociar as questões culturais daquelas que fazem remissão às práticas de linguagem; essas são indissociáveis das atividades da fala, visto que nada poderá existir em uma língua sem que tenha sido criado, empregado, ou usado nas atividades de fala entre os homens. Investigá-las para além ou para além dos lugares ocupados por essas práticas é ignorar a relação (indissociável e) necessária

pelas quais as línguas são construtoras e, ao mesmo tempo, construídas pela linguagem: renovam-se e são renovadas nos lugares do espaço social, ocupado (como lugares) pelos homens, em todos ou quaisquer tempos. Nos diferentes e variados lugares desse espaço social – em que elas se situam como testemunhas dos movimentos de reiteração-renovação, ou vice-versa, – as línguas passam a ser compreendidas como sistemas sócio-cultural-históricos que se explicam pelos parâmetros da civilização.

As línguas, compreendidas como produtos de processos civilizatórios da humanidade, são instituições históricas, que têm a cultura como fundamento da sua força renovadora que, desencadeada pelas ações da linguagem em situações de usos efetivos, fundamenta os processos de reinterpretação de seus significados históricos, ou socialmente institucionalizados: aqueles “cristalizados por esses usos”. As reinterpretações também têm os usos como lugar em que se observam as ressignificações dos velhos significados socialmente institucionalizados: aqueles em que eles são “descristalizados”, ressemantizados por seus usuários. Esse processo cristalizador-descristalizador dos significados socioculturais, produzidos e expressos pelos humanos, assegura os seus registros nas raízes que se estendem em várias direções, na profundidade do subsolo da história da civilização humana. Para os antropólogos, o cultivo das espécies – seja por meio de brotos de velhas raízes ou por meio das sementes de novos frutos – garante suas renovações, pois ambas carregam consigo a possibilidade dessa renovação. A planificação dessa possibilidade de renovação experienciada sempre tem por ponto de partida as velhas raízes da história da civilização e por ponto de chegada os resultados da força renovadora da cultura: aquela que descristaliza para novamente cristalizar essas mesmas forças, em outros tempos e lugares de um mesmo espaço.

Para Ribeiro (2007), a civilização é a história da própria dinâmica cultural, representada por rupturas de que se originam as formações sociais humanas. Para Elia (1987) ela é o modelo de redes flexíveis e interdependentes de interações verbais e não verbais entre os membros de uma comunidade que se regulam e se autorregulam, quanto aos modos de agir ou de proceder de seus membros. Esse processo de regulação ⇔ autorregulação implica a criação de padrões

comportamentais que vão sendo instituídos, adequando-se a situações possíveis de serem orientadas e/ou socialmente controladas.

As transformações dessas redes culturais são lentas e alternadas por contatos com outros homens, cujos matizes culturais e padrões divergem entre si; mas, quando esses matizes são incorporados, necessariamente, aqueles habituais são reinterpretados. Essa reinterpretação pode ser avaliada como retrocesso ou avanço de velhos padrões civilizatórios. Por conseguinte, se a cultura é ruptura de padrões habituais referentes a costumes, crenças, ideias, conceitos – ou seja, o modo de pensar e de agir, na esfera do mundo social – a civilização é a institucionalização desses padrões que facultam identificar aqueles que são propostos como “novos”, ou em mudanças. Segundo, Melo (1974: 24-25):

(...) cultura e civilização seriam como virilidade e decrepitude, verão, outono ou inverno. Em estado de cultura um povo mais produz do que consome, em estado de civilização, mais consome do que produz, cosmopoliza-se, desagrega-se e caminha para a morte (e não para a vida). (...) Ambas as palavras indicam estado social, caracterizado por um conjunto de ideais, ideias, usos, costumes, etc. Mas a civilização conota sempre o que foi institucionalizado pela cultura. (...) a cultura é a alma da civilização.

Nessas e por essas mudanças, situam-se as que são referentes às relações comportamentais humanas, às normas de condutas verbais e, necessariamente, aos modelos de formação sócio-histórico-cultural das sociedades, em que a cultura responde por essas transformações. A civilização – ao integrar novas interpretações de velhas concepções, ideias ou conceitos de padrões de comportamentos que orientam as relações inter-humanas – organiza-se em torno de interesses socialmente reconhecidos. Para esse mesmo autor, se a cultura é a alma, o alicerce da civilização, por sua vez, a civilização são as colunas que sustentam a edificação de uma sociedade; contudo, construídas com o material da cultura: saberes referentes a todos os campos de conhecimentos produzidos pelos próprios homens que vivem em comunidades, organizados em sociedade.

1.2.1 A propagação e a interpretação de novos matizes culturais

No campo dos estudos antropológicos, resultados de suas pesquisas situam a diferença entre descoberta e invenção como produto de um ato mental: o primeiro é um ato de conscientização decorrente da percepção da existência de “algo”, até

então imperceptível e, nesse sentido, as vitaminas e as manchas solares são produtos de descobertas. O segundo, decorrente da síntese de movimentos de análises de bens materiais ou não materiais, condições de vida e práticas preexistentes, de que resultam novas formas de ação ou de objeto material. Tem-se, assim, “novos padrões de ação trasladados sob a forma objetiva, concreta de objetos propriamente ditos, enquanto as invenções permanecem somente no campo de padrões de ações não materiais”, pontuam Hoebel e Foster (1984: 35-36). Para os autores, a cultura não se modifica por acréscimos de invenções, com alterações ou modificação de métodos antigos. Sua modificação decorre da aceitação de invenções criadas pelos membros da sua própria comunidade ou pela aceitação de novos métodos inventados em outras partes que, por meio da difusão de empréstimos de ideias e de comportamentos, são aceitos pelos membros de uma outra comunidade.

Os empréstimos, quando referentes à cultura material bem como os processos de caráter mecânico, são aceitos com maior grau de facilidade do que as ideias e os conceitos; contudo, é preciso considerar que os povos sempre fizeram empréstimos uns dos outros. Dentre vários exemplos desses empréstimos tem-se o das vestimentas em que se destaca a descoberta do búfalo como alimento e o uso de sua pele como artefato pelos índios estadunidenses. Assim, os Cheyennes não tinham quaisquer conhecimentos quanto aos modos de curtir as peles dos animais que abatiam; somente mais tarde, aprenderam com os Sioux a cortar a pele desse animal em duas partes e a costurá-las para novamente juntá-las numa parte única e usá-las como vestimenta. Muito tempo depois, eles aprenderam com os Kioas e os Comanches a curtir a pele do búfalo e a conhecer o uso de uma mistura que amaciava a pele endurecida de suas vestes. (HOEBEL e FOSTER, 1984: 39)

No caso da difusão e do empréstimo da cultura não material, essa se reveste de maior grau de complexidade, de sorte que a instalação de uma usina de aço em um país em desenvolvimento é muito mais fácil do que difundir entre seu povo novos conhecimentos científicos, outra(s) ideia(s) ou ideologia(s), bem como os processos de uma cultura democrática. Logo, mudanças do ponto de vista pelo qual o mundo dos conceitos, de ideias é interpretado, ou seja, mudanças decorrentes da propagação de bens não materiais são, normalmente, assimiladas no longo tempo.

A complexidade desse processo não se reduz ao fato de as pessoas expressarem “uma ideia de maneira figurada [...] para colocá-la em movimento no mundo”. Cada traço de difusão sempre se depara com a aceitabilidade na cultura importadora e, “se aceito é invariavelmente reformulado, quanto à forma, significado e função. Povo nenhum toma uma característica estranha sem de algum modo alterá-la”, depois de experienciada, vivenciada e significada. (HOEBEL e FOSTER, 1984: 42).

A percepção de mudanças de forma, significação ou função é bastante difícil de ser identificada, principalmente por civilizadores como missionários, médicos ou membros do Corpo da Paz, ainda hoje, quando o princípio dos processos de comunicação intercultural é orientado por um baixíssimo grau de compreensão e um altíssimo grau de interpretação. Nesse caso, em que a interpretação se faz pressuposição, o relato desses etnólogos situa-se no exemplo de um missionário que acreditou reconhecer o fato de que o rito cristão da comunhão – entre índios antropófagos, junto aos quais exercia seu trabalho de civilizador – poderia ser erroneamente interpretado como proibição da prática do canibalismo, decidiu, então, por omiti-lo de seus cultos. Assim, essa identificação entre diferenças de forma e de função, entre o ato da eucaristia e a comunhão e semelhança de significação com o canibalismo praticado pelos indígenas, fez com que o missionário eliminasse, deliberadamente, “muitos outros pontos potencialmente perigosos da metafísica cristã para um nativo”. Assim procedendo, o missionário, eliminou do culto cristão a única base para interpretar a nova crença em relação a sua antiga crença nativa e, apesar do esforço por ele despendido, os indígenas se mantiveram canibais. (HOEBEL e FOSTER, 1984: 44).

Em síntese, a difusão e a incorporação de novos matizes de outra cultura não impedem que um ou um complexo de traços semânticos (daquela que já é) habituais permaneçam, de forma discreta entre os membros de uma dada comunidade; contudo, a significação e suas funções serão necessariamente alteradas. Uma lâmpada elétrica, por exemplo, se reveste de significação diferente, quando usada no contexto sociocultural de uma comunidade nativa para cumprir outra função. Conforme imagem abaixo



retratando uma jovem da Nova Guiné que utiliza lâmpadas queimadas como objetos para complementar a vestimenta para um cerimonial: a forma das lâmpadas é inalterada, mas função e significação serão outras, porque revestidas dos sentidos desse outro contexto de uso, cujo cenário é de alegria, de beleza, de satisfação.

Nesse caso, a significação das lâmpadas não foi bloqueada, no fluxo do seu processo de difusão, de sorte que sua forma foi associada ao uso e a uma nova função, o que garantiu sua aceitação e não a rejeição do novo artefato. Por conseguinte, conceitos prévios facilitam ou bloqueiam a aceitação de empréstimos culturais; por exemplo, o uso de cabelos enrolados e presos com grampos encontrou forte resistência entre mulheres de tribos ao norte da Califórnia ou de suas descendentes. Acreditavam e acreditam que o estilo de penteado é causa da morte, na medida em que grampos e alfinetes representavam a armadura de vara de

guerreiros e os alfinetes de osso eram por eles usados para sacrificar inimigos (HOEBEL e FOSTER, 1984: 45).

Logo, as significações atribuídas pelos povos do mundo a artefatos, sociofatos e manufatos, produzidos por matizes culturais distintos dos seus, precisam ser reinterpretadas umas pelas outras para serem aceitas. A impossibilidade de reinterpretação desses novos matizes por modelos de redes socialmente instituídas é fator de rejeição. Nesse caso, reitera-se a permansividade das significações do que foi institucionalizado como cultura e se assegura o funcionamento dos mesmos hábitos ou padrões de comportamentos. A rejeição, portanto, assegura a permansividade do já conhecido como fato de civilização; a aceitação, ao contrário, dinamiza o modelo de formação sócio-histórico-cultural e resulta em outros modos de agir, ou estilo de vida.

1.2.2 A Língua: um produto institucionalizado pela civilização

Os dados etnolinguísticos, acima registrados, ressaltam que a unidade da cultura referente àquela de povos que vivem em comunidade é assegurada pela dos significados socialmente compartilhados. São eles que facultam atribuir sentidos ou novos significados aos fatos da civilização: conceitos, ideias, a princípio, estranhos, não familiares, mas sempre situados na intermitência do fluxo das interações, mediadas pelo uso da língua falada por um povo. Nessa acepção, a cultura se inscreve nos espaços das interações humanas como atividade intermitente e contínua e têm os sentidos de velhos significados como fundamento dos processos de compreensão e os sentidos como fundação de suas renovações.

Essa correlação entre linguagem e cultura é, portanto, um fato que possibilita compreender a correlação entre “língua e idioma”, pois o que é próprio de um povo não se reduz ao que efetivamente ele descobriu e inventou, mas ao que esse povo importou, ressignificou, depois de experienciar, aceitar e reinterpretar novos matizes culturais significativamente, pelo marco de suas tradições históricas. A língua histórica de uma civilização – concebida pela indissociabilidade de seus estudos semânticos, associados àqueles referentes às suas formas e funções – assegura a unidade de uma dada comunidade de seus usuários.

Hjelmslev (1971)² – dentre os estudiosos da língua que a conceberam como uma estrutura imanente, de modo a contribuir para que ela viesse a ocupar espaço entre os “estudos científicos”, à semelhança das chamadas “ciências exatas – propõe que, para tratar de questões referentes à semântica das línguas humanas, elas sejam concebidas como uma dentre outras instituições sociais. Para tanto, os estudos semânticos devem facultar pontos de contatos entre a “Linguística” da língua estrutura e os “outros ramos da Antropologia, Psicologia e/ou da Sociologia” – etnolinguística, sociolinguística, psicolinguística: disciplinas às quais se atribuíam a tarefa ou função de estudar as variedades ou variações da fala. Para explicitar essa proposta de investigações interdisciplinares, pelas quais os estudos sobre a língua romperiam os limites da unidisciplinaridade, a eles incorporando a dimensão semântica, observa:

(...) uma só e mesma “coisa” física pode receber descrições semânticas bem diferentes conforme a civilização considerada. Isso não vale apenas para termos de apreciação imediata, tais como “bom” e “mau”, “belo” e “feio”, nem para coisas criadas diretamente pela civilização, como “casa”, “cadeira”, “rei”, mas também para as coisas da natureza. Não somente “cavalo”, “cão”, “montanha”, “abeto”³, etc., serão definidos diferentemente numa sociedade que os conhece (e os reconhece) como indígenas e em outra para a qual permanecem como fenômenos estrangeiros. (...) O cão receberá uma definição semântica totalmente diferente entre os esquimós, onde é animal de tração, entre os persas, para quem ele é animal sagrado, em determinada sociedade hindu onde é rejeitado como pária e em nossas sociedades ocidentais nas quais é em geral o animal doméstico preparado para a caça e para a vigilância. Em todos esses casos a definição zoológica seria, do ponto de vista linguístico, nitidamente insuficiente. (118-119).

Essa posição assumida por esse linguista dinamarquês, ao situar a impossibilidade de os estudos semânticos, ao contrário daqueles de caráter formal, facultarem a compreensão da realidade em seu estado natural ou bruto, coloca para seus leitores questões com que os novos linguistas se deparam:

a) a realidade é uma construção fundada e fundamentada em conhecimentos; b) esses conhecimentos são representados em língua como formas de expressão do

² Publicação à qual o autor incorpora comunicação apresentada e discutida no VIII Congresso Internacional de Linguística, realizado em Oslo, no ano de 1957.

³ Abeto: árvore do gênero das *abies*, coníferas da América do Norte e da Europa. Algumas são cultivadas nas regiões temperadas do Brasil, especialmente pela madeira, usada em marcenaria e no fabrico de papel.

pensamento e, ao mesmo tempo, essas expressões são formas de pensar e de significar o mundo em língua;

c) esses modos de significar-ressignificar conhecimentos de mundos têm as interações humanas como lugar ocupado no espaço das comunicações e, por elas, o que é incomum torna-se comum.

O exemplo pelo qual Hjelmslev correlaciona de modo indissociável as relações entre língua instituição e civilização, ou seja, cultura institucionalizada, para o tratamento das significações, aponta: por um lado, a complexidade dos estudos interdisciplinares para o tratamento da língua como produto e processo psicofísico-sócio-histórico-cultural; por outro lado, os diferentes modos de signifazer um cão não se reduzem ao ponto de vista proposto pelos estudiosos da zoologia, ainda que, em todas as comunidades humanas citadas por Hjelmslev, essa definição construa para todos os seus membros uma representação comum.

A diversidade dessas representações só se explica pelos significados atribuídos “ao cão” em relação às diferentes funções sociais por ele exercidas, em comunidades em que essas funções possibilitam representá-lo pelo exercício do papel social de colaborador do homem, nas suas atividades do universo da vida⁴. Esses papéis são consuetudinários e respondem pela produção de modelos de ações institucionalizadas no longo tempo, assim o uso de animais de tração se inscreve nos significados da história do próprio homem; logo, a concepção de é:

a) animal de tração – aquele que exerce o papel de colaborador do homem para puxar, carregar, ou arrastar objeto(s): a.1) para os esquimós: cão = arrasta o trenó sobre a neve para transportar o homem e seus pertences; a.2) para os ocidentais: essa mesma função é exercida pelo cavalo, pelo burro e boi; contudo esses animais arrastam: a. 2.1) o arado sobre a terra, preparando-a para o plantio de alimentos – essa mesma função é desempenhada pelo boi, mas sempre em dupla, unidos por uma canga = junta; a. 2. 2) a carroça para transportar o carroceiro, um ou dois passageiros e cargas (móveis, entulhos, alimentos, latões de leite, etc.) e o carro de boi que, dependendo da quantidade da carga transportada, o número de junta pode equivaler a duas, três ou quatro juntas. Nesse caso, tem-se o transporte do carreiro

⁴ Universo da vida: compreendido como aquele que se refere à totalidade dos mundos signifeitos pelo homem: mundo do trabalho, da religião, da arte, da ciência , da técnica, etc.

e o da carga, mas não de passageiros. Ao carro de bois e à carroça, apenas o cavalo ou o burro arrasta a charrete que transporta apenas o charreteiro (o que conduz o animal) e um ou no máximo dois passageiros; logo, carroça e carro de boi são usados como transporte de carga; charrete, apenas transporte de passageiros, ou pessoas;

b) animal de montaria – aquele que exerce o papel de colaborador do homem para que ele possa percorrer pequenas, médias e longas distâncias, montado em cavalo, burro, camelo ou elefante; mas jamais montado sobre cães, nem mesmo entre os esquimós; logo, o cão não exerce esse papel social para quaisquer povos da terra.

Tem-se, assim, nas sociedades ocidentais, quanto ao mundo do trabalho:

b.1) cavalo e burro – montados sobre esses animais, o homem (peão) desloca o gado de um lugar para outro (de um pasto para outro, ou de uma fazenda outra), ou junta esses animais dispersos, conduzindo-os para um mesmo lugar (curral, por exemplo). Na travessia, o peão desloca-se entre a boiada ou a acompanha de um lado e outro, usando o cavalo para assegurar que os bois permaneçam na trilha do mesmo caminho. Nesse trabalho, conta com a colaboração de um cão, o cão campeiro⁵, que ajuda o peão nesse seu trabalho; logo cavalo e cão são colaboradores do peão; contudo, se o gado for formado por ovelhas, o cão exercerá o papel de guardião de pastor, pois o cavalo é excluído de qualquer função para esse trabalho;

b. 2) camelo e elefante: exercem a função social de animais de montaria e transporte de carga; o primeiro usado por habitantes de regiões de desertos – Chifre da África, Oriente Médio e Sul da Ásia – também é conhecido como “navio do deserto” por percorrer grandes distancias sem beber água; o segundo, por habitantes da Ásia como animal de locomoção e para o transporte de materiais de construção, de pedras e pesados troncos de árvores, além de serem treinados para caçar tigres. Nas sociedades ocidentais, inclusive na brasileira, “camelo” e “elefante” são animais exóticos, habitam os zoológicos onde vivem e são expostos para visitação pública; o “elefante” também participa de espetáculos circenses;

c) no mundo da alimentação:

⁵ Aquele treinado para a lida ou trabalho com o gado; normalmente na região sul e centro-oeste do Brasil.

c. 1) carne de cavalo – consumida na culinária italiana francesa, holandesa, belga, japonesa, russa, suíça e chinesa; no Brasil, está sendo introduzida discretamente; c. 2) a carne de cachorro é bastante consumida pelos coreanos e chineses; c. 3) os indígenas consomem a carne do macaco;

d) no mundo religioso – entre os egípcios eram animais sagrados e, por isso, mumificados;

e) no mundo da proteção – entre os romanos, era o guarda das suas residências.

Observa-se que os conhecimentos de mundo, embora ilimitados nas suas relações interculturais, são organizados ou categorizados, cognitivamente, de sorte a variarem de comunidade para comunidade, de sociedade para sociedade, de povo para povo, de uso para uso – O cão é um animal mamífero; um animal de tração (esquimós); um pastor; um guarda, o melhor amigo do homem; um companheiro de trabalho, etc. Essas categorias, ou os princípios de classificação desses conhecimentos, são culturais, por um lado e, por outro, respondem pela organização das atividades de fala humana, sob a forma de textos, socialmente construídos pelas interações humanas que situam esses mesmos textos no tempo histórico e no espaço da cultura. Na variação e variedade dessas práticas sócio-cultural-históricas, as categorias não são fixas, mas consensuais: elas organizam os conhecimentos de mundo e facultam falar sobre eles para compreender o que se fala, quando, como, porque, para que se fala e em qual tempo e lugar se deve falar. Enfim, adequar o uso desses conhecimentos a diferentes situações do contexto de uso de uma dada língua assegura graus de unidade entre os seus membros, pois nenhum ocidental interpretará a representação de cão como animal de tração, tanto quanto os esquimós construirão representações de conhecimentos sobre carroça e burro, por exemplo, pelo esquema de cão e trenó.

Esses procedimentos sobre os modos de significar resultam de orientações sobre os modos de proceder e de agir verbalmente, de conformidade com procedimentos ou comportamentos socialmente instituídos ou institucionalizados; razão pela qual as categorias também se revestem de funções normativas. Contudo, essas categorias não são fixas, mas a flexibilidade que as qualifica tem os seus limites pré-estabelecidos, seja pelos modelos de organização dos conhecimentos semânticos,

seja por aqueles que orientam as interações, ou usos pragmáticos dos recursos léxico-gramaticais. Logo, as categorias semânticas não excluem a dimensão ou a perspectiva pragmática referente a variações e variedade de usos da língua em situações de interações. Se fixas, elas impossibilitariam as adequações e, conseqüentemente, as reinterpretações dos significados a eles indexados os modos de dizer, bem como a identificação de posições assumidas pelos enunciadore, no espaço ocupado pelas interações.

1.3 O Português: uma Língua Histórica e seus Idiomas

É no espaço dos estudos dessa relação entre a língua histórica e a língua sistema que Coseriu (1980) propõe a indissociabilidade entre ambas, de modo a situar as investigações linguísticas por uma perspectiva pancrônica e, assim procedendo, poder assumir uma posição interdisciplinar para o tratamento das questões de linguagem. O uso do termo “pancrônico” tem por referência o esforço despendido para ultrapassar os limites estabelecidos entre a linguística da língua e aquela da fala que dissociavam os fatos linguísticos dos fatos sociais e, conseqüentemente, impossibilitavam concebê-los como produções sócio-cultural-históricas, em quaisquer temporalidades de quaisquer lugares do espaço social. Assim, o pressuposto de Coseriu é fundado na concepção de um tempo histórico em que o presente sempre se constrói na e pela intersecção do passado-futuro em que os acontecimentos não se dissociam dos fatos já vividos ou acontecidos e, tampouco, dos que irão, estão ou poderão acontecer. Situados nessas temporalidades de lugares entrelaçados, os produtos das atividades das falas humanas – focalizados pelo princípio da ressemantização, reinterpretação de velhos conhecimentos de mundos e, conseqüentemente, de hábitos, costumes, crenças, valores e ideias – não se deixam explicar pelo princípio da circularidade, ou da repetição.

Nesse sentido, a concepção de um sistema linguístico capaz de prever todas as possibilidades de usos de seus elementos constitutivos, mas deles excluía a força renovadora e intermitente dos movimentos de interpretação-reinterpretação, desencadeados pelas ações da linguagem, inscritas nas atividades de fala, faz-se inadequada e insuficiente. Por conseguinte, o propósito dessa outra-nova concepção para tratar dos estudos linguísticos visa à revisão das pesquisas sociolinguísticas,

cujo objetivo é “ultrapassar de maneira científica essas oposições”, focalizando-as por uma perspectiva em que se inscrevem os sentidos contrários e contraditórios atribuídos às práticas discursivas humanas. (ELIA, 1987: 39-40).

Situando-se no espaço dos diferentes lugares e tempos dessa pancronia para pontuar a variedade de usos de uma mesma língua histórica por povos distintos quanto a seus matizes sócio-cultural-históricos, esse teórico entende que as línguas: a) não podem ser concebidas apenas como produtos da civilização; b) tampouco não se pode negar que elas também se deixam descrever como estruturas imanentes: sistemas de elementos finitos que facultam compreender os modelos flexíveis pelos quais elas organizam de forma sistemática os conhecimentos de mundo, produzidos pelos humanos.

Essas proposições, consideradas por uma perspectiva que busca reinterpretar o conhecimento produzido pelos linguistas estruturalistas, de modo a conceber a língua histórica, na sua indissociabilidade com a língua sistema ideal, estudada em si e por si mesma, pontuam ser a primeira qualificada por uma pluralidade de normas: norma culta e/ou padrão, norma familiar, norma literária, norma popular, etc. O sistema – por sua vez, em sendo ideal e pelo fato de a sua existência ser assegurada pela virtualidade, cujas realizações ou usos têm os sujeitos ideais como possibilidades desses mesmos usos – não faculta estudos sobre variações.

Coseriu (1980) propõe que uma estrutura, focalizada em si e por si, não tem outra função senão a de descrever modelos de formas vazias de significação, a não ser quando elas são projetadas e construídas como ancoragem de projetos arquitetônicos que, planificados, têm funções sociais diferentes e variadas. Assim, essas funções se referem à diversidade de textos e/ou de discursos, de registros, de estilos, enfim, de matizes culturais ou repertórios sócio-históricos, pois: “Entre os termos “diferentes” do ponto de vista da estrutura da língua há oposição; entre os termos “diferentes” do ponto de vista da arquitetura da língua há *diversidade*.” (COSERIU, 1980: 120).

Nesse sentido, entendem Côrrea e Turazza (2008) ser a língua portuguesa, concebida como estrutura ideal, a língua comum dos portugueses ibéricos, dos brasileiros e dos africanos, já que todos eles têm os mesmos elementos constitutivos

de suas estruturas bem como suas regras combinatórias comuns a todos eles. Assim, as estruturas fonomorfológicas e sintáticas descritas pela gramática asseguram a submissão de suas regras combinatórias a um único e mesmo sistema, que tem por referência modelos de organização e ordenação da gramática da palavra e da frase, controlado por esse mesmo sistema. Mas, se a gramaticalidade das normas é comum a todos esses povos, ela não esgota a dimensão sócio-cultural-histórica dessa língua, visto que as suas variações se fazem extensivas a quaisquer regras gramaticais que visam a descrever as normas de usos da língua histórica.

A gramática descritiva ou científica da língua portuguesa, portanto, possibilita pressupor todas as variedades e variações de usos empregadas por todos os seus falantes ideais, estejam eles situados em quaisquer tempos ou lugares dos diferentes territórios por eles habitados na condição de membros de comunidades sócio-cultural-históricas diferenciadas. Trata-se de um modelo de gramática geral que, ao descrever as regras de uma norma – no caso a norma “cultura” ou “padrão”: aquela ensinada nas escolas para padronizar, sistematizar saberes sobre modos de falar para dizer algo a outrem – faz remissão a essa mesma norma, pois aqueles que a aprendem já dominam as regras dessa gramática, mesmo que por elas se expressem em outras normas, inclusive naquela denominada “baixo calão”.

A descrição da norma culta ou padrão, circunscrita à gramática normativa ou tradicional, ao fazer incidir a descrição das regras da língua sistema sobre essa norma, cujo objetivo, no campo do ensino-aprendizagem, é o uso dessas regras para organizar e ordenar textualmente saberes referentes aos modos de falar, de sorte a expressá-los, conforme expressam os escritores de prestígio. Nesse sentido, as regras da gramática normativa são sempre exemplificadas por fragmentos de textos que, produzidos por esses escritores, orientam o seu consulente sobre “o como elas devem ser usadas” para assegurar o sistema de referência sobre “esses modos de falar para dizer”, implicados em seus usos.

Trata-se, portanto, dos modos “do bem falar para o bem dizer” em que o “errado” se refere ao modelo de organização e ordenação de saberes que, considerados em relação aos modelos de situações de usos dessa norma escrita, rompem com os padrões previstos sobre os seus modos de falar. As rupturas dessa norma,

referente aos modos de agir e de proceder verbalmente, decorrem do fato de se prever que, em situações de comunicações sócio-cognitivo-interativas, moldadas e modalizadas pelo uso da escrita, a gramaticalidade de que o falante faz uso tem por referência a norma da civilização do oral. (LUFT, 2007)

Nesse sentido e por um lado, se a gramaticalidade das línguas históricas garante a sua submissão ao sistema, por outro lado, a sua vernaculidade – assegurada por usos sucessivos entre inúmeras gerações de usuários – sobrepõe ao sistema as suas normas históricas, variáveis no espaço do longo tempo, de modo a modificá-las, mas não de forma abrupta.

1.3.1 O idioma brasileiro pelos matizes da língua vernácula

A língua vernácula, ou vernáculo, origina-se do latim *vernaculus*, usada para se referir àquele que, na condição de escravo doméstico, aprendia a língua do seu dono e/ou senhor e, necessariamente, do seu país de origem; nesse caso, em que o país de origem dos colonos escravocratas era a língua portuguesa, o idioma dos colonos ibéricos. Essa era, portanto, a língua materna que os filhos dos africanos, trazidos da África para o Brasil, aprendiam dos lábios de suas mães ou de escravos adultos que serviam aos seus senhores ou senhoras na Casa Grande, ou mesmo nas plantações da cana-de-açúcar. Logo, a língua vernácula não é, necessariamente, uma língua nativa que, por sua vez, não é a língua materna de uma nação e tampouco a língua oficial de um Estado ou país (ELIA, 2000). Assim, as “línguas nativas” das diferentes nacionalidades indígenas existentes no Brasil Colônia eram várias, quando do tempo de sua descoberta e ainda hoje, segundo os etnólogos que as qualificam como “línguas de civilização”, pois há resíduos de tribos indígenas em nosso país que vivem em reservas, ou na floresta amazônica.

Nesse contexto de aprendizagem do vernáculo, é preciso ressaltar a não aprendizagem de línguas indígenas pelos africanos, ou vice-versa; contudo, têm-se registros da aprendizagem da língua tupi pelos ibéricos, em terras do Brasil. Teyssier (2001: 94-95) assim registra esse fato para os seus leitores: “Durante muito tempo o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicação. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições”; todavia, historiadores das

questões linguísticas ponderam ser preciso considerar alguns acontecimentos históricos relevantes:

a) a exploração do pau-brasil se torna conhecida e valorizada como bem comercial, em torno de 1511, de modo que a intensidade de sua exploração ocorre em 1515, por meio do uso mão de obra indígena que habitava a faixa litorânea, sob a forma de escambo. Paralela a essa atividade econômica, desde 1504, os colonizadores se ocupavam em organizar “entradas” na floresta, para explorá-la além da faixa litorânea que iam aprendendo a conhecer gradativamente, nela se aventurando. O propósito dessas entradas se voltava para a caça e o aprisionamento de indígenas para formar mão-de-obra escrava, associado à busca por riquezas minerais. Os custos dessas expedições eram bastante significativos, pois a atividade exigia grande quantidade de provisões: alimentos e armas transportados por animais de carga, ou pelos próprios exploradores. Esses custos quase sempre não implicavam lucros, pois grande parte dos colonos que partiam rumo aos sertões não retornava com vida a seus povoados, fosse pelas guerras travadas com as tribos indígenas do interior, por contraírem doenças desconhecidas, ou por picadas de insetos ou cobras venenosas. Dessas incursões têm-se as primeiras trilhas abertas e percorridas ao longo da floresta, de onde surgiram os primeiros núcleos esparsos e bastante distanciados uns dos outros de que se originariam a população de brasileiras. O número de colonos, também, era bastante insignificante para ocupar o território, mesmo na sua faixa litorânea, pois na época, o reino de Portugal era formado por um milhão de habitantes, aproximadamente e, sendo assim, não dispunha da quantidade necessária de homens para serem deslocados pelas empresas colonizadoras. O ouro só seria descoberto, em maior escala e quantidade desejada ou necessária, no final do século XVII, quando as entradas atingem as regiões de Minas Gerais e de Mato Grosso passam a ser denominadas “bandeiras”, sob o comando de um “bandeirante”, de origem paulista, e não de colonos esparsos. Assim, no século XVIII, com o ciclo da mineração – exploração de grande quantidade do ouro das Minas Gerais – as entradas e bandeiras deixam de ser politicamente significativas e entram em declínio (SOUZA, 2010);

b) o êxito dessas entradas, a princípio, não se fizera significativo para a implantação de uma política de exploração de algumas “braçadas de léguas” para além da costa

litorânea em direção ao interior e, mesmo posteriormente, quando se deu a implantação político-administrativa das novas terras, agora divididas em capitanias doadas a fidalgos que tinham, sobre cada uma delas, poder jurídico-administrativo para explorá-las e cultivá-las: um “governador geral”. Com esses governadores chegam não só alguns poucos novos colonos degredados, alguns aventureiros e missionários – Pe. Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, dentre outros – bem como as primeiras cabeças de gado para a criação e produção de alimentos, que dariam origem à “carne de sol”, consumida pela população da época e, ainda hoje, em grande escala pela população do nordeste brasileiro. A chegada dos primeiros donatários intensifica a escravidão dos africanos, a criação de engenhos e o cultivo da cana-de-açúcar em escala comercial, ficando a sua produtividade assegurada pelas capitanias da região nordeste, principalmente a de Pernambuco.

Ressalta-se, quanto à escravidão indígena, segundo Sousa (2010: 30)

O trabalho indígena já era utilizado na extração do pau-brasil e no princípio foram também utilizados nas lavouras de cana, mais ou menos benevolmente. Mas o arranjo não funcionou por muito tempo, por duas classes de motivos: os de natureza cultural e os de mercado. "Em primeiro lugar, a medida que afluíam mais colonos, e portanto as solicitações de trabalho, ia decrescendo o interesse dos índios pelos insignificantes objetos com que eram dantes pagos pelo serviço. Tornam-se aos poucos mais exigentes, e amargem de lucro do negócio ia diminuindo em proporção. Chegou-se a entregar-lhes armas, o que foi rigorosamente proibido, por motivos que se compreendem. Além disso, se o índio, por natureza nômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração de pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura. Aos poucos foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo." .

É ainda Gabriel Soares de Sousa quem informa sobre a prática do escravismo entre os indígenas brasileiros, considerando serem eles bravos ou mansos, culturalmente adeptos ou não do canibalismo. Os mansos

se não são maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem-acondicionados, e fáceis de crer em qualquer coisa. É gente de pouco trabalho, muito molar, não usam entre si lavoura, vivem de caça que matam e peixe que tomam nos rios, e das frutas silvestres que o mato dá; são grandes flecheiros e inimigos de carne humana. Não matam aos que cativam, mas aceitam-nos por seus escravos;

encontram com gente branca, não fazem nenhum dano, antes boa companhia (...).

É nesse contexto que antecede a chegada dos governadores gerais e donatários das capitanias hereditárias que as entradas intensificam a caça, o aprisionamento e a venda dos indígenas para a extração do pau-brasil e, posteriormente, para primeiros engenhos de produção do açúcar da Bahia e de Pernambuco. Contudo, as primeiras Bandeiras têm o povoado de São Vicente como origem, pois o solo da capitania paulista se revela inadequado para os produtores do açúcar, de modo que o rápido declínio da produção açucareira levaria à estagnação econômica e criaria a necessidade de os paulistas encontrarem outros meios para sobreviver. A alternativa foi organizar expedições desbravadoras, voltadas para a busca do ouro nos leitos dos rios da região, devendo-se considerar que, na época, o território das Minas Gerais pertencia à capitania paulista. Assim,

c) os cursos dos rios da capitania paulista favoreceram a exploração do interior dessa capitania, pois, nela, os jesuítas já contavam com indígenas aldeados em trabalho de catequização que, atacados pelas entradas e, posteriormente, pelas bandeiras, eram facilmente aprisionados. Essa prática levaria os jesuítas a se contraporem aos colonos ibéricos; pois, segundo pactos firmados entre a Coroa e a Igreja, os índios não eram objetos de compra e venda, apenas de aprisionamento. A ruptura desse pacto, defendida pelos missionários jesuítas, foi a razão de conflitos que levariam a população local a se mobilizar, em 1640, para expulsar os jesuítas dos domínios da capitania paulista. Dois outros fatos levariam a escravidão indígena a se estender até 1758: c.1) com a chegada dos escravos africanos, eles passaram a vender seus próprios escravos aos ibéricos; c.2) os índios aldeados terem se unido aos portugueses para expulsarem os franceses e os holandeses que haviam invadido a colônia portuguesa, sob a orientação e apoio dos jesuítas. Logo, os índios mansos se tornaram aliados dos portugueses e passaram a ser reconhecidos pela Coroa como necessários para fortalecer as defesas da colônia.

Nesse sentido, desde então, tornaram-se vassalos do Rei, pois os índios aldeados passam a fornecer estratégias de guerras e armas para ampliar as tropas do exército ibérico; e, segundo legislação indianista, informa Rocha (2009), “(...) o sustento e a defesa da colônia viriam a depender dos índios aldeados e aliados, pois

constituíam o grosso das tropas de guerra” e, acrescenta que até o século XVIII (p.12-14)

A Coroa portuguesa concedia vários benefícios e honrarias às lideranças indígenas suas aliadas, como a concessão de hábitos das ordens militares. Com o habito da ordem militar o índio adquiria o título de Dom e frequentemente uma tença, um rendimento dado pelo rei, e na hierarquia colonial passava a ser um nobre vassalo do rei de Portugal. (...) A política indigenista levou à formação de uma elite colonial indígena com o intuito de fortalecer as alianças e lealdade dos índios e a considerar os índios aliados à semelhança dos colonos europeus.(....) Os índios que se destacavam pela lealdade passavam a ocupar cargos oficiais, como o de juiz ou vereador, nas câmaras de algumas vilas e cidades do Brasil Colônia. Recebiam honras e privilégios que os distinguiam dos outros colonos e faziam parte da “nobreza da terra”.

É nesse contexto de bilinguismo, e o fato de os bandeirantes se comunicarem em tupi com os indígenas, que Anchieta – dentre outros missionários que se dedicaram a estudos sobre a(s) língua(s) da costa litorânea brasileira – se ocupava de construir uma gramática e um dicionário da Língua Geral. Segundo Elia (2000), trata-se de uma língua que se sobrepõe a outras modalidades de falares da mesma comunidade linguística, padronizada para as interações verbais orais. A necessidade de interação entre seus usuários faz do tupi *uma língua geral, por um lado e, por outro, uma língua materna*. Sobre essa situação linguística, Teyssier (2001: 15), informa a posição do Pe. Manuel da Nóbrega, em 1640:

Durante muito tempo o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicação. Era o tupi que os bandeirantes utilizavam nas suas expedições. Em 1694, dizia o Pe. Antônio Vieira que as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e o português a vão aprender à escola.

Ressalta-se, segundo Ramonelli (1998), que para a divulgação dos documentos oficiais entre gestores da administração de muitas esferas das instituições pública e, principalmente, entre habitantes da Colônia, eles eram, primeiramente, traduzidos na Língua Geral. Logo, a língua portuguesa escrita, aprendida nas escolas das primeiras letras e, posteriormente, na Universidade de Coimbra, mantinha-se na condição de língua estrangeira entre a população da época, exceto para os administradores e para os portugueses que, embora usassem a língua geral, se mantinham fiéis às suas tradições linguísticas.

No decorrer do século XVIII, contudo, já se identificam documentos que possibilitam fazer alusões entre o português falado no Brasil e aquele falado pelos ibéricos peninsulares que chegam à colônia, atraídos pela febre do ouro e dos diamantes em Minas e Goiás. A Língua Geral entra em decadência, em 1757, por meio do Decreto do Diretório Nacional projetado e implantado pelo Marquês de Pombal que proibia o seu uso e exigia a implantação da Língua Portuguesa como língua de comunicação e a ser ensinada nas escolas, inclusive das “primeiras letras”. Todavia, a sua pronúncia, vocabulário e sintaxe já se fazem idiomatizadas pelos matizes da cultura ameríndia e africana. (cf. item 1.4).

1.3.2 O idioma português brasileiro pelos matizes da língua oficial

No espaço das pesquisas sobre variações e retomando a concepção de serem as línguas pancrônicas, faz-se necessário pontuar duas questões que colocam para o tratamento da identidade idiomática, nesse caso, circunscrita àquela do português brasileiro:

a) o fato de se considerar que uma língua ou quaisquer outras são perfeitas e puras negaria os resultados das pesquisas etnolinguísticas, segundo as quais elas são códigos permeáveis, visto absorverem, constante e continuamente, matizes culturais umas das outras, ressignificando aqueles de que se originaram suas respectivas criações. Logo, sistemas poluídos e poluentes que carregam, nos processos de suas próprias formações, relações inter e multiculturais, de que resultam suas transformações, ao longo do tempo de seus múltiplos e variados usos. Assim, esses sistemas funcionam como aculturadores e aculturantes, em quaisquer lugares do espaço ou tempo; razão por que os processos de aculturação são recíprocos e não resultantes da subordinação sócio-econômico-financeira, moldada por relações de poder e interesses de grupos de prestígio em relação aos de não prestígio, ou seja, de um povo regido, totalmente submisso a outro regente. É nesse sentido que, dentre os processos de aculturação das comunidades brasileiras, a desestrangeirização entre seus membros ultrapassa os limites traçados por um único ponto de vista pelo qual as identidades se constroem por relações sócio-interativo-cognitivas;

b) o fato de os processos de interpretação também serem dinâmicos e intermitentes, e se focalizados pela perspectiva das traduções, faz-se necessário considerar serem as línguas sempre imperfeitas, em razão de não haver correspondência unívoca entre duas línguas e tampouco grau absoluto, total de um único e mesmo sistema. Situado nesse espaço de considerações, afirma Wandruszka (1980: 10-11) que, em se tratando do processo de tradução, postula ser ele extensivo à própria língua materna, pois “traducimos constantemente dentro de nuestra propia lengua materna (...) ali donde se da language humano se da también traducción (...)”; pois, sob as formas e estruturas instrumentais de cada língua, tem-se uma língua comum a toda a humanidade.

Nesse sentido, para se situar no espaço em que uma dada língua se qualifica como “língua oficial” é preciso se deslocar dos lugares em que ela é estudada pelo princípio da diversidade para aquele em que tais estudos a situam pelo princípio da unidade. Essa unidade-diversa ou diversidade-una, mesmo em se tratando de línguas da civilização da escrita, não cancela o fato de elas se qualificarem por diversos e variados usos, sendo um deles a transposição de textos escritos para usos orais, ou vice-versa. Dessa transposição resultou a permansividade de vários gêneros – as novelas de cavalaria que, cristianizadas, estão à disposição dos leitores do mundo moderno, tanto quanto as fábulas do mundo antigo, por exemplo.

Para Elia (1987 e 2000), para se tratar da “língua oficial” é preciso considerá-la por uma dupla perspectiva: aquela em que ela funciona para registros das práticas sociais, acima apontadas, referentes ao mundo do trabalho, dos negócios e aquela em que seus usos são deslocados para a esfera das instituições educacionais, onde é ensinada como “língua padrão”. Assim, por um lado:

a) a sua oficialidade e desses seus usos decorre do fato de ela ser reconhecida pelas instituições estatais, ou Estado, “nas relações externas”, quando ela se reveste de caráter internacional, e nas “relações internas”, isto é, quando tal revestimento se faz extensivo ao campo da educação: alfabetização significativa do povo de um Estado, gestado pela força do poder indissociável daquela do seu povo;

b) por outro lado, a sua oficialidade recai sobre o fato de ela ser denominada “Língua padrão (ou standard)”, devendo ser compreendida como uma variedade de ordem sociocultural elevada por ser dicionarizada e gramaticalizada, sendo o seu dicionário

e a gramática “modelos” a serem ensinados nas suas instituições educacionais. Nesse sentido, os seus usos são aqueles da literatura propriamente dita, ou da ciência nos seus diferentes campos – filosofia, por exemplo, enfim, a todas as modalidades de saberes produzidos pelos matizes da cultura de um povo. Assim sendo, a sua aprendizagem tem caráter sociocultural; razão pela qual ela também é denominada “norma culta”: aquela que assegura a um povo o acesso aos saberes da civilização da escrita.

As línguas oficiais são compreendidas por alguns estudiosos da historiografia como uma invenção dos estados modernos que, para assegurarem suas próprias condições de existência como “estados político-nacionais”, precisaram planificar um projeto de política lingüística; na verdade, esse projeto tem por referência o novo desenho do mapa geopolítico e sociocultural da própria Europa pós-medieval. Nesse mapa, feudos formados por diferentes comunidades usuárias de línguas distintas, ou variedades de uma mesma língua, foram agrupados de modo a formar um único Estado. Desse modo, a escolha de uma delas para funcionar como língua oficial resultaria na sua descrição gramatical e na lexical, tomando como modelo a gramática da língua latina e seu dicionário.

Observa-se que, em se tratando de dicionários monolíngues, conforme modelo hoje produzidos, esses só foram sistematizados no final do século XVIII, em se tratando da língua oficial francesa, portuguesa, espanhola, entre outras, pois até então predominavam os dicionários bilíngues: latim-francês; latim-português. Já as primeiras gramáticas da língua portuguesa datam de 1536 e 1540 e o latim só é excluído das matrizes curriculares dos novos estados europeus, pós-revolução francesa, quando cede totalmente o seu lugar de língua transacional, ou língua de cultura e de prestígio para as novas línguas nacionais. (LARA, 2006).

Nesse contexto, embora a política de escolha e planificação do projeto de construção das línguas oficiais tenha como marco o final do século XIII e/ou XIV, é apenas no século XVIII que tal política se faz estabilizada e seus objetivos são parcialmente alcançados, ou seja, suas gramáticas e dicionários são definidos pelos fundamentos dessas mesmas línguas. Assim, afirma Elia (1987:100):

Embora a unificação política da Itália só se tenha dado em 1870, já possuía essa grande nação latina um idioma literário desde o século XIII, pois foi nesse século que o imortal Dante Alighieri escreveu em florentino a sua Divina Comédia. No século seguinte, no Decamerone e Petrarca na lírica consolidavam o prestígio da língua toscana. Sabe-se, entretanto, que, no *De vulgari eloquentia*, procura Dante o *vulgare illustre*, querendo com essa expressão designar a língua aprendida oralmente pela criança (língua transmitida), a língua materna que ia conhecer na escola, o latim (língua adquirida)

Assim, situando a diferença entre teoria e prática, a solução de escolha da língua oficial italiana recai sobre a língua materna do próprio Dante, não por questões doutrinárias, mas sim de ordem prática: o florentino, por ser dele conhecida e por ele dominada. A mesma situação ocorre com a língua oficial portuguesa que, entre o galego e o português, levaria Camões (1572, publicação de *Os Lusíadas*) a fazer recair sobre sua própria língua materna o modelo de língua literária por meio da qual Portugal asseguraria a identidade do seu Estado Nacional. Contudo, a sua unidade, segundo Mattoso (1980) só seria consolidada nas primeiras décadas do século XX, quando concluiu a planificação de projeto educacional cujo objetivo esteve voltado para a alfabetização significativa do seu povo, dando a ele acesso à cultura da Civilização da Escrita.

Nesse contexto, é preciso pontuar que o projeto de alfabetização significativa do idioma português brasileiro – quanto às modalidades de usos da norma padrão, ou culta, referente à civilização da escrita – está em fase de implantação pelos representantes do atual Estado Nacional. Logo, o povo e mesmo alguns de seus governantes, eleitos por esse mesmo povo, são muito mais letrados nas escolas do mundo da vida, do que naquelas escolas do mundo da língua escrita. A primeira universidade brasileira no campo das Letras, na área das ciências humanas ou sociais, data de 1934 e, ainda, nesse início de século XXI, continuam a ser criadas em outros Estados da Federação, dada a grande extensão do seu território nacional.

A gramaticalização do nosso idioma, consoante as modalidades de usos da língua escrita, à semelhança de qualquer gramática normativa de outras línguas oficiais, tem como parâmetro os usos literários de escritores de prestígio. Todavia, os parâmetros descritivos da norma padrão não se reduzem apenas aos fatos gramaticais, pois esses também são extensivos àqueles referentes aos fatos lexicais de que se ocupam os lexicógrafos. Esses correm atrás das palavras criadas, usadas e propagadas pelos usuários de seus respectivos idiomas, selecionando-as e tendo a

preocupação de identificar o grau de frequência de usos dos significados a elas atribuídos, no fluxo de suas práticas textual-discursivas. Coletados esses significados, eles são descritos sob a forma de predicções às quais estão indexados sentidos atribuídos a seus usos em relação às situações de interações comunicativas, de sorte que esses significados façam remissão à variedade de significações das formas vocabulares por meio das quais esses significados são condensados. O produto desse trabalho é registrado nas páginas de dicionários monolíngues, de modo que tais significações, ao fazerem referência a palavras, possibilitem que elas funcionem como ativadoras de esquemas pelos quais os matizes culturais foram significados, organizados e ordenados, em língua, pelos seus usuários.

A gramaticalização do idioma brasileiro tem sido feita de modo contínuo e sistemático: a princípio, por estudiosos de reconhecido saber, docentes do Colégio Pedro II, de que resultaram gramáticas normativas que, à semelhança daquelas produzidas pelos estudiosos de outras línguas européias, têm a gramática greco-latina como modelo para tratar das categorias morfossintáticas de suas respectivas línguas. A par dessas gramáticas, denominadas normativas, resultantes de trabalhos de filólogos, há aquelas denominadas “gramáticas descritivas e/ou científicas” que, orientadas pelos princípios da linguística estrutural, buscam descrever e explicar os modelos de estrutura que tipificam a língua portuguesa. Essas são produzidas por linguistas e, dentre elas, situam-se aquelas resultantes de diferentes propostas para focalizar a descrição de sua estrutura, inclusive a denominada gramática funcional.

Quanto à sua dicionarização, esse também é um trabalho a que se têm dedicado lexicógrafos brasileiros, dentre os quais estão situados Aurélio B. de Holanda e Antônio Houaiss, de sorte que a institucionalização do vocabulário geral do idioma brasileiro também foi sistematizada, no fluxo do século XX. Nesse vocabulário geral, situam-se as expressões idiomáticas: objeto de estudos desta investigação. Logo, o idioma português brasileiro dispõe das duas tecnologias necessárias, ou inventos da civilização da escrita que o qualificam como “língua nacional”, ou “língua oficial do Brasil”; pois, desprovido do uso desses dois qualificadores, a locução “língua oficial”, “língua portuguesa” não assegura a construção da sua própria identidade linguística.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar a posição de Mattoso Câmara, à qual aderem estudiosos como Luft (2007: 132) que, assim, transcreve a fala daquele linguista:

(...) foi Mattoso Câmara um dos que afirmou que existe um IDIOMA BRASILEIRO, mas não uma LÍNGUA BRASILEIRA (...) Língua Brasileira é o que não vai em boa terminologia linguística, pois daria a entender que nosso país tem língua própria, que não a portuguesa. Podemos dizer, em termos precisos, que o idioma brasileiro é a língua portuguesa (...), mas com estilo brasileiro.

Por conseguinte, seria inadequado afirmar a existência de uma língua brasileira; razão pela qual Luft, ao discutir a precisão desse termo, pontua ser “idioma nacional” o mais adequado, embora não veja impropriedade quanto ao uso de “língua nacional”. Observa, contudo, que línguas como a portuguesa, em sendo bens comuns tanto da nação portuguesa quanto da brasileira, cobram os qualificativos “língua nacional do Brasil” e/ou “língua nacional de Portugal”, estendendo o seu uso à expressão “língua oficial”, desde que o usuário pressuponha ser a língua de um estado politicamente constituído pelo seu povo. E conclui: se todo idioma tem como ancoragem uma língua, mas nem toda língua sofre processos de idiomatização, por que não idioma brasileiro, ou língua nacional do Brasil? E, “além do mais língua é um termo menos sofisticado. (...) Língua Brasileira é que não vai em boa terminologia linguística, pois daria a entender que nosso país tem língua própria, que não a língua portuguesa”.

1.4 O Idioma Brasileiro entre o Passado e o Presente

Nos registros referentes aos itens que antecedem a esse, pontuou-se que a idiomatização do português ibérico em terras brasileiras passa a ser objeto de observação, quanto às suas diferenças léxico-gramaticais, a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse período de tempo e implantação da “língua portuguesa”, afirma Teyssier (2001),

(...) os colonos de origem portuguesa falam o português europeu, mas evidentemente com traços específicos que se acentuam no decorrer do tempo. As populações de origem indígena, africana ou mestiça, aprendem o português, mas manejam-no de uma forma imperfeita. (...).

Por conseguinte, o processo de idiomatização havia sido iniciado e com ele, consequentemente, a transmutação de uma população que, durante o ciclo da extração do ouro, afluía dos diferentes povoados e das mais distantes capitanias, para a região das Minas Gerais, inclusive os ibéricos. Ali, viviam o sonho comum: manter o contrato com a Coroa, enviando para além-mar, o quinto do que a ela cabia; o restante era para construir na própria terra o paraíso, ou retornar à terra de origem e nela ocupar outra posição social. O sonho da ilha paradisíaca, de uma terra que, nela em se plantando, tudo dá, volta a povoar o imaginário dessa população: trabalho comum, sonhos comuns, língua comum, vivências e experiências comuns resultariam na construção da comunidade e na formação de outro-novo povo. Assim, a Independência, em 1822, consolidará o sentimento de pertença inscrito no imaginário desses mineradores, do qual resultará a abolição da escravatura, como fato previsto pelo próprio modelo de contexto sócio-histórico-cultural, sem dele excluir aquele referente às questões de ordem político-econômico-financeira.

O Brasil entra no século XX na condição de Estado Republicano e a sua sociedade se mantém ruralista, mas acolherá e continua acolhendo imigrantes – a princípio europeus de outras nacionalidades diversas da portuguesa e, posteriormente de todas as nacionalidades dos outros continentes do mundo. Nesse outro contexto de imigrações e com o término do tráfico de africanos, bem como com a redução da população indígena, essa mestiçagem é diluída; contudo, ela se mantém entre esses inúmeros povos que aqui chegaram e chegam, cujos descendentes são brasileiros, pelo fato de aqui nascerem, serem educados em escolas oficiais brasileiras e, necessariamente, serem falantes fluentes do idioma português brasileiro. Nesse e por esse processo, os novos habitantes do país aculturam-se e propagam novos-outros hábitos alimentares, costumes, idéias modos de ser e de proceder que, em se tornando significativos para o povo que aqui encontram, são incorporados àqueles já existentes.

Considerado por essa perspectiva, nosso idioma nacional desenha uma realidade, cuja imprecisão leva Teyssier (2001: 98-99) a afirmar: “os nossos conhecimentos sobre a realidade linguística brasileira se reveste de certo caráter vago e impreciso”, o que sempre convém como reserva para ler assuntos sobre estudos que se esforçam por precisá-la. Contudo, a arquitetura idiomática tem os seus matizes culturais inscritos nas raízes da história de formação do seu povo e, à semelhança

de um afluente do grande e extenso rio da própria história das migrações humanas, para esse afluente convergem águas de outros rios que nele depositam suas águas, de modo a desaguar no mar. Na sua desembocadura o que existe é apenas água. Uma água cuja origem primeira não se pode identificar, visto ser o próprio homem que, aqui, se fez e se faz brasileiro. A estrutura dessa arquitetura, contudo, já fora edificada pelo ibérico-indígena-africano, ou vice versa e, em termos linguísticos, as contribuições dos novos matizes de outra cultura enriquecem ou ampliam os significados das suas formas léxico-gramaticais. Aquelas de caráter gramatical se mantêm na permansividade da sua estrutura, cuja variação se faz pouco perceptível na linha da temporalidade.

1.4.1 O Idioma, a Nação e o Estado: entre os pactos e os contratos

O sentimento de pertença a um domínio linguístico nacional, ou idioma nacional – quando se tem por objetivo identificar suas diferenças por suas semelhanças, em se tratando de uma “língua oficial” – sempre teve por parâmetro comparações entre suas respectivas normas “padrão” ou “cultural”. Trata-se de pontuar, nesse caso, as heterogeneidades de dois ou mais idiomas referentes a duas comunidades, socialmente organizadas por contratos e, culturalmente por pactos, devendo-se considerar que a correlação entre os contratos e os pactos é indissociável daquelas de Nação e de Estado.

A Nação, conforme já registrado, situada entre a tradição e a inovação, é concebida como lugar em que a nacionalidade se qualifica como força criativa que desencadeia movimentos de reinterpretações de heranças patrimoniais a serem cultivadas e transmitidas de geração para geração. Logo, a fundação dessa força criadora é aquela desencadeada por movimentos referentes às produções culturais, resultantes de descobertas e de invenções de bens não materiais ou materiais que, propagados, resultam em processos de ressignificações de velhos saberes. Assim, os pactos têm por fundamento graus significativos de reinterpretações de bens culturais, contudo, capazes de assegurar a permansividade dos matizes culturais que – historicamente construídos e recebidos como herança – mantêm a vida em comunidade pela singularidade que a qualifica, apesar da diversidade das ações de seus membros.

Segundo Souza (2000), são os pactos e não os contratos que, por criarem laços afetivos, de solidariedade, fizeram e fazem com que os homens renunciem à violência, transferindo para o Estado o monopólio de suas espadas. É pela lucidez da consciência crítica – aquela que faculta reinterpretar os acontecimentos históricos dos processos civilizatórios humanos – que os pactos têm a inteligência sensível como força que assegura o cultivo das tradições recebidas e renovadas. Assim, não há equivalência unívoca entre o que é proposto à comunidade como criação e o que é mantido como tradição, pois entre ambas há as normas pelas quais a preservação do universo da vida assegura a permansividade dos valores dos pactos.

Os contratos, criados pelo poder jurídico-administrativo, próprios da civilização da escrita – cuja invenção decorreu de necessidades contábeis para ordenar e organizar a gestão de bens econômico-financeiros, segundo Kristeva – têm por fundamento a força da autoridade do Estado, seja ele religioso ou laico. Revestidos de valores jurídicos inscritos nos registros desses contratos esses valores asseguram o consentimento e a confiança para o exercício de práticas políticas. Assim, os contratos facultam ao Estado regular a vida dos membros de uma sociedade, legislar sobre seus modos de proceder nas esferas do espaço público, ou sobre as consequências decorrentes de conflitos de interesses, mesmo na esfera privada. Assim, essa força reguladora e centralizadora exercida pelo Estado, por meio dos contratos, dele faz uma instituição estática, regularizadora, centralizadora e juridicamente fundamentada em leis que o autorizam legitimar a unidade da nação construída pelo povo.

Nessa acepção, as nações organizam-se em Estados, mas nenhum Estado é capaz de se organizar em nação. Contudo, aquelas que assim o fizeram, “os seus nacionais”, consideram ser a nação o “Corpo Político” de seus respectivos Estados, afirma Melo (1974). Se for o inverso, a correlação que assegura grau de reciprocidade e equilíbrio entre o pacto e o contrato subverte a ordem social: o Estado, que sempre absorveu e absorve a cultura nacional, deixa de ser um governo do povo para o povo, ou seja, não cria condições sociais para assegurar a socialização e a sociabilidade do próprio povo (MELO, 1974). Nesse caso, as relações de reciprocidade entre o poder da cultura e o poder do Estado deixam de se auto alimentarem e se cria a crença de ser o Estado um produtor de cultura, de

sorte que os contratos se fazem estagnados e deixam de atender às necessidades do modelo de organização pelo qual a comunidade se organizou em um dado modelo de sociedade.

As políticas estatais, contudo, por maior que seja o exercício de suas práticas de poder, com vistas a controlar a produção cultural de uma comunidade, não se fazem capazes de impedir que elas ocorram. Exemplo significativo está registrado na obra de Melo (1974) e se refere à colonização do Brasil. Assim, os contratos coloniais se sobrepuseram aos pactos culturais das nações indígenas e das africanas, razão pela qual o novo território se fez colônia por, aproximadamente, três séculos. Mas, no século XVII e se estendendo pelo século XVIII, já surgem os primeiros índices de que resultaria a reconstrução dos pactos culturais das comunidades indígenas, africanas e ibéricas em uma colônia que viveu o poder centralizador do Estado, por meio de suas instituições aqui implantadas, sem que nela houvesse uma população, organizada como povo.

Entretanto, respectivamente, elas reinterpretaram suas respectivas nacionalidades, reordenando-se pelo marco de suas comunidades de origem, registradas pelo/no próprio fluxo da história dos processos de colonização, pois:

- a) no entorno de 1600, os ibéricos aqui já aportam para ficar;
- b) entre aqueles que aqui nasceram já há grau significativo de intimidade com a terra; b.1) entre esses graus de diferenciação já surgem indícios de uma arte diferenciada, cujo marco é o barroco mineiro; b.2) algumas imagens de santos católicos, como é o caso da padroeira da Igreja, situada na cidade de São Paulo: Avenida Brasil, a saber, “Nossa Senhora do Brasil”, esculpida em madeira. Essa imagem representa uma Virgem, cujos traços ou feições são indígenas e que tem no colo um Menino Jesus mestiço;
- c) tentativa de se fazer a História da nova terra: Frei Vicente de Salvador propõe a mudança da sede dos governos gerais (Salvador e Rio de Janeiro, situadas na orla do mar) para a região centro-oeste – um projeto que só seria planejado por Juscelino Kubitschek, em 1950;
- d) exploração e ocupação das terras para além da orla com as quais se inicia a posse da nova terra e o adensamento da população;

e) em 1800, abertura dos portos e a possibilidade de um comércio não só com a coroa portuguesa;

f) criação da imprensa, de cursos superiores, implantação de biblioteca.

Logo, a Independência apenas consolidaria outra-nova consciência nacional vivenciada por pactos que sobreviveram à força centralizadora do poder de contratos do Estado ibérico, subvertidos por pactos de uma população que se fez povo pela construção de outra nacionalidade e idioma próprio.

1.4.2 Idioma brasileiro e suas locuções idiomáticas

Nesse contexto sócio-cultural-histórico, situam-se as expressões idiomáticas também denominadas por Câmara Cascudo (1986) “locuções tradicionais no Brasil” – título original de uma das obras desse autor, cuja 1ª edição data de 1976, e que reproduz na sua capa um papagaio ⁶ e um balão com os dizeres: “coisas que o povo diz”, tendo a palavra “povo” como paráfrase “brasileiro”. No prefácio dessa 1ª edição, o autor esclarece para o seu leitor onde e como fizera a coleta de 485 expressões que nela registra, ou seja: no sertão do Rio Grande do Norte, pontuando a região do Seridó e no entorno do Rio do Peixe e Piancó, sem deixar de acrescentar o fato de o tempo da coleta da *corpora* dessa sua obra anteceder àquela da construção de rodovias e da luz elétrica. Todavia, estradas paralelas à orla da costa marítima da “Terra dos Papagaios” eram as trilhas construídas pelas “entradas”, ainda sem “bandeiras”. As perpendiculares à orla marítima são trilhas posteriores: quando se tornam bandeiras e seus líderes são bandeirantes paulistas que se aventuram pelo interior para conquistar o território do “além-mar”, tendo por referência o traçado perpendicular da costa litorânea brasileira.

Na linha perpendicular da trilha do traçado desse caminho, situa-se Seridó, no interior do estado do Rio Grande do Norte, informa o autor do século XX ao seu leitor do século XXI que, em Seridó, a Idade Média não se extinguiu no século XVIII, pois

⁶ Papagaio: sentido sógnico = designação genérica de um dos tipos de aves típicas da fauna brasileira de plumagem verde com variações de cores; sentido simbólico = 1) pessoa que memoriza e repete o que lê, sem compreender o que diz; 2) indivíduo loquaz, tagarela.

Era ainda e normalmente o século XVIII, entre D. João V e D. José I, o sertão em que vivi (...) Vivíamos em fazenda de criação. Viajávamos a cavalo. Vi minha Mãe numa cômoda liteira setecentista, natural como uma contemporaneidade. (...) Ouvi falar os vaqueiros (...) Lera em voz alta a “História do Imperador Carlos Magno (...) Conheci inúmeros ex-escravos (...)” (p.35).

O acervo informativo do *corpora*, ao situar a Idade Média no século XX do Brasil, configura duas situações relevantes para os seus estudiosos, quais sejam: as locuções idiomáticas, presentes na fala oral do Brasil do século XX – não só no interior do Rio Grande do Norte, mas inúmeras delas no interior de todos os seus outros estados, inclusive em suas respectivas capitais - têm origem bem mais remota. Muitas delas rompem os limites da temporalidade da Idade Média, para se fazerem ecos das vozes de:

- 1) imperadores romanos da Idade Antiga – Vulpem pilum mutare, nom mores ⇔ *A raposa muda de pêlo, mas não de costume* ⇔ (no Brasil, ainda de hoje) *A raposa muda de pêlo, mas continua comendo galinhas* ⇔ (para o português ibérico) *A raposa muda de cabelo, mas continua a comer galinhas*;
- 2) escritores romanos, como Petrônio – Manus, manum, lavat ⇔ *Uma mão lava a outra, ou, Com uma mão se lava a outra.* – Sêneca e também em Terêncio, poeta e dramaturgo romano: Quot homines, tot sententiae ⇔ *Cada cabeça, cada sentença* ⇔ *Em cada cabeça, uma sentença.*

Nesse sentido e mesmo sem retomar registros que antecedem ao modelo de formação histórico-cultural da sociedade romana, de modo a estendê-lo para aquele da sociedade grega – onde se poderiam apontar registros de vozes como a de Platão e Aristóteles, por exemplo, presentes nas vozes do povo brasileiro “moderno” - é preciso pontuar que inúmeras dessas expressões são citadinas. São vozes de homens letrados de cidades-sedes de Estados Imperiais, embora e, desde então, ressuscitados pela retomada de suas palavras, pelas vozes de brasileiros que as herdaram dos portugueses; contudo, ao torná-las suas, mas sempre as devolvendo às novas gerações, algumas, hoje, se fazem presentes apenas na memória passiva de grande parte desse povo. São alguns exemplos:

a) *Com licença da palavra* ⇔ desculpa a má palavra = ato de pedido de desculpas ao proferir palavras inadequadas, ou inconvenientes, por desconhecer outros modos de dizê-las, devido a baixo ou nenhum grau de escolaridade;

b) *torcer a orelha* ⇔ castigar aquele que não ouve a voz da razão;

c) *mulher do piolho* ⇔ teimosia: paráfrase, sob a forma de síntese do segmento textual da seguinte narrativa: “Mulher diz ter encontrado um piolho na cabeça do marido e este nega. Discussão. Luta, arrebatamento. O marido atira-a a um poço, de onde a teimosa, apenas com as mãos fora d’água, junta os polegares, fingindo esmagar um piolho” (CÂMARA CASCUDO, 1986: 95).

Ressalta-se que a essas informações sobre origens das expressões idiomáticas, inscritas tanto na memória passiva quanto na ativa do povo brasileiro, Câmara Cascudo reitera aquelas que retomam as vozes do povo português. São registros referentes a composições que, sob a forma de crônicas da História de Portugal, foram escritas por: a) Gomes Eanes Azurara, cronista e guarda-conservador da Livraria Real (1451); b) Fernão Lopes, cronista e guarda-mor da Torre do Tombo (1454); c) Diogo Couto, cronista e guarda-mor da Torre da Índia (1595).

Trata-se de reprodução “quase fiel” (p.36) daquela resultante de propagações para o continente sul-americano, ressignificadas pelos novos-outros matizes culturais aos quais se entreteceram aqueles dos portugueses ibéricos. Essa “quase fidelidade” é aquela de que se ocupa esta pesquisa.

Assim, o fato de muitas dessas locuções conservarem suas existências na Idade Média e além da pré-Renascença e haverem se propagado desde o século VI, tendo sido elas inscritas na memória dos brasileiros, por herança portuguesa, não parece poder ser assegurada apenas pelo fato de o Brasil ser, ainda no século XX, um país rural. As sociedades rurais ou citadinas – referente à civilização do oral ou da escrita, cuja realidade geopolítica-social-econômica promove rupturas em espaços isolados de acessos a novas tecnologias – não implicam o desaparecimento de uma multiplicidade das expressões idiomáticas registradas nas páginas da imprensa escrita das cidades e megalópoles do Brasil.

Essa quantidade é, continuamente, ampliada como testemunhas de uma nova história, de uma realidade sociocultural em que o mundo geo-humano, desde a Revolução Industrial, tem quebrado cada vez mais o seu isolamento tecnológico. Essas velho-novas expressões que antecedem a essas rupturas insistem em ser ressignificadas, talvez para ensinar aos modernos as vantagens e as desvantagens das normas de que resulta a necessidade de preservação do mundo da vida, independente do modelo de formação de suas sociedades. (GALHOZ, 1983: 24)

1.5 Algumas Considerações

Os resultados das investigações desenvolvidas, ao longo deste Capítulo, elaborado com o propósito de estender o grau de compreensão com que o termo “língua portuguesa” é empregado para denominar a língua falada pelo povo brasileiro e pelos portugueses ibéricos, muito embora sempre seja observado haver diferenças entre o que dizem por meio dessas suas falas. Essas diferenças são idiomáticas, pontuam os estudiosos que se ocupam com as questões de identidade linguística, sendo que os idiomas respondem por propriedades que explicitam essas diferenças entre os modos com que os homens dizem uns aos outros seus conhecimentos de mundos, expressando-se em língua e, pelo exercício de suas atividades de fala, comunicam esses seus conhecimentos. São eles, conhecimentos sócio-cultural-históricos, herdados de seus antepassados, mas continuamente reinterpretados por seus herdeiros: as gerações futuras que respondem pela transmissão e pelo cultivo desses saberes.

A comunicação desses saberes, a serem cultivados e propagados entre seus herdeiros, focalizados pelo princípio da reinterpretação, possibilitou que se considerasse o fato segundo o qual o que é doado como bem cultural não tem equivalência unívoca com o que é recebido. Assim, os conceitos, as práticas e os valores são continuamente transformados e reinterpretados, para se adaptarem a outros tempos e lugares do espaço para onde se deslocam e são reconstruídos. Essa reconstrução se refere, contudo, a descobertas de outros-novos saberes por meio dos quais os velhos-conhecimentos – aqueles já conhecidos e usados – são recontextualizados, reelaborados ou ressignificados.

Logo, socialização de bens culturais não materiais e materiais – conceitos, ideias, práticas, valores – comunicados pelo exercício das atividades de fala têm a sua

materialidade, ou objetividade assegurada pelo funcionamento efetivo de elementos léxico-gramaticais da língua por meio dos quais eles se fazem recursos que asseguram o exercício das denominadas práticas sócio-interativas da linguagem. Nessas e por essas práticas, esses recursos fazem referência aos modelos de representações por meio dos quais os saberes herdados estão sendo cultivados, embora reinterpretados por novos-outros conhecimentos resultantes de descobertas, de modo a serem ressignificados, mas não cancelados ou ignorados.

Os estudos de Hjelmslev contribuíram para que se compreendesse o fato de a língua portuguesa ser objeto de pertença de povos distintos, cujas comunidades se diferenciam por variados matizes culturais que, ao longo do tempo de convivências desses povos distintos, foram sendo reinterpretados uns pelos outros. Desses processos de reinterpretações pôde-se compreender a distinção entre “língua” e “idioma” na/pela relação que as qualifica, pois o idioma sempre tem por sistema de referenciação a relação indissociável entre língua-cultura. Assim, se a língua é forma e essa forma não tem a sua realidade assegurada se dissociada de conteúdo, esse conteúdo faz remissão a conhecimentos culturais, históricos e socialmente compartilhados entre os membros de uma comunidade. Tais conhecimentos em sendo dinâmicos asseguram a unidade da comunidade pelas formas léxico-gramaticais da língua e pela remissão ao matiz pelo qual os velhos conhecimentos foram e são organizados ou ordenados, consoante modelos de estruturas organizadoras e estruturadoras de seus significados.

Esses modelos de representações cognitivas referentes a organizações de ordenações apontam que as línguas não são simples instrumentos reprodutores, pois elas também são remodeladoras desses mesmos conhecimentos, por um lado. Por outro, se os novos conhecimentos não são independentes dos velhos, os conceitos, as ideias e os valores também não o são, bem como os modelos pelos quais esses conhecimentos são organizados, ordenados e expressos em língua, conforme acordo sobre esses modelos de organização e ordenação. A esses modelos denominam-se “categorias semânticas”: aquelas pelas quais significamos os mundos da cultura do universo humano que são flexíveis e, também, são elas que orientam o foco pelo qual se percebe e compreende os novos conhecimentos. Essa mesma flexibilidade faz com que se compreenda o fato de as línguas

funcionarem como códigos permeáveis, por onde transitam significações de matizes culturais distintas.

Assim compreendidas, pôde-se pontuar as distinções entre língua-materna e língua oficial, tendo por parâmetro o idioma como produto dos processos de idiomatização da língua portuguesa pelos matizes da cultura ameríndia e africana, neles implicados a reinterpretação e recategorização dos saberes herdados do povo português, ao longo do tempo de colonização. Nessa mesma proporção, esses mesmos matizes foram interpretados pelos portugueses ibéricos que foram se fazendo brasileiros.

Resultante desse tempo de vivências históricas, quando a língua oficial era aquela do Estado Português, a língua materna era a “língua geral”; contudo, nas práticas sociais diárias dos colonos da “Casa Grande e das Senzalas”, bem como no cultivo da terra dos engenhos, os “vernus”, ou escravos africanos – muitos deles filhos da mistura – também já a idiomatizavam. Assim, também idiomatizada entre os ameríndios, mesmo antes de se fazer língua oficial do novo Estado da América, o Decreto Real do Marquês de Pombal apenas contribuiu para que a nova Nação não se fizesse bilíngue. Mas os brasileiros africanizados também contribuíram para tornarem a língua portuguesa uma língua vernácula e/ou materna. São essas três dimensões dos matizes culturais desses três povos, de civilizações distintas, que respondem pela formação sócio-cultural-histórica do idioma brasileiro.

Numa síntese, concluímos:

- a) o idioma brasileiro é uma arquitetura da estrutura da língua portuguesa, uma de suas vertentes históricas que se caracteriza pelos diferentes e variados usos majoritários que dele faz o povo da nação brasileira;
- b) esse povo se constituiu e se construiu pelo próprio marco desses processos de idiomatização de que resultou a fundação da consciência e o sentimento de pertença ao próprio território brasileiro; assim, idiomatização e nacionalização são concepções indissociáveis;
- c) a denominação “língua portuguesa” ou “língua brasileira” são inadequadas, visto que a primeira, falada por brasileiros, não equivale à mesma língua falada pelos

portugueses ibéricos; logo, duas arquiteturas diferenciadas; a segunda equivaleria a afirmar que esses dois idiomas seriam línguas distintas e elas não o são;

d) língua Oficial do Brasil ou Língua Nacional brasileira, como afirma Luft, faz remissão a uma mesma língua concebida como bem comum de duas nações, considerada pelo princípio da idiomatização;

e) a denominação “língua padrão” ou “língua de cultura” tem por sistema de referência a civilização da escrita e, nessa acepção, é preciso pontuar que, conforme estudo etnolinguísticos, não se pode considerar o fato de uma dada norma linguística ser acultural e outra cultural. Logo, as normas de usos são inerentes à civilização do oral tanto quanto as da escrita e, ainda hoje, em sociedades como a brasileira, esses dois modelos de civilizações coexistem;

f) sobre a norma padrão, afirma Cunha (2010: 75), ser o nosso idioma nacional, na diversidade de suas normas históricas, dentre as quais se situa “o padrão, língua de comunicação, língua materna, língua vernácula e, em se tratando do seu ensino escolar, pelo marco da civilização da escrita, pela qual a aprendizagem incide sobre a denominada “norma culta”, “não se pode mais adiar os efeitos das forças de diferenciações latentes no nosso idioma” nacional. Para o autor, esse ensino deve ser fundado e fundamentado em realidades normativas sentidas como próprias, porque assentadas no saber linguístico idiomático, sem que se abra mão da unidade da língua, mas assentada num domínio mais consciente por parte dos usuários de ser ela um idioma e na uma outra língua.

Nesse contexto, foram situadas as expressões idiomáticas como herança dos matizes cultivados, ao longo desse tempo de idiomatização que se buscou tematizar neste Capítulo, de sorte a apontar seus registros em língua escrita usada pelos greco-latinos e herdadas por todos os povos da Europa, principalmente pelos usuários das línguas neolatinas. No caso dos seus usuários ibéricos que delas nos fizeram herdeiros, elas foram por eles interpretadas e, ao serem por nós empregadas, elas resultam de outros-novos processos de reinterpretações. Outras expressões, conforme se buscará focalizá-las ao longo dos outros dois capítulos desta pesquisa que as tematiza, têm por marco matizes da cultura indígena na sua confluência com aqueles da africana. Contudo, todas elas, em tendo sido

interpretadas pelo idioma brasileiro, são próprias do nosso povo, embora “tradicionais” e, por isso, institucionalizadas em diferentes e variadas línguas, seus significados são continuamente ressemantizados, à semelhança de quaisquer outros elementos léxico-gramaticais, na intermitência das práticas de linguagem.

CAPÍTULO II

REVISÃO TEÓRICA: UMA PERSPECTIVA LEXICAL – as expressões idiomáticas

2.1 Preliminares

Este capítulo registra resultados de pesquisa que, sob a forma de revisão, tematizam as expressões idiomáticas, com o propósito de identificar em que elas se assemelham e, ao mesmo tempo, se diferenciam como elementos do universo lexical da língua portuguesa que, herdado e cultivado pelo povo brasileiro, qualifica a sua identidade linguística. Essa identidade, conforme pontuado no I Capítulo, inscreve-se nos processos de idiomatização de uma língua que, a princípio e em contato com outra(s), se faz estrangeira e cria um conjunto de necessidades de intercomunicação entre usuários de diferentes línguas maternas. Para superar os obstáculos que impedem a intercomunicação entre esses homens que se fazem estranhos entre si, criam-se outras variedades de modos de falar, de sorte a que eles se tornem capazes de se comunicar para poderem se compreender. Essas variedades implicam a criação de línguas crioulas ou mistas e de “Koinés”⁷, mas não de variações de uma única e mesma língua que, idiomatizada, mantém a estrutura da língua do colonizador e, sob as mesmas formas, cria uma nova-outra arquitetura.

Nesse caso, a língua do colonizador é preservada, embora ela sirva de matriz para a invenção da língua crioula ou mista, cujo grau elevado de idiomatização resulta na transformação da língua materna da população nativa. Contudo, nas terras do território ocupado, onde a língua crioula funciona para favorecer os processos de intercomunicação entre colonizado ↔ colonizadores, o primeiro também dela faz uso em suas práticas sociais cotidianas para se comunicar com a população nativa. Esse grau elevado de idiomatização, em razão de reinterpretações de matizes culturais, implica a invenção de outra variedade linguística e não de variações de uma mesma língua. Outro aspecto dessa variedade é a não presença nesses territórios ocupados de populações indígenas falantes de outras línguas de matizes

⁷ Koinés, denominação referente à invenção de uma Língua Geral como foi o caso da língua tupi, conforme já registrado no I Capítulo, item X p. Y

culturais diferenciados, bem como o processo de miscigenação entre membros de uma mesma etnia, mas de comunidades diferenciadas entre si. Contudo, sob a gestão político-econômico-financeira de um mesmo modelo administrativo do Estado colonizador, cujos representantes são seus membros nativos e falam uma mesma língua materna: a portuguesa, as línguas mistas resultam das relações entre senhores escravocratas e seus escravos⁸.

Segundo Pereira (2006), as línguas crioulas se caracterizam por acentuada redução dos processos morfológicos e simplificada padronização sintática, a autora as exemplifica com usos referentes ao crioulo cabo verdiano como: Eles têm cabelos louros ⇔ Es tene kabelu brumejdu – onde é possível reconhecer que as unidades lexicais, na sua maioria são de portuguesa; contudo, “Es” equivale a “Eles”; “tene”, a “têm”; “kabelu”, a “cabelo” e “brumedju”, à cor vermelha e à da gema do ovo, cujo significado em língua materna cabo verdiana é estendido, por analogia, para fazer referência a um outro elemento, até então desconhecido de seus usuários, mas qualificado por essa cor deles conhecida. Tem-se, além da transposição de significados por extensão, mistura de pronúncias, por se adotar parcialmente os modos de falar da língua matriz do colonizador. Por conseguinte, nem sempre é fácil para um usuário do português reconhecer, por trás das aparências, o significado das unidades léxico-gramaticais das línguas crioulas. (PEREIRA, 2006). Mas os colonizadores que dela fazem uso cotidiano, como membros dessa outra-nova população, não têm qualquer dificuldade de intercomunicação, visto terem-na adotado para tal função.

Essa autora ainda pontua que os processos de criação e do uso de língua crioula não se aplicam ao Brasil; pois, por razões históricas e condições sociais favoráveis, naturalmente, o país escapou da presença dos crioulos. Logo, ao contrário do que ocorreu na África, a língua portuguesa do Brasil não deixou de se diferenciar quanto aos modos de dizer daqueles existentes em Portugal; sobretudo, a partir do século

⁸ Segundo Elia (1987), é preciso diferenciar as línguas crioulas do “pidgin”: que também se refere a um modo próprio de falar de um grupo, cujos membros são usuários de variadas línguas maternas e cuja duração é condicionada a interesses desse mesmo grupo que se qualifica por ser ele político e economicamente dominante. Contudo, o pidgin não se faz extensivo a todos os membros das comunidades a que esse grupo de seus usuários pertence, pois o seu uso está delimitado a situações de intercomunicação circunscrita ao mundo do trabalho, configurado por interesses econômico-financeiros. Assim, seus usuários, quando deslocados dos lugares por eles ocupados, no espaço desse mundo do trabalho, mantinham o uso de suas respectivas línguas maternas. Também denominado “língua franca”, o uso desse termo se referia ao modo de falar dos navegadores e comerciantes em portos do Mar Mediterrâneo; razão pela qual é também denominada “língua dos marinheiros”.

do final do século XVII e XVIII, quer por razões políticas ou administrativas. Assim, verifica-se só a presença de alguns traços típicos de possíveis línguas crioulas, como a ausência de concordância nominal e verbal, por exemplo, no chamado uso do português vernáculo do Brasil – “variedade afastada da norma brasileira atual e falada pelas camadas menos escolarizada, pode ainda (...) ser influência desses crioulos” (PEREIRA, 2006: 63-4).

Essas considerações não só complementam como reiteram aquelas referentes às registradas no I Capítulo que situam a concepção de idiomatização como variação de usos da língua portuguesa pelos brasileiros diferenciados daqueles do português ibérico. Tal concepção contribui para melhor compreender: a) a distinção entre variedade e variação de um mesmo sistema linguístico; b) o processo de idiomatização como diferentes graus desse mesmo processo de que resulta a construção de arquiteturas distintas de um sistema linguístico único; c) a necessidade de se estudar as variações semânticas, quando esse grau de diferenças entre duas arquiteturas não é assegurado pela estrutura desse mesmo sistema, mas pelo uso e pela significação dos seus elementos constitutivos.

Nessa acepção, a revisão proposta incidirá sobre os elementos do universo lexical e privilegiará as lexias compostas quanto às suas formas fixas, denominadas pelos estudiosos da Lexicologia – ciência do léxico – e da Lexicografia – técnica de produção de dicionários ou glossários – como lexias semilivres e presas, de modo a atribuir relevo às expressões idiomáticas próprias do povo brasileiro. Por conseguinte, o objetivo que se busca alcançar é identificar essa propriedade de que se revestem tais expressões, compreendendo-as como marco sócio-cultural-histórico herdado e cultivado pelo brasileiro. Segundo Lara (2006), os estudiosos das questões lexicais, quando se propõem a investigá-las, necessariamente, precisam estender suas reflexões não só sobre os significados dos signos, mas também sobre os modos pelos quais seus usuários significam seus conhecimentos de mundos, ao fazerem usos das expressões idiomáticas.

2.2 O Léxico e a Memória: a organização de conhecimentos de mundo

A palavra, focalizada como elemento real de uma dada língua, é a possibilidade de os homens expressarem suas experiências de mundos e, ao mesmo tempo, é ela

quem constrói o lugar em que esses homens se fazem presentes nos textos que produzem, ao interagirem uns com os outros pelo exercício de práticas discursivas. Essas práticas – compreendidas como atividades de linguagem por meio das quais se aprende a dizer expressando-se por meio das palavras – têm a fala como fundamento e a comunicação como fundação. A comunicação – compreendida como ação que faculta tornar comum o que não é comum, ou seja, “conteúdo do dizer”, os conhecimentos socialmente partilhados reinterpretados, pela descoberta de outro-novos saberes – faz da fala um ato de socialização; razão por que falar é discursar. Todavia, como não se pode discursar sem falar e, para isso, é preciso que as palavras se situem entre os interlocutores, deslocando-se entre eles para que cada um nelas se faça presente, expressando o que pensa, o que sabe, o que sente e como se posiciona diante do “novo” que a ele está sendo comunicado, sempre expresso por palavras.

Afirma Breton (1999) que é por essa perspectiva que se pode conferir à palavra seu valor de mais valia, ou a ela negar qualquer valor: aquele que os homens a ela atribuem ou negam. Desvestidas desses valores, elas nada significam, nada revelam, nada dizem, ou nada se fazem entender, pois delas desaparece o homem; esse é o tempo quando as armas ocupam o seu lugar e, nesse caso, “Em tempo de murici, cada um cuida de si”⁹. Nessa situação, quando a animalização se sobrepõe a qualquer processo de hominização, argumentos e discursos, perdem seus poderes de persuasão, pois é o tempo de que “cada um por si e Deus contra todos”.

Segundo Saussure (1980: 143-5), nada pode existir na língua sem que tenha passado ou ocorrido na fala; logo, para que se possa postular ou afirmar ser o léxico um conjunto de palavras, é preciso que elas tenham sido criadas, empregadas por seus usuários em situações de usos efetivos. Por conseguinte se fazem presentes, ou são presentificadas na textualidade dos processos de discursivização. Nesse sentido, ao fazer da palavra objeto de seus estudos, é preciso compreender que ela está concebida como produto desse processo complexo que, acima, se buscou explicitar; contudo, os usuários de uma língua, bem como os cientistas que dela se ocupam são

⁹ Anexim: sentença popular que expressa um conselho sábio; provérbio. (HOUAISS, 2009: 132)

[...] capazes de convertê-la em objeto de reflexão, léxico, quando ela se manifesta no espaço ocupado pelo pensamento como unidades verbais (...) e nossa memória nos permite recordar muitas delas. Quando, por exemplo, pensamos no vocábulo *gato* vem a nossa mente ou na de outros com quem falamos outros animais domésticos, como *cachorro*, *cavalo*, *burro*, *galinha*, *cabra*, etc., esse conjunto forma um léxico. Se dermos continuidade a esse exercício dirigindo nossa atenção para o âmbito de nossas experiências e nos ocorram outros vocábulos vamos descobrindo que o léxico é um objeto da nossa memória. (LARA, 2006: 143-4)

Observa-se que, nesse alojamento mnemônico, o léxico é organizado por classes ou categorias semânticas como “animais domésticos”, conforme exemplo de Lara; contudo, se elegermos como modelo de ordenação a categoria “animais que pastam”, dela seriam excluídos o *gato* e o *cachorro*, mas seriam acrescentados *cavalo*, *burro* e *galinha*, o *boi*, o *búfalo*, a *cabra*, a *ovelha*, o *alce* e outros *antílopes*; se optarmos por “*aqueles que produzem leite*”, a associação seria outra. Pontua-se que, em se tratando de categorias semânticas, elas funcionam para organizar os conhecimentos de mundos; contudo, elas não são fixas; razão pela qual a substituição de uma categoria por outra implica mudança da ordenação com que nelas os elementos lexicais são incluídos ou excluídos. Portanto, as categorias semânticas são dinâmicas, flexíveis, elásticas, mas dentro de certos limites, para que os homens possam organizar suas falas, adequando-as a diferentes e variadas situações, pois todos eles falam e são entendidos por elas.

Aprendidas desde o nascimento e na mesma proporção em que se aprende a falar por meio de palavras orais – pois a escrever e a ler textos escritos precede à aprendizagem do léxico de uma língua e com ele o de sua gramática – o léxico se organiza na memória sob a forma de enciclopédia e de dicionário. A enciclopédia, segundo Eco (1991), é produzida ao longo da vida e nela se fazem presentes todos os saberes que foram herdados como bens não materiais, cultivados, reinterpretados ou criados. A organização desses saberes tem o armazém da memória sócio-cultural-histórica do longo prazo como “depósito”, o que faz dela não só um lugar de armazenagem dos modelos de categorias pelos quais organizamos os conhecimentos lexicais, ordenados pelos gramaticais, mas também de textos, de atos de fala, de tipos de discursos e/ou gêneros, estilos, modos de falar para dizer, etc. Segundo Bakhtin (2006), nesse e por esse saber enciclopédico mnemônico tem-se o repertório cultural humano, de sorte que os Tomos desse Thesaurus variam de acordo com a extensão do saber enciclopédico da humanidade: suas descobertas,

seus inventos, suas criações, vivências e experiências de conhecimentos de mundos.

O dicionário mnemônico responde pela organização desses mesmos conhecimentos em língua e, conforme Hjelmslev (cf. Cap. I, item 1.2.2, p.11), as línguas funcionam de modo a filtrar os saberes enciclopédicos pelos matizes da cultura de uma comunidade de usuários de uma dada língua. Assim, se o cachorro é concebido como animal de transporte para a cultura esquimó; um pária para os hindus, um vigia e um amigo para os ocidentais, as definições científicas são insuficientes para defini-lo por experiências culturais; as definições dos dicionários monolíngues – embora sejam socioculturais – também são insuficientes para tal propósito.

Essa insuficiência se deve aos fatos segundo os quais os conhecimentos enciclopédicos são textuais. Mas os textos – construídos por palavras e em se tratando da civilização do oral e mesmo da escrita – não são apenas objetos de comunicação produzidos no espaço da interlocução entre os homens, eles são objetos por meio dos quais se assegura a conservação de discursos e saberes herdados, afirma Lara (2006). Segundo os linguistas do texto, os discursos ouvidos e/ou escritos sob a forma de textos, também funcionam como fundação e fundamento de outros-novos textos; razão por que seus estudiosos pressupõem o princípio da intertextualidade e da interdiscursividade para o tratamento adequado dos mesmos. Assim como as palavras transcendem a memória individual, os textos e/ou os discursos, à semelhança delas, também se inscrevem nos registros da memória mnemônica. Para Lara (2006), não poderia ser diferente, visto serem eles produzidos por palavras e elas só poderem afirmar suas existências por meio de ambos.

Nessa acepção, pontua Eco (1991) que, embora seja por meio dos textos que se tem acesso ao saber enciclopédico, os textos sempre são fragmentos, recortes, pois todos eles têm a enciclopédia como sistema de referência que funciona como ancoragem para os seus processos de interpretação. Afirma Schaefer (1996) que, nem mesmo os textos – desde que compreendidos na sua relação indissolúvel, necessária e complementar com o discurso – alcançam a totalidade dos saberes humanos; razão por que eles são continuamente interpretados-reinterpretados.

Para esse autor, o texto e o discurso não podem ser concebidos como indissociáveis, eles sempre são tecidos e entretecidos um no/com o outro, visto que o discurso, por um lado desvela a trama das relações humanas, sempre inscritas na própria textualidade discursiva construída por um autor-leitor. O texto, por outro lado, desvela como elas são construídas, pacientemente, de forma coesa-coerente por meio de elementos linguísticos-não linguísticos – palavra, ideia, conceito sócio-cognitivo e interativamente tecidas – que, laçados e entrelaçados com outras falas, como produto final, pode ser apreciado e manipulado, depois de compreendê-lo e interpretá-lo.

2.2.1 A organização dos conhecimentos lexicais como ato de fala

As definições têm sido compreendidas por estudiosos da lexicografia e, conforme perspectiva acima enunciada, como um ato de fala referente a uma pergunta proferida por usuário de uma língua ao seu interlocutor que também faz uso dessa mesma língua para se comunicar. Esse interlocutor, quando desconhece o significado de um vocábulo, empregado pelo seu outro interlocutor – indagador, consoante um dado contexto – desencadeia um processo reflexivo sobre a origem do ato verbal que tem o significado da resposta solicitada, mas dele desconhecida. Logo, desconhecendo-o, não tem o que dizer, ou seja, como dar a resposta solicitada.

Observa-se que essa mesma situação é vivenciada por aqueles que se propõem a ler textos escritos de forma significativa e a eles atribuir sentidos. Reiteram os psicolinguistas que tal situação também é vivenciada por crianças durante os processos de aquisição de suas respectivas línguas maternas, quando aprendem, por um lado, a apontar os objetos para expressarem “o que querem dizer” e, por outro, à medida que vão aprendendo a denominá-los por repetição de palavras que ouvem, passam a usá-las como designações.

Trata-se de uma fase em que o usuário já tem informações, embora genéricas, sobre “o que é o objeto” e elas lhe facultam estabelecer algumas relações de significações sobre “como ele é” e “para que ele serve”. Assim, diante da mamadeira vazia, a criança olha para ela, para a mãe e, apontando o dedo, diz “Tetê” para

informar à mãe que está com fome e quer mamar, por exemplo. Todavia, se diante de um macaco, durante um passeio no zoológico, olha para ele e diz “au-au”, a mãe ou pai, imediatamente, se apressam para informar-lhe que “macaco não é au-au”. Essa busca por saber “o que é”, “como é” transforma-se em perguntas propriamente ditas e a elas se seguem “os por quês” e os “para quês”: atos verbais por meios dos quais a criança busca informações, aprendendo a processá-las, cognitivamente, para transformá-las em conhecimentos. Assim procedendo, aprendem novas palavras, confrontando conhecimentos sobre “as coisas nos mundos” e estende o domínio do seu vocabulário, ao aprender palavras.

2.2.2 O ato definicional: a construção do esquema prototípico

O ato verbal de pergunta⇔resposta, sobre os significados das palavras, transcende aqueles propostos pela pragmática; seja quanto à sua tipologia, seja quanto ao fato de eles serem socialmente instituídos para o entendimento dos modos de dizer das práticas sociais, referentes aos usos da linguagem. Contudo, para Lara (2006) e outros lexicólogos-lexicógrafos, dele resultam: a) os registros do vocabulário de uma dada língua; b) a sedimentação ou fixação dos seus significados na memória de seus usuários, sob a forma de esquemas prototípicos de ações verbais, por meio dos quais esses significados são compreendidos e aprendidos, organizados e ordenados como vocábulos. Observa Turazza (2005), fundamentando-se em pesquisas sobre a organização do universo lexical, que os esquemas prototípicos de ações verbais dependem de duas operações cognitivas essenciais: a diferenciação e a compreensão.

A diferenciação opõe de maneira pertinente uma categoria “X” a outra categoria “Y”; a compreensão é elaborada em concomitância com a diferenciação dos objetos do mundo. Assim, o fato de o cachorro “ter quatro patas; ter o corpo coberto de pelos, ter rabo...” equivale ao macaco: “ter quatro patas, ter o corpo coberto de pelos; ter rabo...”. Logo, considerando somente esses aspectos, macaco é cachorro e cachorro é macaco. Essa não diferenciação de que resulta alto grau de identidade entre os dois animais, conforme exemplo, deriva do fato de a criança denominar o macaco pelo cachorro, não só por suas características ou traços semânticos comuns, mas pelo fato de o seu esquema típico referente à comparação estar em

processo de formação. Assim, a identificação dos variados tipos de cachorro – quanto ao tamanho, à altura, à cor ou quantidade de pelos, ao formato ou tamanho de suas orelhas, etc., bem como o fato de ele ser gordo, magro, manso, bravo, etc. – embora elaboradas em concomitância pelo esquema da comparação – não se qualifica, ainda, como resultados de processos de sínteses. Desprovidos das sínteses, esses processos se qualificam como esquemas prototípicos.

As denominações têm, nessa fase de aprendizagem, caráter genérico: “au au”, denomina todo e qualquer cachorro, inclusive o macaco pela identidade dos traços genéricos semelhantes aos do cachorro. Os específicos são construídos à proporção que o conhecimento sobre o macaco é estendido e comparado àquele inerente aos que conferem identidade ao cachorro e ao macaco, neles implicada a comparação de suas diferenças pelas suas respectivas semelhanças. Embora a criança faça uso do sema específico “au au” – som emitido pelo latido do cachorro para denominá-lo genericamente, ou seja, por um esquema “típico” pelo qual ela também identifica o gato pelo miado – essa designação, “au au” tem valor de denominação genérica. Logo, a designação genérica pode equivaler a um sema genérico como “flor” para denominar todo e qualquer tipo de flor à qual a criança tem acesso, ou pode equivaler a um sema específico como “au au” para identificar todo e qualquer cachorro, até mesmo um macaco.

A compreensão resultante do processo de síntese abarca a organização dos conhecimentos, gradativamente estendidos e condensados por esquemas categoriais, denominados “prototípicos”; contudo, sempre resultantes de relações entre conhecimentos organizados e ordenados por categorias que mantêm entre si um conceito genérico, ordenado por conceitos específicos. O genérico se explica pelos específicos na mesma proporção em que os específicos se estendem sob a forma de redes, conectados uns aos outros, de sorte que tais conceitos específicos, interligados entre si, podem implicar denominações que fazem remissão às especificidades como se elas fossem genéricas.

As propriedades específicas de pássaro – animal ovíparo, bípede, com asas, corpo coberto de penas, ou seja, um conjunto de conceitos específicos, organizados em redes, mas em conexão com aquele de animal que organiza por outro nó que contrapõe “ovíparo” a “mamífero” – não impedem que “pássaro” denomine “todo

animal que tem a propriedade de voar”. Tal propriedade conceitual é comum ao canário, ao urubu, à libélula, à mosca, ao marimbondo e também ao avião, por exemplo, que não são extensões do conceito de pássaro. Logo, ao contrário de “urubu”, esses outros não se deixam representar pelo esquema prototípico de pássaro, visto implicarem a construção de outras redes de saberes: aquelas referentes a conhecimentos sobre “insetos”, meios de transporte, entre outros.

Nesse sentido, essas denominações genéricas – de caráter linguístico-conceitual - organizadas sob a forma de redes, não resultam de usos metafóricos de designações linguísticas, mas de interpretações que têm por referência a incompletude dos processos da comparação desprovidos daqueles de síntese, necessários à compreensão. Por conseguinte, as ações verbais de que resultam as definições implicam operações de análises e de sínteses, sendo que cada síntese se abre para novas análises e, assim, sucessivamente.

2.2.3 Os processos de condensação e expansão das significações

Esses procedimentos que têm como ancoragem a comparação explicam-se por movimentos desencadeados pela ação de condensar conhecimentos expandidos, ou expandir aqueles condensados em cada um dos nós da rede conceitual, conectadas entre si, por relações de semelhanças, inscritas nas diferenças dos próprios fios com que ela é tecida. Por conseguinte, esses fios são aqueles produzidos no fluxo do desenvolvimento da própria racionalidade humana e, em se tratando da criança, a princípio, eles respondem pela descoberta e pela criação de esquemas genéricos de interpretações de conhecimentos de mundos. Assim, ela faz uso de designações genéricas ou específicas que não chegam a fazer remissões a classes ou categorias de objetos ou coisas dos mundos que ela começa a conhecer e, por isso, esse aprendente não tem parâmetros para confrontá-los, enquanto conhecimentos lógicos racionais.

A passagem de operações concretas para abstratas, já dissociadas do universo empírico, assegura a ela o uso de designações desvinculadas de suas práticas empíricas, ou seja, dos referentes concretos, de que resultam representações globais de caráter cada vez mais abstrato. As suas definições passam a depender

cada vez mais das classes e subclasses pelas quais o mundo dos conhecimentos é organizado por esquemas categoriais de ordenação com que os membros da sua comunidade interpretam esses seus conhecimentos. Aprende-se que a “rosa” é uma flor por ter pétalas e caule como a “margarida”, o “cravo”, a “onze horas”, etc.; logo, os esquemas prototípicos resultam da percepção e do processamento de regularidades entre conhecimentos de mundos e, ao mesmo tempo, da diferenciação desses mesmos conhecimentos.

Esses procedimentos, implicados nos processos de produção de atos verbais sobre palavras, não têm como objetivo identificar o sentido das palavras em uso, não incide apenas sobre um objeto desconhecido, mas sobre fatos, pessoas, ou sinais que funcionam como signos. Essas perguntas são do tipo: “Que é essa? Como se chama isso? Como se diz o nome disso?”, ou se pode perguntar “O que quer dizer essa palavra? O que significa essa palavra?” Nas primeiras indagações, o que se busca obter como resposta é a designação de uma dada denominação, ou o nome: uma descrição verbal de um sinal linguístico que não se faz só para o interlocutor, ou seja, que ele desconhece como palavra. No segundo caso, o que ele pede ao seu interlocutor é uma explicação suficiente do significado da forma verbal referente a conhecimentos que fazem remissão ao contexto de uso em que a palavra se situa. A relação entre significante-significado que o indagador estabelece não lhe assegura identificar adequadamente o conceito ou significado da forma verbal empregada; razão do ato verbal de caráter definitório ou descritivo.

Nessa acepção, as perguntas de um ato definitório têm origem na relação entre o mundo experienciado e a sua compreensão em língua, nela implicada uma dada situação de interlocução, podendo incidir na relação necessária entre significante↔significado, ou ser estendida para além dessa relação, de sorte a abarcar referências a conhecimentos do saber enciclopédico. Nesse último caso, a resposta ultrapassa o campo das definições linguísticas e exige explicações sob a forma de descrições, de pequenos relatos, ou narrativas. Identificar uma pessoa desconhecida, um fato, ou uma situação ultrapassa as definições dicionarísticas. (LARA, 2006: 113-8).

Os resultados desses estudos, obtidos por pressupostos teóricos que focalizam as questões de linguagem por uma perspectiva psíquica, aproximam ou entrelaçam

palavras por suas relações significativas; contudo, essas entidades ou elementos abstratos repousam sempre e, em última análise, em entidades concretas. “Nenhuma análise léxico-gramatical é possível sem uma série de elementos materiais que lhe sirvam de substrato (...)” (SAUSSURE, 1980: 161). Esse elemento material, segundo os lexicólogos, tipifica-se pelas formas vocabulares por meio das quais é possível tratar da estrutura e do funcionamento do léxico das línguas humanas, como produtos de diferentes e variados usos que delas são feitos no espaço ocupado por práticas textuais discursivas. Dentre os produtos dessas práticas, situa-se o dicionário monolíngue, lugar onde o léxico é registrado em língua escrita, por definições linguísticas condensadas sob a forma de vocábulos, cujos conteúdos são expandidos por predicções para orientar seus consulentes sobre seus usos socialmente institucionalizados.

2.3 As Formas Vocabulares Expandidas: o signo, o vocábulo e a palavra

A distinção entre signo, vocábulo e palavra proposta pela área da Lexicologia, como se tem procurado situar no corpo dessa investigação, faculta situar o léxico na dimensão das ações inerentes às línguas humanas, ou seja, como práticas sócio-cognitivo-interativas. Nesse espaço, as unidades léxico-gramaticais são concebidas e compreendidas como palavras que, situadas “entre” seus interlocutores pelo uso efetivo dos recursos linguísticos, são ressemantizadas por movimentos desencadeados pelas atividades de fala, deslocando-as entre si. Assim, a palavra é a unidade lexical inerente aos fatos da linguagem e têm a fala como instância que responde pela sua criação e ressemantização, visto que, situada nessa dimensão, ela é continuamente reinterpretada, na condição de heranças de bens socioculturais.

O vocábulo, também compreendido como unidade léxico-gramatical, não deve ser confundido com a palavra, assim já afirmava Quintiliano¹⁰, segundo Pereira (2000: 76)

¹⁰ Pedagogo da Roma Antiga, o primeiro a fundar uma escola pública e a ser por isso remunerado. Qualificado como mestre das formas de expressão do pensamento ocidental, responsável instituir no campo da educação os fundamentos dos princípios retóricos. Seus estudos orientaram a construção de disciplinas curriculares na Idade Média e Moderna – até o século XVIII, para o ensino da norma padrão, tendo por modelo a literatura produzida por Cícero. (PEREIRA, 2000)

(...) exceto, no que o uso houver consagrado, julgo que se deve escrever uma coisa do modo como se pronuncia. Que a finalidade da letra (vocábulo) é guardar as palavras e devolvê-las aos leitores como um depósito. Elas devem assim exprimir aquilo que quisermos dizer.

Por conseguinte, o vocábulo tem por referência o uso de palavras que foram institucionalizadas, formalizadas em língua por práticas discursivas como bens significativos, socialmente aceitos pelos membros de uma dada comunidade e por eles cultivados. Essa não equivalência entre palavras e vocábulos é mediada pela concepção de signo que, segundo Saussure (1980), é uma unidade psicolinguística constituída por uma imagem acústica, ou significante, e um significado ou conceito, sendo que a relação entre essas suas dimensões é arbitrária.

Para Benveniste (1995), contudo, a dupla lateralidade dos signos linguísticos é necessária, pois se destituído de uma dessas suas dimensões, ele nada significa; logo, a arbitrariedade dos signos está nas relações convencionais entre o objeto por ele designado. Assim, um vocábulo como “*botão*”, por exemplo,

a) empregado por produtores de discursos na área da biologia - tem por referência o estado de uma flor antes de ela desabrochar;

b) empregado por produtores de discursos das áreas das manufaturas ou artefatos, como:

b.1) vestuário – tem por referência pequena peça de qualquer forma, com orifícios ou pé furado, pelos quais é costurado a um artigo, como, por exemplo, peça de vestuário, quer para prender duas partes ou fechar a peça, sendo para isso passada através de uma abertura especial, chamada *casa*, quer como ornamento. É feito dos mais variados materiais, como chifre, celulóide, marfim vegetal, couro, jarina, louça, madeira, madrepérola, matéria plástica, osso, vidro, metais comuns;

b.2) enfeites para orelha ou ornamento – tem por referência o brinco de forma esférica e sem pingente;

b.3) jogos – tem por referências peças de plásticos de forma arredondada que representam jogadores de futebol de times distintos e, quando acionadas, defendem e atacam, segundo regras pré-estabelecidas como em uma verdadeira partida futebolística;

b.4) peça de elevadores - tem por referência a instalação fixa do botão que, acionado, desloca em sentido vertical pessoas ou cargas entre andares de um prédio para subir ou descer;

b.5) peça de campainhas – tem por referência a instalação fixa do botão que, acionado, emite som chamar, comunicar a presença de pessoa situada diante da porta de entrada.

Nesse caso e em outros, tem-se: um mesmo vocábulo “botão”, usado em diferentes discursos nos quais, na sua dimensão sígnica, os seus respectivos significantes não estão articulados a um mesmo significado ou conceito; logo, suas referenciações equivalem a palavras distintas: “flor” e “peça de..... para”. Assim, o “botão” faz remissão a pétalas de diferentes e variadas flores; portanto, a um conceito genérico, tanto quanto “peça”, de sorte a designarem “botão” como dois signos distintos. Em ambos os casos, essas designações hiperonímicas denominam sub-redes de conhecimentos específicos – hipônimos – em que esses “botões” implicam usos de formas vocabulares estendidas por composições com outras formas vocabulares; contudo, para se referirem não à concepção de botão, mas aos seus diferentes tipos e funções – botão de camisa, de calça, de casaco, etc.; botão de elevador, de carro, de campainha; botão de rosa, de margarida, de onze horas. Trata-se, portanto, de dois vocábulos, dois signos e inúmeras palavras.

Ressalta-se, em relação aos processos de idiomatização do vocabulário da língua portuguesa, usado por brasileiros e pelos portugueses ibéricos, essa correlação entre signo, vocábulo e palavra implica que:

a) uma mesma forma léxico-gramatical está para um mesmo vocábulo assim como este vocábulo está para uma signo e este para uma só palavra – quando se trata, por exemplo, de denominações por meio das quais são designadas partes do corpo humano: cabeça, braço, mão, dedos, etc.;

b) uma mesma forma léxico-gramatical equivale a dois vocábulos distintos, que equivalem a dois signos, referentes a palavras distintas; por exemplo, a forma lexical *passadeira* que:

b.1) no Brasil, usada em discursos que têm como sistema de referenciação conhecimentos do mundo do trabalho, designa uma “profissão”, exercida por

mulheres que passam roupas, em estabelecimentos comerciais, ou mesmo em casas onde trabalham com tal finalidade; trata-se de um signo por meio do qual o brasileiro representa essa mulher pelo conceito de “profissão”, uma “trabalhadora”, “uma assalariada”; logo, um vocábulo, um signo, diferentes palavras;

b.2) em Portugal, usada em discursos que têm como sistema de referência o deslocamento corporal por meio dos pés em ruas e avenidas de cidades, por onde trafegam veículos. Essa forma vocabular designa faixas pintadas de branco sobre o asfalto, diante das quais os veículos param para que os pedestres possam atravessar essas ruas e avenidas em segurança; logo outro vocábulo, outro signo e outras palavras: pedestre, transeunte;

b.3) no Brasil e em Portugal, essa mesma forma vocabular, empregada em discursos que têm como sistema de referência produtos manufaturados no campo da tapeçaria – designa uma dessas peças de forma retangular usada em corredores de residências, ou diante de pias e tanques da cozinha ou de áreas de serviço. Logo, um mesmo vocábulo, um mesmo signo, duas ou mais palavras: “passadeira” ou “tapete”, que podem ser expandidas por composição de modo a designar o lugar em que é usada ou o tipo de passadeira: passadeira/tapete para pia, para área de serviço, para corredor.

Contudo, e a título de exemplificação, apresenta-se abaixo, quadro por meio do qual se pode organizar a síntese acima, tendo por parâmetro a comparação entre as definições dos conteúdos dessa mesma forma vocabular proposta por Houaiss (2009), em comparação com o dicionário *on line* Priberam da Língua Portuguesa, da língua portuguesa ibérica. (<http://www.priberam.pt/>)

a) Passadeira - 1. Alpondra; 2. Peça longa e estreita de tapete, lona, linólio, etc. para recobrir e proteger escadas, corredores, etc.; 3. Grande colher com a qual se baldeia o caldo de cana nos engenhos de açúcar; 4. Espécime de filtro; 5. Espécie de anel por onde passa a gravata, fita ou cordão; 6. Mulher, cujo ofício é passar roupa; engomadeira; 7. Máquina que faz este trabalho; 8. Estabelecimento comercial especializado em passar roupas a ferro rapidamente; 9. Faixa para pedestres (na rua). (HOUAISS, 2009: 1441)

b) Passadeira - 1 Alpondra; 2. Cada um dos degraus que se colocam a espaços nos telhados, para se poder andar por eles; 3. Tira de pano, lona, oleado ou outro material, colocada sobre alcatifas, pavimentos ou escadas; 4. Larga tira ou sinalização colocada sobre os pavimentos, destinada à passagem ou atravessamento dos peões; 5. Ponte para passagem de peões, construída sobre um curso de água, uma estrada ou uma depressão de terreno. = PASSARELA; 6. Braçadeira; 7. Arco de argola que prende a bainha da espada ao talim; 8. Instrumento de medir o calibre das peças; 9. Anel ou nó corredio; 10. Náut. Cabo de três cordões de linho; 11. Reg. Lugar onde se põe a fruta a secar. (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa)

Portugal	Brasil
1. Alpondra	1. Alpondra <<cada uma das pedras que formam, de uma margem à outra de um rio, um caminho que pode ser percorrido a pé; passadeira, pondra>> (Apesar de registrado, não se verifica esse uso)
2. Cada um dos degraus que se colocam a espaços nos telhados, para se poder andar por eles.	∅
3. Tira de pano, lona, oleado ou outro material, colocada sobre alcatifas, pavimentos ou escadas.	2. Peça longa e estreita de tapete, lona, linólio, etc. para recobrir e proteger escadas, corredores, etc.;
4. Larga tira ou sinalização colocada sobre os pavimentos, destinada à passagem ou atravessamento dos peões;	9. Faixa para pedestres (na rua). (Apesar de registrado, não se verifica esse uso)
5. Ponte para passagem de peões , construída sobre um curso de água, uma estrada ou uma depressão de terreno = PASSARELA Peão (ver definição ampliada no item 2.3.1.1)	∅
6. Braçadeira	∅
7. Arco de argola que prende a bainha da espada ao talim;	∅
8. Instrumento de medir o calibre das peças;	∅
9. Anel ou nó corredio	5. Espécie de anel por onde passa a gravata, fita ou cordão. (Apesar de registrado, não se verifica esse uso)
10. Náut. Cabo de três cordões de linho;	∅
11. Reg. Lugar onde se põe a fruta a secas	∅
∅	3. Grande colher com a qual se baldeia o caldo de cana nos engenhos de açúcar;
∅	4. Espécime de filtro;
∅	6. Mulher, cujo ofício é passar roupa; engomadeira;
∅	7. Máquina que faz este trabalho (trabalho de engomar);
∅	8. Estabelecimento comercial especializado em passar roupas a ferro rapidamente;

Obs. Dentre as predicções acima comparadas, atribuiu-se relevo a passadeira quanto ao campo discursivo de papéis sociais referentes ao campo do trabalho e aquele referente à locomoção.

2.3.1 As palavras e suas formas vocabulares expandidas

As investigações lexicológicas, acima registradas, orientaram e orientam a produção dos dicionários monolíngues: um produto manufaturado, concebido como artefato e sociofato, que tem as definições dos conhecimentos léxico-gramaticais da língua por ele descritas como seus fundamentos. Os lexicógrafos, diante da correlação entre a concepção de signo ⇔ vocábulo ⇔ palavra, são unânimes em propor o vocábulo como o elemento-base para o tratamento do significado das palavras por eles descritas, sob a forma de definições, ou seja, unidade de citação desse ato verbal, afirma Lara (2006). Esses estudiosos justificam essa escolha, pontuando ser o vocábulo a unidade formal de fixação por meio da qual é possível tratar dos significados de suas ocorrências em variados e diferentes campos discursivos, por meio de sinais escritos, ou signos verbais.

Nesse sentido, os estudos sobre o vocábulo resultam de diferentes pontos de vista teóricos que têm por ancoragem a capacidade perceptual e/ou cognitiva e linguística que os usuários expressam por atos verbais de respostas sobre os significados das palavras. Os lexicógrafos reconhecem os avanços propostos pelas investigações lexicológicas referentes às estruturas das línguas investigadas com essas formas de representações, focalizadas como fenômenos sócio-cultural-históricos. Postulam que esses estudos possibilitam a identificação de formas canônicas por meio das quais são reconhecidas as unidades significativas das atividades da fala, ou seja, das formas flexionadas ou derivadas da língua estudada. A palavra a que essas formas fazem referência mantém a sua concepção como elemento das atividades da fala que não têm equivalência unívoca com a(s) forma(s) vocabular(es) pela(s) qual(is) ela(s) é (são) representada(s) em língua e são produtos de atos verbais de respostas a perguntas sobre os significados das palavras. Esses atos verbais são praticados entre falantes de línguas, mesmo sem tradição escrita, o que comprova a capacidade de os homens reconhecerem os lexemas dos paradigmas da língua pela qual organizam seus conhecimentos de mundo, ordenados por relações entre os

morfemas dos elementos léxico-gramaticais constitutivos do vocabulário geral das suas referidas línguas.

2.3.1.1 Os processos de formação de vocábulos derivados

Nesse contexto, as formas vocabulares do universo lexical da língua portuguesa, na dinâmica de seus processos de construção, dispõem de elementos pelos quais elas são expandidas, por meio de morfemas, denominados afixos, diferenciados em “prefixos” e “sufixos”. Esses elementos, assim denominados por um ponto de vista gramatical – aquele que responde pela descrição da sintaxe lexical – são concebidos por processos gerais de estruturação de que resulta a própria formação dos elementos do universo lexical. Logo, eles se configuram como elementos constitutivos da própria estrutura das línguas humanas, herdados, cultivados e/ou usados para estender formas vocabulares simples, transformando-as em formas derivadas: “desviado do curso ou função normal”, ou seja, da sua matriz original, isto é, uma forma lexical criada para designar, por exemplo:

a) um objeto do tipo “lápiz” – variedade de cristais de carbono negro, de forma esférica, envolto em um cilindro de madeira, usado para escrever e desenhar – é acrescido do sufixo “- eira”, quando esse seu invólucro é substituído por metal ou plástico que projeta ou recolhe a ponta do grafite, quando se aperta uma mola localizada na sua parte superior. Tem-se, assim, a lapiseira: uma reinterpretação do lápis. O mesmo ocorre com o uso dos prefixos, quando empregados para criar formas vocabulares, por meio das quais se designa, por exemplo:

b) novos objetos como “transatlântico”, em que o prefixo “trans-” passa a denominar um novo-outro tipo de navio de passageiros que se desloca entre os mares dos oceanos.

A extensionalidade dos significados dos prefixos e sufixos é inúmera quanto à formação de palavras derivadas e esse tipo de processo, segundo os estudiosos da morfologia lexical, pressupõe o fato de os afixos terem funções sintático-semânticas bem definidas. Assim, eles delimitam graus que possibilitam prever, por um lado, o significado de palavras por eles formados e, por outro lado, a esses graus

correspondem aqueles de previsibilidade das funções sintáticas das suas respectivas formas vocabulares. Tais funções sintáticas, dessa forma de ação, ao estenderem a significação dessas outras-novas formas e, ao mesmo tempo, suas funções sintáticas, tornam as mesmas comuns na estrutura derivacional da língua. Logo, em sendo essas funções sintático-semânticas inerentes à estrutura da língua, buscou-se verificar como elas se assemelham no campo da significação, quanto às suas respectivas arquiteturas idiomáticas.

Ressalta-se, conforme exemplo de “*passadeira*”, que as formas vocabulares, inscritas na memória histórica do povo brasileiro e do povo ibérico, usuários dessa mesma língua, não têm equivalência quanto suas respectivas definições. Observa-se que a definição “*Larga tira ou sinalização colocada sobre os pavimentos, destinada à passagem ou atravessamento dos peões*”, é perfeitamente compreendida pelo usuário do idioma brasileiro, salvo o uso do vocábulo “*peões*” que, no Brasil, não equivale à pedestre, pois “*peão*” possui a mesma estrutura mórfica; contudo, quanto aos seus significados institucionalizados, verifica-se que:

No Português Ibérico	No Português brasileiro
1 - homem que anda a pé.	Ø [pedestre]
2 - soldado de infantaria.	Ø
3 - pajem: rapaz que, na Idade Média acompanhava um príncipe, um senhor, uma dama, para prestar-lhes certos serviços e iniciar-se na carreira das armas; ou, empregado que acompanhava alguém em viagem a cavalo.	Ø
4 - Cada uma das peças menores do jogo de xadrez	Cada uma das oito peças de movimento limitado dispostas ao longo da segunda fila, de cada lado do tabuleiro, no início de cada partida.
Ø	Amansador de animais.
Ø	Condutor de tropas de animais.
Ø	Auxiliar de boiadeiro, peão de boiadeiro; peão de tropas; tropeiro.
Ø	Trabalhador com baixo grau de qualificação, ou servente de obras servente de obras de Engenharia Civil.
Ø	Peão de rodeios: aquele que monta cavalos e bois em espetáculos públicos ou festas para disputar um prêmio pelas suas habilidades de montaria

No português ibérico, segundo Le Goff (1995), o significado do vocábulo atribuído a peão, de origem latina, como *homem que anda a pé* funciona para diferenciar esse

homem daquele que anda a cavalo, o cavaleiro que, na Idade Média e na condição de súdito do rei – normalmente o filho bastardo da nobreza, o “fidalgo”: aquele que era filho de algo e não de “alguém” – recebia educação palaciana, trabalhava como pajem, no palácio, para ser iniciado cavaleiro. Aqueles que não tinham cavalo e, na condição de guerreiros, integravam-se a uma infantaria, onde se faziam soldados pelas armas com que defendiam o reino, os feudos e seus castelos: eram soldados da infantaria dos exércitos da época.

No português brasileiro, em cujo território a Idade Média não foi vivenciada, quando empregado com esse significado para denominar “aquele que não tem cavalo, coche ou carro para se locomover – aqueles que transportavam com a força de seus braços os “senhores colonizadores”, os escravos – esse significado se reveste de valor depreciativo e se faz ofensivo àquele a quem ele é dirigido. No quadro acima, o uso dessa forma vocabular faz remissão a uma profissão, mas em todas elas, aquele que a exerce tem o cavalo como montaria, é transportado por ele. Exceção feita ao “peão de obras da engenharia civil” ou “peão de fazenda”; mas na condição de trabalhador e não de escravo: não transporta pessoa, prepara a massa para assentar tijolos, azulejos; ajuda o pedreiro, é um aprendiz dessa profissão. Na condição de peão de fazendas de plantação ou de gado exerce a profissão de homem que sabe plantar, cuidar e colher alimentos; um lavrador da terra, ou que cuida do gado do fazendeiro, recebendo salário, moradia para viver na própria fazenda com filhos e mulher: sua família.

No português ibérico e no brasileiro, a única predicação comum é aquela referente ao “peão” do jogo de xadrez. Contudo, é preciso melhor situar que esse jogo, conhecido e dominado pelos árabes – povo invasor da Península Ibérica – usado como metáfora da supremacia de combate entre reinos e povos guerreiros, foi adotado pelos portugueses como alegoria da vida social. Na Idade Média e Renascença, esse jogo tornou-se parte da cultura da nobreza, sendo usado tanto no entretenimento de reis e cortesãos, quanto para o ensino de estratégias de militares. O xadrez também entrou nos círculos de clérigos, estudante, mercadores, estendendo-se à cultura popular da Idade Média. No Brasil, ele é introduzido pelos portugueses e começa a se popularizar após a segunda guerra mundial e, a partir de então, estende sua popularidade entre o povo brasileiro, perdendo uma das suas principais características: o de estratégia militar. Por conseguinte, entre nós, ele não

funciona como alegoria de vivências de uma história da vida social como é o caso da comunidade portuguesa, de modo que a definição de “peão” não faz referência ao marco da memória social de longo prazo de uma existência medieval. Para o brasileiro, o peão representa tão somente peças que têm funções estabelecidas nesse jogo, cujo conhecimento e domínio, à semelhança de outros jogos, têm o valor de competição que implica a disputa, a vitória e a derrota.

2.3.1.2 Os processos de formação de vocábulos compostos

As formas vocabulares compostas resultantes de combinatória de palavra, à semelhança dos prefixos e dos sufixos integram-se ao vocabulário do léxico da língua do usuário consagrado pelo uso, ou institucionalizado, mas sempre adaptado a situações de contextos de modo a facultar o processo de compreensão e interpretação. Logo, elas também formas vocabulares conhecidas e criadas para designar “novas coisas ou objetos no mundo ou outras velhas novas funções sociais, papéis sociais exercidos por pessoas – como guarda-chuva, guarda civil, por exemplo, que têm como núcleo a concepção de “proteção”, expressa por inúmeras outras palavras a que se remetem essas formas vocabulares em situações de usos efetivos. Assim, o guarda-chuva é objeto que tem a função de proteger as pessoas e o guarda-civil a de proteger a população de uma cidade.

Essas formas compostas resultam do uso do modelo que assegura a organização e a ordenação de conhecimentos por dois tipos de estruturação sintático-semântica: a formação de palavras e a formação de enunciados. A primeira, ao condensar conteúdos sócio-cultural-históricos, organiza-os por esquemas referentes a categorias semântico-sintáticas por meio das quais compreende e interpreta conhecimentos de mundo, designando-os por formas vocabulares livres, semilivres ou fixas, de modo a condensar seus significados: chuva; guarda-chuva; chover palavrões. A segunda, ao expandir esses mesmos conteúdos por esses mesmos esquemas, deles faz usos de forma inversa, mas não as categorias semântico-sintáticas uma das outras, embora atribua relevo ao esquema sintático para ordenar-reordenar os conteúdos semânticos dessas mesmas formas de designações.

Assim, as categorias semânticas referentes aos conteúdos dessas unidades vocabulares são entretecidas às sintáticas, ou vice-versa, de sorte que as formas

vocabulares nominais – os nomes classificados em substantivo, adjetivo, advérbio e verbo – sempre condensam conhecimentos de mundos que designam, em língua: a) “coisas ou pessoas que ocupam diferentes lugares no espaço delimitado por esses mundos sócio-cultural-históricos; b) qualidades e/ou valores a elas atribuídos quanto às suas diferentes e variadas funções nesses mundos; c) essas funções, relacionadas aos diferentes e variados modos de ser, são inerentes aos modos de agir e de proceder das pessoas em relação aos lugares que ocupam e neles se situam em diferentes e variadas temporalidades, bem como os modos pelos quais elas fazem usos das coisas ou objetos naturais ou não naturais que descobre e inventa.

Nesse contexto de complexidades, implicadas na classificação semântico-sintática dos conteúdos das designações lexicais, sob a denominação de “nomes e verbos”, essas categorias estão entretecidas, de sorte que, ao tratar ou fazer uso de uma delas, as outras sempre estarão pressupostos por esses processos de condensação e de expansão. Sejam essas categorias referentes aos esquemas de organização e de ordenação sintático-semânticos, ou vice-versa. Todavia, não há correlação unívoca entre usos das categorias esquemáticas desses dois modelos que organizam os significados de um enunciado frasal, como expansão dos seus conteúdos condensados por unidades vocabulares. Assim, há graus de regularidades-irregularidades entre eles. Os graus de regularidades observados nesses processos de condensação-expansão, embora possibilitem identificar esses modelos de categorias pelos quais os conhecimentos de mundos são entretecidos de forma ordenada, sempre são revestidos de graus de irregularidades.

Considerado o fato de a formação dos vocábulos compostos terem por fundamento a condensação de enunciados frasais, a regularidade das categorias nominais relacionadas às categorias verbais – o verbo e os seus complementos – são as mais frequentes. Contudo, todas as formas vocabulares verbais são deslocadas para a classe do nome, ou seja, o verbo passa a ser nome de pessoas ou coisas: a) beija flor, quero-quero, bem te vi = nomes de pássaros; b) leva e traz = nome de pessoa qualificada pelo seu modo de proceder ou de agir como fofoqueira; aquela que cria intrigas, faladeira. Assim, as expansões dos conteúdos dessas formas vocabulares retomam, pelo uso das categorias frasais, os conteúdos definitórios de seus

significados semânticos para descrê-los por predicacões – (tipo de) pássaro que se alimenta de substância açucarada produzida pelas flores, etc., por exemplo.

Posto isso, apresentam-se os tipos de vocábulos compostos que resultam de pesquisas produzidas nos campos da lexicologia e da lexicografia, por meio das quais elas têm sido tratadas como lexias semilivres e presas.

A. As formas vocabulares semilivres

Essas se tipificam pelo fato de a segunda forma vocabular do seu processo de composição poder ser substituída, ou comutada por outra(s) forma(s) vocabulares, mas sempre combinadas entre si de modo a formar uma única e nova designação vocabular para denominar “outros-novos objetos que passam a existir no mundo”: produtos dos inventos humanos. Assim, dadas as seguintes lexias compostas:

a.1) **beija-flor** ⇔ tipo de ave de pequeno porte, de visão apurada, mas olfato pouco desenvolvido e um dos poucos vertebrados capazes de detectar cores; alimenta-se de néctar, aranhas, abelhas e moscas, esvoaçando-se no ar; plumagem colorida entre o verde, o amarelo e o vermelho, em tons metálicos. Ao sugar o néctar de algumas flores, cuja polinização é feita pelas abelhas, não toca nas partes reprodutivas das plantas;

a.2) **pé de cabra** ⇔ tipo de ferramenta pequena – também denominada gazua – construída em metal cuja extremidade, à semelhança de um pé de cabra, funciona como alavanca para arrancar pregos e abrir caixas de madeira. Em alguns jogos eletrônicos tem a função de arma, e é usada para arrombar portas;

a.3) **pé-de-moleque** ⇔ tipo de doce consistente feito de açúcar ou rapadura com amendoim torrado; ou tipo de bolo feito de mandioca, fubá, coco e açúcar; ou amendoim torrado descascado e triturado posta em calda de açúcar temperada com erva doce até o ponto de cortar; feito em torrões colocados em cartuchos cônicos, ou placas triangulares, ou retangulares; calçamento de rua com pedras irregulares de tamanhos diversos, por exemplo. (HOUAISS, 2009)

Observa-se que, em se comutando o segundo elemento das composições vocabulares das designações “pé de cabra” com “pé de moleque”, se tem a mudança de campos discursivos e, necessariamente, duas designações distintas que se referem a palavras distintas, por condensarem saberes referentes a práticas

discursivas que focalizam saberes referentes a produtos manufaturados e gastronomia ou à alimentação. Logo, são formas vocabulares que se remetem a dois signos e a diferentes palavras que têm por referência redes conceptuais diferenciadas. Assim, a comutação assegura identidade das suas respectivas estruturas sintáticas, mas não aquela de seus respectivos conteúdos semânticos.

Logo, pode-se considerar que essas estruturas sintáticas do tipo semilivres são estrategicamente usadas pelos falantes como recursos para criar novas designações lexicais, cujos significados apresentam elevados graus de distanciamentos daqueles identificados nas formas vocabulares das lexias simples que entram no processo de suas composições. Pé de cabra, por exemplo, compreendida como lexia simples, mantém no novo processo de sua composição, a forma do pé da cabra como modelo reproduzido quanto a forma da nova ferramenta, mas não quanto as suas respectivas funções. O primeiro mantém o equilíbrio do corpo da cabra e o seu deslocamento, situando-a no mundo da vida animal; o segundo, conforme já enunciado, é instrumento de trabalho; razão pela qual, os usuários da primeira expressão, compreendida como lexias livres dão a ela identidade pelo uso do artigo “a”, ou seja: *pé da cabra*. O uso de “o pé de cabra” na sua correlação “*o pé de cabra*” assegura pelo uso do artigo, na construção sintática, a diferença do que está sendo lexicalmente denominado. É nesse sentido que as estruturas sintáticas são recursos significativos e necessários que, empregados pelos usuários de uma língua, contribuem para tratar da criação e identificação das questões léxico-gramaticais, ou vice-versa.

B. As Formas Vocabulares Presas

A diferenciação entre a expansão de formas compostas dos tipos semilivres e presas é assegurada pelo fato de as segundas não possibilitarem a comutação do segundo elemento que, articulado ao primeiro, cria outro-novo vocábulo. Segundo Pottier (TURAZZA, 2005), quanto à função semântica desse tipo de lexia – como: “arco-íris”, “pôr do sol”, “mesa redonda”, por exemplo, comparadas às semilivres, – elas se tipificam, assim como as lexias simples, pela mesma função: a de designarem conhecimentos de mundos. Embora as lexias semilivres apresentem comutação, conforme análises já enunciadas, observa-se que, ao serem comutadas,

elas designam outros-novos conhecimentos. Esses conhecimentos têm como sistema de referenciarão dois campos discursivos o que possibilita a seus usuários identificá-los como fenômenos distintos: duas designações diferenciadas. Assim, tanto *arco-íris* quanto *pôr do sol* denomina cada uma delas acontecimentos desencadeados por ações do mundo natural distintos: o primeiro acontece ocasionalmente; o segundo, todos os dias e, das diferenças entre ambos, o usuário tem consciência de modo a usar adequadamente essas designações vocabulares para denominá-los. Como tais fenômenos são únicos e específicos do mundo natural, a inexistência de comutação para designar dois objetos diferentes não seria viável.

Ressalta-se que o tipo de composição de formas vocabulares presas do tipo “fidalgo”, segundo Barbosa (*apud*. TURAZZA, 2005), hoje, são consideradas “como lexias simples”, devido à perda do núcleo semântico de quando da sua criação e usos, na Idade Média, pela memória semântica de seus usuários, para diferenciar “aqueles que eram filhos de algo” “daqueles que eram filhos de alguém: os nobres”. Essa distinção entre “algo” e “alguém”, para se referir ou classificar a paternidade, não é informação de que se ocupem os dicionários monolíngues; tampouco o fato de esse vocábulo, hoje, fazer referência a qualidades nobres de um homem – aquele que por seu próprio esforço se reveste de qualidades inerentes à educação esmerada que dele faz uma pessoa gentil, atenciosa, de caráter, magnânima – e não àquele cuja paternidade era totalmente ignorada, ou socialmente desconhecida, cujo sinônimo equivale a “filho bastardo, ou de pai desconhecido”. Entretanto, entre a Idade Média e a Moderna, “fidalgo” foi sendo revestido de significações para designar “o homem que vivia, ou vive confortavelmente de seus rendimentos, sem que tivesse ou tenha necessidade de trabalhar. Esse homem era o herdeiro das capitâneas hereditárias, proprietários de escravos, das terras de plantações da cana-de-açúcar, das fazendas de café, nos tempos do Brasil colonial e, nos tempos modernos, herdeiros de grandes industriais, ou de banqueiros, por exemplo.

Contudo, entre esses dois tempos históricos, o significado de “fidalgo” se mantém como traço significativo do núcleo semântico da sua forma vocabular composta, para se referir a “homem nobre” que – por “favor” de um rei/rainha, ou membro de outros membros da família real de quem era filho bastardo, ou desconhecido – vivia e trabalhava nos palácios para tornar-se cavaleiro medieval. No Renascimento e nos

séculos que a ele se seguem, esse modo de viver à mercê de outrem, ou buscar no outro, em “um mecenas”, proteção e ajuda para viver da pintura, da arquitetura, das artes, em geral, desloca o sentido de “filho de algo” para o de artista, filósofo, etc. Logo, de alguém que tem méritos próprios e é esse o sentido que hoje se atribui a um “homem nobre”, construído no Renascimento: um fidalgo que tem origem declarada, “é filho de alguém” e não de “algo”. (LE GOFF, 1995)

Nesse contexto de fidalguia – em que se é fidalgo por herança genética desconhecida e, ao mesmo tempo, membro de uma classe ou grupo social; de quem vive de heranças e não precisa trabalhar, à semelhança da família real, ou de seus nobres, ou ainda por generosidade e nobreza de caráter – situam-se os significados sócio-cultural-históricos da lexia composta “mesa-redonda”. Assim, do mesmo modo como o significado de “fidalgo” deixa de ser um ato de ocultamento de paternidade ou de maternidade para se qualificar ato de generosidade, da nobreza de caráter, ou de quem não precisa trabalhar, “mesa-redonda” também tem seus significados sócio-cultural-históricos perdidos nos matizes da memória do longo prazo semântica, entre homens dos tempos modernos. Definida, segundo Houaiss (2009) como “discussão ou conferência em que todos aqueles que dela participam estão em pé de igualdade”, dela são cancelados os seus significados sócio-cultural-históricos, mantendo nessa nova-outra significação os traços semânticos de discussão em que todos aqueles que dela participam estão em pé de igualdade e a ela foi acrescentado o significado de “conferência”. O significado dessa definição tem por referência:

a) **encontro entre pessoas** – cientistas, especialistas, tecnólogos, ou pessoas de reconhecido saber em quaisquer áreas dos conhecimentos humanos – que se reúnem no entorno de uma mesa, seja ela redonda, quadrada, retangular, ou oval para discutir quaisquer temas de interesse público, ou de grupos sociais. Esses encontros inclusive podem ser referentes a quaisquer reuniões – designação usada para o exercício dessas práticas discursivas, ou reunião de trabalho dos mais diversos e variados. Logo, trata-se de campos discursivos referentes ao mundo da produção de manufatos, sociofatos, psicofatos ou artefatos que se qualificam por valores econômicos financeiros, quando a forma vocabular “mesa” não precisa ser necessariamente redonda e, dificilmente o é. Têm “cabeceiras”, no entorno das

quais se sentam aqueles que ocupam cargos superiores aos demais: diferentes tipos de chefes ou de subchefes.

b) **encontro entre cientistas e público universitário** que se reúnem em auditórios para discutirem temas, previamente agendados durante eventos científicos, divulgados com antecedência – à semelhança da anterior, sob a forma de conferências ou “mesa-redonda” da qual participa um mediador que, situando-se entre o público e a plateia: b.1) recebe questões sobre o tema, apresentado por escrito a um dos cientistas da mesa, faz a pergunta a ele dirigida ou entrega diretamente a ele que se ocupa de respondê-las; b.2) anota nomes de quem se manifesta para falar, passando-lhes a palavra diretamente ao membro da mesa e com ele dialoga, rapidamente. Trata-se, nesse caso, de comportamentos institucionalizados, dentre outros, que mantêm os rituais no campo do ensino herdados das universidades medievais;

c) **encontro entre o Rei Arthur e seus cavaleiros**, homens da fidalguia medieval que, sentados em cadeiras dispostas no entorno de uma mesa redonda, desprovida de cabeceira, reis e cavaleiros igualavam-se na condição de homens, guerreiros, defensores das causas comuns vivenciadas por homens comuns de um reino medieval pela mesma posição que assumem no entorno desse tipo de mesa. O poder de autoridade dos reis, nessa história lendária, segundo Le Goff (1995), refere-se a esse rei e a seus nobres cavaleiros fidalgos na junção das lexias simples por meio da qual elas se fazem compostas, revestindo-as de novos significados. Esses novos significados fazem remissão aos discursos do mundo da vida para simbolizar os lugares onde os homens se encontram, conjugam suas forças, seus conhecimentos e habilidades para se (re)encontrarem e, sem perderem suas identidades, vivem a busca pela construção da “Igualdade” fundada e fundamentada na liberdade responsável: um outro significado simbólico.

Esse simbolismo funda-se no fato de um rei que sabe subir ao trono e dele descer, bem como de ele e seus cavaleiros saberem ser o trono e a mesa-redonda lugares sociais que, se por um lado os diferenciam, por outro, os igualam como homens que todos eles são no mundo da vida. Assim, diante de conflitos comuns, eles assumem posições semelhantes para manterem o trono de um “rei” que também sabe que precisa se sentar à “mesa-redonda” com os seus súditos-vassalos. Para esse autor,

essas são histórias sobre a construção da identidade social do homem narradas em lugares do espaço por eles ocupados das hierarquias sociais para se remeterem ao mundo do imaginário, povoado pela em que a utopia não se dissocia da ideologia.

Segundo ainda Le Goff (1995) essas são histórias da civilização do oral que – transladadas para a civilização da escrita, situam a significação da mesa-redonda, em sua correlação com aquela do trono por relações em que seus significados se opõem para se complementarem – na trama das relações socioculturais humanas, mantêm os fios da trama de seus tecidos históricos na memória do longo prazo como testemunha do já vivido, do que se vive e do que poderia ser vivido se os homens se reunissem no entorno de uma mesa-redonda. Logo, mesa-redonda é uma palavra-chave para abrir as portas que facultam a compreensão dos processos de suas interpretações por meio das quais se pode conhecer as razões de as mesas dos palácios não serem redondas, mas sempre retangulares.

Ressalta-se, quanto aos processos de idiomatização de formas vocabulares compostas, derivadas por expansão de formas vocabulares simples, o fato de todas elas terem função denominativa, de sorte a se poder considerar, quanto à formação do vocabulário do idioma brasileiro, serem elas designações:

- a) estruturadas pelas regras de formação de palavras e de frases da gramática da língua portuguesa;
- b) organizadas por modelos cognitivos que fazem remissão aos modos ou formas de significar conhecimentos de mundos, compreendidos e interpretados por matizes culturais diferentes em interseção com a cultura da humanidade;
- c) a expansão e a condensação desses conhecimentos por designações linguísticas têm os processos de denominação como ancoragem para nomear as relações entre os significados e os sentidos, atribuídos às coisas do mundo pelo homem, para significá-las como:
 - c.1) coisas ou objetos, pessoas, ações, estados, qualidades, modos de agir ou de proceder semelhantes ou diferentes, quando situados em lugares diferentes do espaço ocupados por esses “nomeadores”, em tempos onde se encontram e também assumem posições diferentes;

c.2) a diversidade dessas posições deslocam, os significados das formas linguísticas para diferentes e variadas perspectivas pelas quais se reconhece e se identificam novas-outras coisas no mundo, ou variações de formas ou modos de ser e de agir daquelas já conhecidas e significadas;

d) o conteúdo semântico para onde essas denominações apontam, quando são ressemantizadas porque empregadas em situações efetivas de usos, ou seja, nas interações comunicativas, passa a ser denominado sentido; logo, o sentido refere-se a esse processo de ressemantização quanto ao uso efetivo dos significados e pode responder pela produção de novas palavras.

2.4 A Interpretação de Significados dos Vocábulo Expandidos: a palavra-frase

Os estudos de Pottier (1972) – sobre dos signos do universo lexical das línguas humanas de que resultaram a classificação das lexias, ou signos lexicais, em livres, semilivres e presos referentes à dinâmica dos processos de produção de palavras – possibilitaram a interpretação dos estudos no campo da morfologia. Os resultados desse trabalho de pesquisa, no que se refere aos conteúdos das formas vocabulares compostas, fazem referência a lexias textuais compreendidas como um outro tipo de formas presas que, também, respondem pela compreensão morfossintático-semântica desse mesmo universo.

Essas lexias textuais presas do tipo textuais não são definidas pela expansão dos conteúdos dos núcleos semânticos por meio de predicções linguísticas de suas formas vocabulares, de que se ocupam os lexicógrafos para elaborar seus dicionários monolíngues. Contudo, neles elas são registradas como paráfrases de definições dos significados de formas vocabulares, já expandidas por meio de suas respectivas definições, por um lado. Por outro, elas são reduzidas a essas mesmas definições, quando o usuário, em situação de interação comunicativa, assume o papel de interlocutor por se propor a construir um ato de resposta referente a uma pergunta a ele dirigida por aquele que, na posição de ouvinte, desconhece o significado da palavra proferida: fato que o impede de compreender a(s) informação(es) sobre o tema de uma conversa. Assim, é por um ato verbal de

pergunta-resposta que incide o significado das palavras e que se pode identificar as palavras-chaves como um tipo de lexia presa, por exemplo,

a) O que significa, o que você quis disse [quis dizer] quando falou, afirmou, ou quando me contou que disse para o seu filho: “foi/ irá/é possível [não foi possível] “ir num pé e voltar no outro?”

R: Ir e voltar rapidamente, sem gastar ou perder tempo ⇔ ir e voltar com extrema rapidez, em instantes ⇔ estou indo e voltando e, quando você pensar/imaginar que estou a caminho [que ainda estou chegando lá], já estarei de volta ⇔ “ir num [só] pulo” = “ir, mas com um pé lá e o outro cá”.

Observa-se que se a pergunta incidir sobre o significado de um enunciado como: “O que você quis dizer, quando me contou que disse a seu filho ‘Vou cuspir no chão e, antes que o cuspe seque, você deverá estar de volta’, pois não admitiria nem um minuto de atraso.” As respostas poderão ser quaisquer umas das anteriores; contudo – e, ainda que inscrita na pergunta estão registrados os sentidos que fazem remissão ao fato de a mãe poder estar ameaçando, ou apressando-o, dele sempre exigindo rapidez, quanto ao cumprimento da ordem dada – a resposta incide sobre o filho que deve cumprir a ordem dada com: extrema rapidez ⇔ “ir voando, como se fosse um pássaro ⇔ “ir num pé e voltar no outro” = ir em de modo veloz, ou seja “em um só pulo” = a) manter um dos pés onde está e por meio de um único pulo colocar o outro lá: lugar onde deve chegar e, rapidamente, fazer o que a ele foi ordenado; b) e, novamente, por um só pulo ou salto, retornar ao lugar de onde saiu ⇔ aquele onde a mãe cuspiu. Portanto, a resposta incidirá sobre o fato do enunciador da pergunta desconhecer a palavra-frase e, necessariamente, o que ela significa naquele contexto de uso, o que exige do interlocutor a elaboração de uma resposta que explicita, conforme possibilidade acima;

a.2) O que significa, o que você quis disse [quis dizer] quando falou, afirmou: “Eu me pareço com a mulher do piolho”

R: É uma pessoa, um homem, uma mulher, muito teimoso(a), pessoa cuja teimosia não tem limites. A pergunta, portanto, não exige como resposta explicações sobre as razões pelas quais em vez de simplesmente avaliar e qualificar o outro como teimoso, optou por compará-lo à mulher do piolho que ele indaga:

a.2.1) “Quem é a mulher do piolho?” – Nesse caso, a pergunta exigiria daquele que se propõe a respondê-la conhecimentos sobre a narrativa oral, causo, conto ou história em que se registra uma situação vivenciada por uma mulher que diz haver encontrado um piolho no cabelo do marido. Ele nega e, depois de discutirem intensamente, ele se atira no fundo de um poço de onde, com as mãos fora d’água, junta os polegares como se estivesse esmagando um piolho. (*apud* CÂMARA CASCUDO, 1986). Logo, a resposta incide sobre a elaboração do resumo de uma narrativa que povoa a memória, tanto do povo português, quanto do povo brasileiro: ambos partilham desses conhecimentos que lhes permitem qualificar uma pessoa teimosa, designando-a “mulher do piolho”.

Nesse sentido, embora à semelhança de mesa-redonda – a do rei Arthur e seus cavaleiros – mulher do piolho e mulher de malandro sejam lexias-presas, a compreensão dos seus respectivos significados globais tem por referência textos de narrativas de histórias, ou narrativas de relatos. Assim, para que se possa explicar o que elas significam faz-se necessário ir além de suas paráfrases definicionais – uma mesa que tem a forma de uma esfera, ou o tampo redondo; mulher teimosa; mulher que gosta de apanhar do marido – ou seja, faz-se necessário elaborar uma síntese de narrativas de histórias ou de narrativas de relato.

Já “cuspir e antes que seque, esteja de volta” denomina um modo de realizar uma ação com muita rapidez por alguma razão que, para ser explicada, precisa ser descrita para além dos limites de suas paráfrases definitórias: “ir muitíssimo rápido; ir num triz” ou “ir num pé e voltar em outro...” Trata-se de lexias que nomeiam narrando, relatando, ou explicando; pois seus significados não se limitam ao espaço de predicções definicionais; contudo, elas não se qualificam como palavras-frases, na mesma acepção com que essas são denominadas provérbios, máximas, anexins, etc.

Nesse caso, quando a resposta incide sobre palavras-frases que fazem remissão a significados de enunciados completos, propriamente ditos, os processos de compreensão e de interpretação se revestem de maior grau de complexidade; razão pela qual os procedimentos de suas análises serão registrados nos subitens abaixo, e subsequentes a esse.

2.4.1 A interpretação de significados das palavras-enunciados

Os enunciados, compreendidos como produtos dos processos de enunciação, são concebidos pelos seus estudiosos como lugar em que se inscrevem os sentidos produzidos por seus enunciadores; razão pela qual deles não são excluídas as vozes daqueles que falam para se comunicarem, num determinado tempo, consoante uma dada situação do contexto sócio-cultural-histórico. Por conseguinte, é por eles e por meio deles que se faz possível compreender e descrever os processos da dialogia, por meio do qual a comunicação e /ou a conversação entre os humanos é desencadeada como ação sócio-cognitivo-interativa, quando os significados léxico-gramaticais são ressemantizados, ou seja, reconstruídos. Assim, os enunciados não são construídos a cada ato de enunciação, mas selecionados pelos falantes de uma dada língua que deles fazem usos para interpretar seus conhecimentos de mundos por aqueles que, socialmente, já compartilham com os demais usuários dessa mesma língua.

As palavras-enunciados, ou palavras-frases do tipo textuais-discursivas, definidas como um tipo de lexias presas, têm função denominativa, à semelhança daquelas analisadas no item que antecede a esse e, assim sendo, seus significados expandidos podem ser reduzidos a paráfrases referentes a lexias simples ou semilivres – essas formas vocabulares compostas por processos de derivações. Assim, por exemplo, a lexia *“Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”* é, usualmente, parafraseada pelas predicções expandidas dos conteúdos semânticos dos vocábulos “paciência” e “persistência”, sob a forma de condensação das quais elas são exemplos de expansões de sentidos cristalizados pelos seus respectivos usos.

Assim, diante de perguntas do tipo: “Qual o significado da palavra-frase ‘água mole em pedra dura tanto bate até que fura?’”, o enunciador poderá responder: “Significa que você, ou a pessoa de quem você me falou/ de quem falamos, deverá ser paciente e persistente na busca de soluções para resolver o problema a mim relatado”. Mas, se a essa explicação seguir a seguinte indagação: “E o que tem a ver o fato de ‘a água mole em pedra dura tanto bater até furar’, com o significado de paciência e de persistência?” A resposta poderá ser: “Indica que é um problema de difícil, embora não seja impossível encontrar solução para ele. Situações

problemáticas desse tipo, que provocam sentimentos de tristeza, de dor, de decepção, evidenciam que a pessoa que os vivenciam não encontrou ainda meios para mudá-las, mudando a si mesma, por não terem descoberto que tempo é o único remédio para curar suas dores, tristezas e angústias”. Trata-se de uma situação que exige tempo, persistência e paciência para serem transformadas e só com/por essas transformações serão resolvidos os problemas de que resultarão as mudanças desses estados vivenciados por essa pessoa que por ela foi afetada.

Observa-se que esse estado também pode se referir a situações implicadas na degradação moral ou na perda de valores éticos ou estéticos que interferem na valorização e autoestima daqueles que as vivenciam. Nesse caso, não é suficiente a resposta incidir sobre a necessidade dos significados a que se referem às formas vocabulares “paciência” e “persistência”, pois esses significados precisam ser expandidos e situados no contexto referente à situação problema cuja solução tem como único colaborador: “o tempo” a ser vivenciado por aquele que sofre as consequências de uma ação desencadeada em tempo anterior, por ter o “normal” equilíbrio afetado por situação difícil para a qual não há soluções imediatas, em curto espaço de tempo.

Nesse sentido, o enunciador que se propõe a responder sobre o uso dessa palavra-frase deve elaborar um texto-resposta para informar ao enunciador-indagador que lhe faculta compreender o seguinte: para o tempo não há problemas que não sejam resolvidos, pois é ele o senhor das lembranças e do esquecimento. Nenhum objeto ou situação, por mais sólidos que pareçam ser, ao serem submetidos às suas ações do tempo, são transformadas, degradadas, esquecidas. Assim, as ações desencadeadas na permansividade do fluxo do tempo sempre modificam aquelas que insistem em se manter intactas; o tempo as renova tanto quanto é por elas renovado, visto que ele transforma e é transformado por tudo e todos que nele estão situados.

Logo, o estado de solidez das rochas ou a fragilidade das pessoas não é eterno: as rochas são transformadas em fragmentos de areias que, depositados no fundo dos leitos dos rios, ou às margens desse mesmo rio, não impedem as águas de escorrerem, sempre, em direção ao oceano. As areias depositadas às margens do seu leito não impedem, também, as pessoas de sobre elas caminharem. Assim, os

problemas insolúveis do passado são depositados nos arquivos da memória (do longo prazo) onde são desgastados e diluídos no/pelo tempo e, à semelhança da areia dos rios, não impedem que a memória continue funcionando – processando e ampliando outros-novos conhecimentos de que se originaram os problemas. Os velhos problemas tampouco impedem que outros-novos problemas venham a existir, enquanto se continua caminhando pelas margens dos rios da natureza, ou pelas estradas da vida. Nessas estradas, sempre há caminhos construídos por outros homens e, ao trafegar por elas, é preciso encontrar os rastros da história de caminhantes que por elas já passaram. (MORIN, 2001).

Observa-se que essa possível explicação, dentre outras, é organizada pelo esquema cognitivo da comparação, qual seja: a) toma-se como parâmetro a interpretação das relações significativas entre os elementos da natureza, organizadas e ordenadas no fluxo de ações intermitentes, permansivas e reiterativas da temporalidade, em que essas ações respondem por transformações das coisas do mundo natural; b) constrói-se uma representação dessa transformação em que os elementos naturais vão sendo transmutados, diluídos ou modificados, de modo imperceptível a olho nu; c) compara-se essa representação com aquela referente à situação de que os problemas insolúveis se originaram, analisando-a pelo modelo de representação construído para interpretar os fatos referentes às mudanças do mundo natural, de modo a compreender a impossibilidade de impedir que, à força dos movimentos, a água deixe de bater na pedra, desgastando-a. Desse processo de compreensão, denominado por Morin (2001) transferência, identificação e projeção resulta o deslocamento de modelos de organização e ordenação de conhecimentos de um campo de conhecimentos para outro, colocam-se em relação dois campos conceituais de conhecimentos: por um lado, aquele referente aos discursos que têm o mundo natural como objeto de significação. Por outro lado, discursos cujos campos de conhecimentos têm o mundo da sociedade como sistema de referência e, pelo modelo de um deles organizam e ordenam-se os conhecimentos de um pelo do outro.

Trata-se dos denominados processos metafóricos que, segundo Morin (2001), configuram-se como a chave pela qual os homens ascendem e ampliam seus conhecimentos de mundo, tornando-se produtores de cultura; razão pela qual, esse tipo de palavra-frase é denominado “chavões”, ou grandes chaves por meio das

quais se tem acesso ao mundo da cultura, da sociedade e de suas histórias. Neles a permansividade está assegurada pela condensação ou fragmentos de textos que foram colocados em curso, no fluxo da história da própria humanidade, por diferentes e variados homens que deles fizeram e fazem uso como chavões, ou como citações, diretas ou indiretas, de onde se originam diferentes e variados outros textos, sempre reinterpretados por outros-novos discursos.

As palavras-frases, consideradas por esses processos, não se deixam simplesmente descrever por predicções definitórias, pois as expansões de seus significados exigem a construção de um texto explicativo ou enciclopédico, sob a forma de descrições ou de narrativas de histórias alegóricas, visto elas se qualificarem como enunciados “produtos” que funcionam como sínteses dos conteúdos desses tipos de textos. Segundo Lajolo (1994), a leitura compreensiva dessas palavras-frases é aprendida nos textos da escola da vida: aquela em que nos educamos pela convivência com alguns adultos sábios que nos ensinam, por meio dos significados do mundo, indissociáveis daqueles referentes ao mundo natureza, como estão condensados os conteúdos das formas desse tipo de palavras. Por elas somos orientados a aprender sobre como proceder para interpretar o mundo da vida, enquanto nele se vive. Na escola do mundo da escrita, eles dificilmente são aprendidos, pois, segundo Assis (1987), em “Conto de escola”, nela se aprendem outras lições, como a delação, por exemplo.

Para Mello (1986) essa função educacional referente à aprendizagem de palavras-frases exige dos educadores que a correlação entre educação e cultura – por meio da qual os homens se tornam sábios – ela não seja interpretada como relação de meio e fim, visto que essa sabedoria inscreve a sua produção na indissociabilidade entre as relações estabelecidas pelos significados das duas primeiras; pois, ao produzir cultura o homem se educa e, ao se educar produz cultura. O parâmetro para tratar dos graus dessa transformação são as normas de cortesia, cuja referência é a nobreza do caráter, qualificado pelo grau de dignidade, de racionalidade, de sentimentos ou emoções equilibradas de que resulta a sensatez. Mas essa nobreza não tem por marco o compadrio, a doação, ou um modo de viver de heranças de bens materiais daqueles que constroem riquezas para serem usufruídas por seus descendentes. O seu marco tem por referência heranças de bens não materiais que se aprende a produzir e usar como referência para estender

o grau das normas de cortesia recebidas como legado, mas reinterpretadas pelo esforço de um trabalho próprio: aquele de que resulta a humanização de cada geração, de cada novo homem que se faz novo por ser capaz de recriar a própria cultura herdada.

2.4.2 Os tipos e os modelos de interpretações dos significados das palavras-frases

Os dados já registrados do corpus selecionado sobre os tipos de lexias, dentre as quais se situam as lexias presas do tipo textuais, as quais foram denominadas palavras-frase, também designadas provérbios, máximas, aforismos, ditos, expressões fixas, expressões idiomáticas, expressões pluriverbais, idiomatismos, adágios, ditos ou ditados populares, expressões tradicionais. Conforme quadro abaixo, elaborado por Pereira (2006), para quem essa diversidade de designações a elas atribuídas possibilita observar as diferentes definições de seus tipos e por elas observar que, muitos de seus estudiosos se esforçam por classificá-las. O grau de tautologia existente entre essas definições, entretanto, se, por um lado, possibilita diferenciar um tipo de outro; por outro lado, impossibilita esse pesquisador precisar a identidade de cada um desses tipos de palavras-frases, dado o grau de proximidade entre essas definições, na medida em que uma se define por outras.

Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa	José Pedro Machado - Dicionário etimológico da língua portuguesa	Francisco da Silveira Bueno - Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa	Diccionario de aforismos, proverbios e refrans (1967)
adágio ¹ [Do lat. adagiu] S.m. V. provérbio ...;	adágio ¹ , s. Do lat. adagiu-.... Séc XVII, no Dic. de Agostinho Barbosa, 1611, s.v.... p. 71	adágio - s.m. Dito, provérbio, rifão, etc. Lat. adagium. ... p. 76	adágio encerra um sentido doutrinal encaminhado a proporcionar algum conselho para saber se conduzir na vida ...
aforismo [Do grego <u>aphorismós</u> , pelo lat. <u>aphorismu</u> .] s.m. sentença moral breve e conceituosa; máxima ...	aforismo , s. Do grego <u>aphorismós</u> , "limitação; definição; breve definição, sentença", donde: "sentença breve e indiscutível que resume uma doutrina... p. 105.	aforismo - s.m. Sentença, ditado, provérbio, definição. Gr. <u>aphorismós</u> , definição, sentença, conceito. p. 111 [frase memorável de uma personagem ilustre. (LACERDA, 1999)]	aforismo é uma sentença lacônica e doutrinal que apresenta em forma sintética o mais interessante de alguma matéria, regra, princípio, axioma ou máxima instrutiva.
anexim (x=ch). [Do ar. <u>an-naxid</u> .] s.m. 1. v. provérbio... 2. Dito sentencioso.	anexim , s. Do ar. <u>an-naxid</u> , "elevação da voz, canto; poema que se recita nas assembleias; trecho de declamação, hino"; deve ter tomado o	anexim - (chim) s.m. Rifão, adágio, ditado, provérbio. Ár. <u>an-naxid</u> , elevação da voz, canto, etc. ... p. 239.	

	sentido de “adágio” no Andaluz, a substituir o clássico mathal;... p. 201.		Ø
apotehma . [Do grego <u>apophthegma</u> .] s.m. 1. Dito curto e sentencioso, aforismo, máxima...; [fórmula coletiva, tradicional pertencente a personagem ilustre que se constitui de pequenas histórias extremamente condensadas, aplicadas às mais variadas situações da vida. (SILVA, 1992).	Ø	apoftegma - s.m. Dito sentencioso, provérbio, expressão rara de grandes homens. Gr. apophthegma, de apophthéngomai, digo de modo conciso. ... p. 290.	apotehma - quando se trata de sentenças proferidas por algum personagem célebre.
axioma (cs ou ss). [Do gr. <u>axioma</u> , pelo latim <u>axioma</u> .] s.m. 1. Filos. Premissa imediatamente evidente que se admite como universalmente verdadeira sem exigência de demonstração. 2. P. ext. Máxima, sentença...	axioma , s. Do gr. <u>axioma</u> , “preço, valor, qualidade (de um exército) ... “princípio que serve de base a uma demonstração, princípio evidente de si próprio, axioma, proposição;... p. 288.	axioma - s.m. Princípio evidente que não precisa de demonstração. Proposição clara por si mesma. Gr. axioma, atos, dignidade. p. 455.	Ø
brocardo . [Do lat. medieval <u>brocardu</u>] s.m. 1. Axioma jurídico. 2. Axioma, aforismo, máxima, sentença, provérbio...; [o brocardo é um axioma jurídico, a exemplo de “Tem uma árvore e um livro: falta-lhe um filho”. (VELLASCO, 2000).	brocardo , s. Do lat. medieval <u>brocardu</u> , deduzido do pl. brocarda, -um, de Burchardus, nome do bispo de Worms (séc.XI), autor de uma compilação de direito canônico. ... p. 409.	brocardo -s.m. Ditado, provérbio, rifão, anexim. Derivado do nome do bispo de Worms, Burkard, alatinado em Brocardus, do séc. XI, autor de um livro de direito canônico. ... p. 550.	Ø
chufa ¹ . [Voc. onom., calcado no lat. vulg. <u>sufilare</u> , <u>sibilare</u> , ‘assobiar’.] s.f. Dito trocista; caçoada, troça, remoque, mofa...	chufa , s. Vocábulo onomatopaico, com representação românica... p. 595.	chufa -s.f. Motejo, vaia. Langobardo <u>zupfa</u> ... p. 703.	Ø
Ø	dicho do esp. dicho. p. 788.	Ø	Ø
ditado [Do lat. <u>dictatu</u> .] s.m. ... 3. v. provérbio (1)...	ditado de ditar; a acepção de “composição poética” ... p.788.	Ø	Ø
dictério . [Do gr. <u>deiktérion</u> , pelo lat. <u>dicteriu</u>] s.m. Troça, zombaria, motejo, escárnio, chufa, dichote...	Ø	Ø	Ø
ditame . [Do lat. <u>dictamen</u> .] s.m. ... 2. O que a consciência e a razão dizem que deve ser... 3. Regra, aviso, ordem,	Ø	ditame - s.m. Aviso, regra, lema. Lat. dictamen. p. 1037.	Ø

doutrina...			
ditério . s.m. 1. Var. de <u>dictério</u> . 2. <u>Bras.</u> S. Pop. V. <u>dito</u> (5).	ditério do lat. dicteriu-, “boa piada, boa saída, motejo, sarcasmo”; ... p. 789.	ditério -s.m. Zombaria, motejo. Gr. deikterion; lat. dicterium, sarcasmo. p. 1037.	Ø
dito . [Do lat. <u>dictu</u> .] Adj. 1. Que se disse; mencionado, referido. S.m. 2. Palavra, expressão. 3. Sentença, frase. 4. Provérbio, ditado. 5. Mexerico, enredo, ditinho...	dito ; como s., do lat. dictu-, s., “palavra; boa saída, palavra espirituosa; sentença, preceito, provérbio; ordem, opinião” ... p. 789.	dito - adj. subst. Frase, expressão, provérbio. Lat. dictus ... p. 1038.	Ø
dizer ¹ . [Do lat. <u>dicere</u> .] s.m. ... Expressão, dito ...	Ø	Ø	Ø
gnoma . [Do gr. <u>gnóme</u> , pelo lat. <u>gnome</u> . s.f. sentença moral V. máxima.	Ø	gnoma - s.f. Máxima, sentença moral. ... p. 1597.	Ø
Ø	gnome , s. Do gr. <u>gnóme</u> , “sentença, adágio” pelo lat. <u>gnome</u> . Séc XIX ... p. 1108.	Ø	Ø
máxima (ss). [Fem. substantivado de <u>máximo</u>] s. f. 1. Princípio básico e indiscutível de ciência ou arte; axioma. 2. Sentença ou doutrina moral... 3. Conceito, aforismo, pensamento, apotegma... 4. Anexim...	máxima do lat. maxima (sententia), no Latim escolástico a proposição maior, que tem o valor de uma verdade geral e absoluta; ... p. 1449.	máxima - s.f. Dito, provérbio, sentença, doutrina, regra, aforismo que contém um conceito moral. Do latim medieval maxima (sententiarum), a maior de todas as sentenças. p. 1353.	máxima – ditos sentenciosos que procedem do campo das ciências.
Ø	Ø	mofa - s.f. Escárnio, troça, pândega, caçoada, zombaria. Deverbal de mofar. p. 2493.	Ø
motejo (ê). Do it. <u>moteggio</u> . S.M. 1. V. zombaria... 2. Dito picante; gracejo; - <u>parêmia</u> . [Do gr. <u>paroimía</u> , pelo lat. <u>paroimia</u> .] s.f. 1. Breve alegoria. 2. Provérbio, prolóquio.	motejo , do esp. motejo, ... p. 1544.	motejo -s.m. Mofa, escárneo, caçoada, crítica, burla, gracejo. Deverbal de motejar. p. 2542.	Ø
Ø	parêmia do gr. paroimía, “provérbio; parábola”, pelo lat. paroemia, “provérbio”; ... p. 1677.	parêmia - s.f. Maneira de dizer que se afasta da comum, maneira de dizer figurada, donde provérbio, ditado, rifão, que quase sempre encerra uma sentença moral. Lat. tardio paroemia, gr. paroimía, de para, ao lado de e oimè, caminho, estrada. ... p. 2888.	Ø
prolóquio . {Do lat. <u>proloqui</u> .] S.m. Máxima,	prolóquio do lat. proloqui-, “proposição,	prolóquio - s.m. Provérbio, adágio, anexim, sentença,	Ø

ditado, adágio, provérbio, anexim.	ideia (enunciada)". ... p. 1353.	máxima. Lat. proloquium, de proloqui, falar, manifestar-se por palavras. p. 3213.	
provérbio. [Do lat. <u>proverbiu</u> .] s.m. 1. Máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens; adágio, ditado, anexim, refrão, rifão... 2. Pequena comédia que tem por tema o desenvolvimento de um provérbio...	provérbio do lat. <u>proverbiu</u> -, "provérbio, dito, rifão"; ... p. 2158.	provérbio - s.m. Rifão, anexim, aforismo, máxima, sentença, ditado, adágio. Lat. <u>proverbium</u> . p. 3237.	provérbio leva consigo um certo significado histórico, (no aspecto atemporal deste; o provérbio não permite vínculo com o tempo, encaixando-se às verdades eternas de seus reenunciadores) [enunciam verdades eternas na forma de simples constatações, apresentadas em uma estrutura, ao mesmo tempo, clara e fechada. (XATARA, 1998)]
refrão. [Do provenç. ant. <u>refrahn</u> , 'canto dos pássaros'.] s.m. 2. Adágio, provérbio, anexim, rifão, refrém ...	refrão do ant. prov. <u>refrahn</u> , 'canto de pássaros, refrão' ... p. 1869.	refrão - s.m. Estribilho, adágio, provérbio, rifão, ditado. ... p. p. 3429.	refrão é um dito breve, sentencioso, anônimo, popular e conhecido ou admitido comumente.
rifão. [F. dissimilada de <u>refrão</u> .] s.m. V. provérbio (1)...; Rifão □ provérbio em linguagem vulgar, em termos chulos, como em "Muito peido é sinal de pouca bosta"; "Urubu quando está de azar o de baixo caga no de cima"; "Em merda quando mais se mexe mais fede". (VELLASCO, 2000).	rifão , s. De refrão, através da forma dissimilada *refão ... p. 1893.	rifão - s.m. Ditado, provérbio, prolóquio, adágio, refrão, sentença. Dissimilação de refrão. ... p. 3537.	Ø
sentença. [Do lat. <u>sententia</u> .] s.f. 1. Expressão que encerra um sentido geral ou princípio ou verdade moral máxima. 2. Rifão, provérbio, anexim....	sentença do lat. <u>sententia</u> , "sentimento, opinião, ideia, maneira de ver; opinião (dada no senado); voto, sufrágio (nos comícios); ... sentença, máxima" ... p. 1973.	sentença - s.f. Máxima, pensamento, provérbio, dito moralístico, julgamento proferido por juiz ou autoridade competente... . Lat. <u>sententia</u> . p. 3704	Ø

Observa-se que a denominação "parêmia", palavra de origem grega, tem como referência o fato de serem as palavras-frases: a) produzidas por membros de uma comunidade sócio-histórico-cultural; b) sempre usadas como exemplos significativos de instrução; c) cobrirem as noções de provérbio, sentença, adágio e preceito, diferenciando a parêmia de "gnômê" com que designavam pensamento. Sabe-se, contudo, que as palavras-frases integravam-se ao vocabulário da filosofia grega, da egípcia, e sempre estiveram presentes tanto no ocidente, quanto no oriente, perpetuando-se na Idade Média e mantendo-se na Moderna, conforme. Nesse

contexto, buscou-se atribuir relevo ao fato de todas elas serem lexias da classe das designações, cuja permansividade mantém e protege sentidos de verdade de um passado milenar aceitos pelos humanos e que a eles são próprios. Segundo Hanania (1994), são as propriedades desses valores que, inscritos nos matizes da cultura humana, ao mesmo tempo em que os ampara, não os deixa entregues à perplexidade de quem está no mundo, onde tudo é vivido pela primeira vez, sem raízes: razão de eles serem ser um legado. Entretanto, conforme se tem procurado apontar, ao longo dessa pesquisa, esse legado não é mantido em “cofres fechados a sete chaves”, como joias imexíveis: são palavras que estão entre os homens e, à semelhança das demais, são ressemantizadas, quando em situações de usos e, quando esses usos se referem a dois idiomas de uma mesma língua, esses processos de ressemantização são denominados idiomatização.

2.4.3 Os processos de Idiomatização das palavras-frases

A idiomatização do vocabulário da língua portuguesa falada pelo povo brasileiro se faz presente e – conforme apontado nas análises das lexias compostas por derivação, cujas formas vocabulares foram circunscritas à derivação sufixal: peão e passadeira – apontam que esse processo não se reduz apenas às lexias textuais do tipo presas.

O exemplo, acima descrito referente ao provérbio, aponta que os processos de interpretação dos enunciados-palavras, usados para denominar os significados dos atos de fala, foram construídos pelos quadros enunciativos de seus conteúdos ou significados léxico-gramaticais, para produzir textos. Logo, esses conteúdos precisam ser devidamente compreendidos para serem, adequadamente, empregados como recursos que facultam que os mesmos assegurem a construção de um sistema de referência de conhecimentos enciclopédicos, organizados e ordenados por categorias discursivas, por meio das quais esses conhecimentos possam ser tecidos-entretidos-retecidos entre si, de forma intermitente e contínua. O produto desse entrelaçar de tessituras são os textos, onde as formas léxico-gramaticais da língua se fazem compreensíveis, ou se deixam compreender, quando interanimadas pela voz de seus leitores que nelas/por elas identificam a(s) voz(es)

dos seus produtores-autores e as reinterpretam pelo marco de seus matizes culturais. (cf. Cap.I).

Nesse contexto, em que se situam as interpretações idiomáticas, as análises realizadas por essa perspectiva apontam que são duas as estratégias de compreensão aplicadas pelos seus usuários-leitores:

a) **as estratégias cognitivas**, implicadas no uso dos processos de transferências ⇔ projeções ⇔ identidades entre campos semânticos de caráter lógico-conceptual, de que resulta a denominação por comparação;

b) **as estratégias denominativas**, implicadas na seleção de formas vocabulares conhecidas e empregadas para designar novos-outros conhecimentos resultantes desses processos de comparações. Esses não anulam as concepções genéricas por meio das quais velhos conhecimentos, organizados e ordenados por esquemas prototípicos, podem ser usados para desencadear outras comparações e, assim, mantêm-se:

b.1) **designações genéricas**, como por exemplo, “pedestre” para denominar “homem que anda a pé”, no vocabulário da língua portuguesa, com alto grau de similaridade de seus significados, usados pelos portugueses ibéricos e pelos brasileiros;

b.2) **designações específicas** como aquelas que denominam atores que exercem papéis sociais referentes a ações, consoante normas de condutas, como: atravessar ruas e avenidas fazendo uso, em Portugal, das passarelas; no Brasil, das faixas para (de) pedestres; b.2.1) denominam atores que exercem (exerceram) papéis sociais, na condição de homens desprovidos de cavalo, em relação àqueles que deles eram providos e os usavam para se locomoverem: cavaleiro ou vassalo ⇔ peão = pedestre, que anda a pé, em Portugal; b.2.2) denominam atores que têm o cavalo como colaborador para exercer diferentes papéis sociais, no campo do trabalho, de espetáculos em que se apresenta nele montado... ⇔ peão.

Os resultados referentes às análises mais pormenorizadas das lexias textuais do tipo provérbio estão em anexo, após as referências. Aquelas que se seguem, tratam dos processos de idiomatização processos da língua portuguesa pelo povo

brasileiro, tendo como referência as recebidas como herança do povo português ibérico. Essas são produtos das mesmas estratégias de produção, acima registradas, nelas implicadas, quanto os exemplos abaixo:

c) as estratégias de repetição e substituição – a repetição implica o uso do mesmo sintagma nominal, ou sujeito oracional; a substituição incide sobre predicado ou sintagma verbal da frase. Assim:

c.1) Macaco velho não sobe em galho seco, em que: c.1.1) Macaco velho...
 ⇔ homem vivido, experiente, adulto ou idoso que já vivenciou situações difíceis e sabe diferenciar os perigos a que expõe, quando se propõe a subir em galho seco = colaborador ⇔ apoio para se manter em equilíbrio no alto de uma árvore, ou em uma dada posição social elevada. Ele já aprendeu que o galho não pode estar seco para essa função, pois “galho seco” ⇔ pessoas desprovidas de experiências, de sabedoria, imaturas que não têm a seiva das substâncias da vida experienciadas, ou que as perderam por excesso de idade; não podem exercer papéis de colaboradores para aqueles que visam se manter em equilíbrio, no alto. Nesse caso, “galho seco” significa “situação difícil” por se encontrar em posição perigosa, “quebrar o (meu) galho”, ou “quebrar o galho do meu pai, do meu amigo,...” equivale ao ato de fala que tem “o pedido de ajuda, um favor” feito por um enunciador a outro com quem conversa, ou dialoga [conceito genérico: deslocamento corporal = sentido vertical: subir⇔descer; nesse caso ⇔ cair] – uso em Portugal e no Brasil;

c.2) Macaco velho não mete a mão em cumbuca ⇔ homem vivido, experiente, adulto ou idoso que já vivenciou situações confusas que a ele permitem diferenciar o coco da sapucaí [⇔ árvore produtora de cocos: frutos arredondados que, quando maduros, permitem aos macacos retirarem, com as mãos e com facilidade, as nozes que eles armazenam e delas se alimentem]; de cumbuca [⇔ fruto de uma erva trepadeira de forma alongada, na sua parte superior tem forma oval em tamanho menor da mesma forma oval da sua parte inferior]. Depois de secas são usadas para transportar água ou sementes, por exemplo; mas bastante usadas como armadilha pelos indígenas brasileiros para caçar macacos, consumidos como alimento; [⇔ Armadilha para apanhar macacos, construída de cabaça em que se faz

pequena abertura, na sua parte superior, por onde se deposita a isca [aquilo que atrai e seduz] na sua parte funda e larga; assim, o animal, ao enfiar a mão para agarrar a isca, não consegue se soltar; logo, fica preso. Nesse caso, embora a armadilha fosse/seja colocada nos galhos das árvores por onde os macacos se deslocam, o conceito genérico é o de “cilada, emboscada” [↔ lugar oculto preparado para aguardar que a caça, ou o inimigo, seja pego de surpresa] = uso no Brasil. Logo, “...meter a mão na cumbuca” implica dificuldade em identificar o inimigo por inexperiência ou excesso de confiança em si mesmo, ou no outro; o que não acontece com “macaco velho” que sabe diferenciar o coco da cabaça que é oca.

Observa-se que o sujeito se refere a qualquer agente que, em sendo universal, reveste-se da qualidade de homem vivido, maduro, experiente; contudo, a mudança do sintagma verbal faz remissão a conhecimentos organizados e ordenados por outro campo semântico ou conceptual, outro modo de agir por meio do qual os acontecimentos do mundo social, para serem predicados como “cilada”, implicam: a) o ocultamento do alimento, dentro da cabaça, bem como do caçador; b) no caso do caçador – jagunço, matador de aluguel, a caça é outro homem; c) o lugar oculto é um esconderijo que fica em seu caminho; d) ao ser abordado de surpresa não tem tempo para se defender...; e) o assassino poder ser identificado, mas dificilmente se tem provas desse seu ato;

d) Estratégias de complementação de enunciado frase afirmativo, por expansão de um enunciado negativo, como:

d.1) “Devagar se vai ao longe”, *mas* se poderá chegar atrasado, ou desde que você nunca pare para descansar – nesse caso, a expansão do enunciado proverbial é feita pela junção de uma frase adversativa que, se por um lado, não nega a veracidade do provérbio, por outro, tem a função de advertir o usuário do mesmo que, dependendo da situação, o seu grau de veracidade pode ser parcialmente verdadeiro:

d.1.1) desde que a distância a ser percorrida e o objetivo da caminhada, medida em tempo, não pressuponham a necessidade de cumprir um compromisso previamente agendado, quando se chegar lá, pois:

d.1.1.1) não é um modo cortês de se proceder deixar que os outros esperem por você, nessa situação;

d.1.1.2) é preciso saber que, quando se faz uma longa caminhada, é necessário um tempo de parada para se alimentar e para descansar, durante o seu percurso. Até os cavalos selvagens param para pastar e alimentar, quando caminham ou correm pelos campos; logo, se você tem pressa e o caminho é longo, saia com bastante antecedência.

Por conseguinte, a inserção da voz do povo brasileiro, de que resulta a expansão desse tipo de enunciado textual-discursivo, não é para negar o que ele afirma como representação de um saber universal, mas para advertir que, dependendo da situação e das razões pelas quais se caminha, faz-se necessário reconsiderar, reavaliar os valores dessa verdade. Outro exemplo de uso dessa mesma estratégia, dentre outros, seria “Galinha velha faz bom caldo; mas é franga nova que faz galo velho cantar”.

2.5 Algumas Considerações

A revisão de fundamentos teóricos do(s) campo(s) da Lexicologia-Lexicografia, registrada nesse Capítulo, fez-se acompanhar de alguns procedimentos de análises a que foi submetido um corpus restrito, de modo a que se pudessem assegurar graus de adequação que facultassem tratamento adequado, por meio do qual se garantisse a progressão temática do objeto investigado: as expressões idiomáticas do vocabulário da língua portuguesa. Essa, compreendida como “língua estrutura” de diferentes arquiteturas, tem o povo brasileiro como um de seus arquitetos e dessa construção arquitetônica de natureza cultural sócio histórica resultou (a) a sua própria identidade: comparada àquela do povo ibérico por meio do estudo do vocabulário dessa mesma língua estrutura.

A investigação sobre as formas léxico-gramaticais do universo lexical foram delimitadas, para tanto, às lexias da classe das designações; contudo e ainda, delimitadas àquelas referentes aos processos de composição de formas vocabulares derivacionais e compostas – tendo incidido a escolha do tema sobre as formas compostas. Essas foram consideradas pelas teorias lexicais por meio das quais se pode atribuir relevo à distinção entre lexia ou signo lexical, vocábulo e palavra.

Pode-se, assim, compreender que não há entre esses termos relações unívocas de significação; pois, uma mesma forma vocabular, na sua indissociabilidade com o seu conteúdo ou núcleo semântico, pode ter por referência discursos variados, quando são empregados pelos usuários de uma dada língua e, nessa condição, uma forma ou sinal linguístico pode equivaler a diferentes vocábulos que funcionam como signos diferentes que têm por sistema de referência diferentes palavras. Essa distinção terminológica conceitual, marcadas suas dimensões, possibilitou a revisão da morfologia das formas léxico-gramaticais do vocabulário da língua portuguesa de modo a diferenciar suas lexias compostas em formas semilivres e presas. Essas formas foram focalizadas pelo relevo atribuído às suas significações, ou seja, como designações vocabulares por meio das quais as palavras se fazem signos das “coisas no mundo” que elas denominam, quando nominalizadas pelo homem.

No contexto desses estudos, fez-se necessário estudar a palavra como produto de seus processos de significações – aqueles referentes às práticas discursivas, desencadeados pelas atividades de fala, quando elas se situam entre os homens e têm os seus significados ressemantizados – razão pela qual os pontos de partida para o tratamento de suas significações tiveram os dicionários monolíngues como ponto de referência. Às informações sobre esses significados dicionarísticos foram acrescidas aquelas registradas: a) em enciclopédias, visto nelas os registros sobre os significados referentes aos conhecimentos de mundo se estenderem para além das definições organizadas por predicções; b) em dicionários de símbolos, visto que o funcionamento das palavras nas práticas discursivas humanas tanto funcionam como signos – aquele onde uma pedra nada mais significa do que um mineral; um cachorro e um lobo são significados como animais, mamíferos, etc. – quanto funcionam para se remeterem a discursos alegóricos de diferentes tipos de discursos, onde funcionam como símbolos desses mesmos signos.

Na complexidade desse contexto, as revisões orientadas pelos estudos morfológicos foram possibilitando identificar que ao se diferenciar as lexias compostas do tipo presas, cuja função designativa era sígnica – pé da cabra = pata do animal e pé de cabra = ferramenta – essa diferença era decorrente de processos de comparação, analogia. Todavia, a similaridade não se faz extensiva ao uso dessas duas formas vocabulares no espaço ocupado pela produção de discursos alegóricos, pois suas funções denominativas visam a denominar as patas de um tipo de animal caprino,

como modelo para a construção de um tipo de ferramenta. Mesmo em se comutando “de pé de cabra” com “pé de pato”, o segundo tem por sistema de referência o campo discursivo da natação; denomina um artefato semelhante a um pé pato = “espécie de calçado de borracha usado por mergulhadores e nadadores para imprimir maior velocidade ao seu deslocamento; nadadeira.” (HOUAISS, 2009)

São todas denominações que, pela comutação do segundo elemento de suas composições, possibilitam identificar signos diferentes entre si, mas esses não funcionam de modo a garantir que seus usos, delimitados à classe das designações nominais, façam remissão ao universo dos conhecimentos simbólicos, como é o caso de “mesa-redonda” que tem por referência tanto o seu funcionamento sógnico, quanto simbólico. Nesse caso, pode-se diferenciar, de forma mais precisa, ser esse um só vocábulo que faz remissão a dois signos de modo mais preciso: um cuja carga semântica é construída por maior grau de conhecimentos sógnicos; outra, em que a carga semântica desses conhecimentos é revestida de significados sócio-cultural-históricos, o que possibilitou compreender a distinção entre designações sógnicas e designações simbólicas.

Assim, pode-se começar a pontuar a necessidade de se recorrer às definições como ponto de partida e às enciclopédias e aos dicionários de símbolos para explicitar os conteúdos de formas vocabulares compostas do tipo fixo, ou presas, qualificando-as pelas suas diferenças semânticas de caráter sócio-cultural-históricas. Nesse sentido, puderam ser explicitadas as razões pelas quais o povo ibérico denomina:

- a) peão = o homem que anda a pé e, pelo uso dessa mesma forma vocabular, o brasileiro denomina o homem que anda a cavalo;
- b) passadeira = passarela por onde andam os peões; para o brasileiro, esse lugar é denominado “faixa de pedestre”;
- c) passadeira, no Brasil, denomina, por um lado, uma profissão = a mulher que passa roupa; por outro um objeto = tapete para corredores, ou pias da cozinha. Logo, embora esse seja um vocabulário comum, compartilhado entre esses dois povos, usuários de uma mesma língua, eles não denominam “as mesmas coisas no mundo” e, assim sendo, essas são formas vocabulares idiomatizadas, ou seja, expressões idiomáticas.

Todavia, “mesa-redonda” e “mulher do piolho”, embora sejam lexias compostas – do tipo presa e semilivre – não sofreram processo de idiomatização. Elas são empregadas pelos portugueses ibéricos e pelos brasileiros como lexias da classe de designações; mas, conforme resultados de análises, seus significados não se deixam apenas definir por predicções dos conteúdos semânticos de vocábulos que as parafraseiam como, por exemplo, “mulher teimosa”, à semelhança das denominadas “palavras-frases” do tipo provérbios, conforme corpus analisado. A compreensão do que elas significam tem por ancoragem a elaboração de textos reduzidos que condensam porções de conhecimentos enciclopédicos: aqueles nominalizados e designados como formas de designações. Esses conhecimentos no caso de “mulher do piolho”, “mesa-redonda” configuram textos reduzidos de caráter explicativo de seus conteúdos semânticos, são do tipo alegórico, como a do Rei Arthur e seus cavaleiros, situados no entorno de uma mesa-redonda: funcionamento simbólico dessa denominação quando ela é representada e interpretada pela concepção de igualdade. Já o texto reduzido que se faz necessário construir para explicar o significado da designação “mulher do piolho”, embora seja do tipo narrativo, não carrega consigo os mesmos sentidos sócio-cultural-históricos da alegoria referente àquele de que se reveste “mesa-redonda” como narrativa lendária. Contudo, de uma narrativa cômica que relata o drama de um casal, onde marido e mulher não mudam de posição para resolverem seus conflitos: uma história de um marido piolhento que não admite sê-lo e de uma mulher que assim o qualifica, ou não admite que ele não seja um piolhento.

Esse mesmo procedimento – elaboração de textos de caráter descritivos ou de resumos dos narrativos, como necessários para explicar o significado de formas vocabulares presas – é observado quando essas formas denominativas são construídas por enunciados frasais. Contudo, nesses casos, os processos de idiomatização se fazem presentes, pois o brasileiro expande esses enunciados frasais, herdados dos portugueses ibéricos, pelo uso duas estratégias:

a) mantém o sintagma nominal do enunciado frasal que tem a função de designar um agente genérico da ação verbal enunciada, mas substitui o núcleo do sintagma verbal – “o verbo”: denominador da ação praticada por esse agente, para denominar, mas manter o modelo situacional da palavra-frase analisada, a título de exemplificação. Esse modelo é aquele ao qual se denomina “situação de perigo”,

quando se sobe em “galho seco” e fica-se susceptível às quedas, aos deslocamentos do alto para baixo, à mudança de posição de que resultam ferimentos, quebraduras dos pés, o que impede as caminhadas, os deslocamentos, as locomoções. Contudo, o modelo de situação perigosa, para o brasileiro, não são as quedas ou os ferimentos que elas podem causar, mas o fato de ele aprender a identificar as circunstâncias para não se meter em situações onde, caso seja pego, tornará prisioneiro pela mão, enfiando-a em uma armadilha da qual dificilmente se libertará, envolvendo-se em confusões. Observado por aquele que fez a armadilha, sempre posicionado em lugar oculto, torna-se ele mesmo alimento a ser consumido pelo outro para saciar a sua fome biológica, de diferentes ordens de poder, depois de ser por ele morto. Nesse contexto, não lhe é dado sequer o direito de se defender sobre o porquê colocou a sua mão na cumbuca = agiu com imaturidade, inexperiência, curiosidade; não soube diferenciar as situações armadas para ludibriá-lo. Dessa forma, mantém-se a integridade dos significados da palavra-frase, herdada como o modelo de organização e ordenação sintático-semântica por meio do qual o enunciado foi construído, e expande a sua significação pelo acréscimo de uma nova frase cujos sentidos têm a adversidade como ancoragem. Reafirma-se a veracidade dos significados do primeiro enunciado, mas adverte-se àqueles que dela fizeram ou fazem uso que, dependendo do modelo de situação e/ou das circunstâncias, o grau de veracidade dos conhecimentos asseverados, pode não ser verídico, na sua totalidade, ou implicar quebras quanto às normas de cortesia;

b) mantém o enunciado frasal da palavra-frase na sua completude tal como aquele herdado de seus antepassados, povoado ou habitado por vozes universais; contudo a elas acrescenta aquela produzida pelo coral de um canto particular que não destoa das primeiras, pois delas não discorda; apenas relativiza a tonalidade das vozes universais, por aquelas particulares: a do povo brasileiro. Assim, não se pode negar, por exemplo, que “Galinha velha é que dá bom caldo”; mas também não se pode negar a significação do enunciado complementar: “mas é franga nova que faz galo velho cantar”. Ambos os enunciados são concebidos como verdadeiros, mas as situações em que se saboreiam uma boa sopa não equivalem àquela em que os galhos velhos cantam; tampouco, o lugar onde essas ações se realizam.

Por conseguinte, muitos desses provérbios são reinterpretados pelos brasileiros, pelo marco de seus matizes sócio-cultural-histórico que não lhes facultam subverter

o que lhes foi dado como herança. Contudo, ele reinterpreta essas heranças e, ao fazê-lo, registra no seu vocabulário suas diferenças quanto aos modos de significar os universos dos mundos, inscrevendo essas diferenças nos usos das mesmas formas vocabulares por meio das quais o português ibérico registra as suas. Tais registros possibilitaram considerar que esses modos de significar não se equivalem, mas, por eles, os portugueses ibéricos, ao identificarem os nossos, nas diferenças dos seus próprios modos de significar, também sabem ser diferentes, embora semelhantes a nós. Os processos de idiomatização, portanto, não se reduzem a tipos de lexias, pois eles são extensivos a quaisquer tipos delas. Posto isso, pode-se considerar que a pesquisa possibilitou resultados que facultaram a identificação de propriedades linguísticas pelas quais uma mesma língua se faz idioma.

CAPÍTULO III

AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DE UM TEXTO PELOS SEUS CONTEXTOS

3.1 Preliminares

No Capítulo anterior a este, privilegiaram-se as propriedades de que são revestidos os elementos léxico-gramaticais da língua portuguesa, quando compreendidos pelo marco sócio-cultural-histórico, inerentes aos processos de idiomatização dos quais esses elementos são produtos de processos de interpretações. Buscou-se estender o conjunto de reflexões teórico-metodológicas não só sobre os significados dessas unidades, delimitando-as às suas dimensões sógnicas, mas também sobre os modos pelos quais os brasileiros ressignificaram o olhar por meio do qual os portugueses ibéricos significaram aqueles que por eles foram herdados de seus antepassados.

Assim procedendo, este pesquisador, para diferenciar e melhor precisar as diferenças entre significados das formas vocabulares analisadas, a título de exemplificação, comparou os significados de verbetes em dicionários monolíngues da “língua portuguesa”, referentes aos significados de uma mesma forma vocabular – usada tanto pelos brasileiros quanto por portugueses. Esse processo de comparação, a princípio, incidiu sobre lexias derivadas por sufixação – “peão”; “passarela de peão x faixa de pedestre” – e sobre as lexias presas do tipo “palavras-frases”. Dessas análises, pôde-se considerar, em se pontuando as “palavras-frases”, serem as estratégias de substituição e as de complementações desses enunciados “cristalizados”, aquelas que possibilitam identificar a voz do povo brasileiro, como marco da identidade sociocultural, em diálogo com a voz universal, representada por esses enunciados do tipo lexias presas.

Nesse contexto e orientando-se pela concepção de Lara (2006) segundo a qual os dicionários são produtos de atos de fala assertivos que pressupõem aqueles referentes a perguntas-respostas, equivalentes às mesmas situações vivenciadas pela criança, no fluxo da aprendizagem de sua língua materna – quando indaga ao adulto sobre a palavra que desconhece, sobre o seu significado, ou quando dela faz uso inadequado e é orientado sobre a impropriedade desse uso pela inadequação

de seu emprego. Transposto esse mesmo ato para o campo da Lexicografia, Lara situa ser ele o mesmo empregado pelo lexicógrafo, quando se ocupa da produção de dicionários monolíngues. Contudo, respeitadas a distância, a especificidade do tempo e espaço onde a criança se situa bem como aquela em que se situa o lexicógrafo. Assim, as respostas dadas pelos lexicógrafos a essas mesmas questões – as definições lexicográficas que elaboram – são qualitativamente distintas daquelas dadas de modo natural e espontâneo a uma criança; razão pela qual os lexicógrafos têm por parâmetro para suas construções definitórias conjuntos de teorias específicas e complexas de que resultam as predicções por eles construídas.

Por conseguinte, eles não se ocupam apenas com o aspecto definicional dos conteúdos semânticos dos verbetes que descrevem, mas com os conhecimentos sócio-cultural-históricos dos membros da sociedade que eles participam, também, com a gramaticalidade dos usos dos vocábulos que por eles descritos, etc. Logo, eles também se orientam pela produção de informações de natureza pragmática, quando elaboram suas definições com o propósito de orientar os consulentes de sua obra sobre as diferentes e variadas significações das palavras a que um vocábulo faz remissão e sobre questões de correção quanto a valores sociais referentes aos usos das predicções por ele descritas. Diferente do adulto que responde sobre o significado de uma palavra desconhecido da criança, pois essa está delimitada pelo modelo de situação da fala oral, perceptível ao adulto; logo a sua resposta tem o contexto de uso como parâmetro para elaborar sua a resposta dada à criança e essa não pode se estender para além do contexto delimitado “aqui e do agora”, geradora da pergunta a ele dirigida.

Consideradas essas diferenças, dentre outras, e se valendo de informações cultural-históricas coletadas em enciclopédias, dicionário de história, bem como sobre a bibliografia selecionada para o desenvolvimento do tema, foi possível: a) ultrapassar os limites das definições desses dois dicionários para responder o que são as lexis compostas do tipo “presas”, cujos significados têm a dimensão de “enunciados textuais”; b) reinterpretar o fato de elas serem denominadas “chavões” e c) compreender o fato de elas serem qualificadas como aquelas que são formas lexicais “cristalizadas pela frequência de usos”.

Essa cristalização se refere à permansividade de suas formas como elementos da “língua estrutura”, mas não quanto a elementos da língua histórica, ou língua-arquitetura; pois, por um lado, também são idiomatizadas – conforme dados registrados no Capítulo I – e, à semelhança das lexias livres e semilivres, as presas também são idiomatizadas e se integram ao vocabulário geral do idioma brasileiro. Esse processo de idiomatização, inscrito ao longo da história de formação do povo brasileiro, as mantêm em uso como denominações de significados de suas respectivas formas vocabulares. Contudo, em situações de usos, elas são empregadas como recursos denominativos de outros-novos conhecimentos de mundo, configurados por diferentes e variadas situações de comunicação. É nesse espaço que elas são, continuamente, ressemantizadas para se adequarem a essas situações do modelo de contexto [local e global] inerentes às interações humanas.

Segundo Charaudeau e Mainguenau (2006), nesse caso, o processo de cristalização denomina a integração de expressões livres tanto como de expressões compostas, de caráter neológico ou não que foram integradas ao sistema linguístico – porque já lexicalizadas ou em curso de lexicalização, ou seja, os usos que delas são feitos não asseguram graus significativos que facultam considerar que elas foram aceitas por grande parte dos membros de uma dada comunidade de usuários da referida língua. Não se trata de inserção no dicionário produto; mas no dicionário da memória desses usuários; tampouco se trata da frequência de uso por um grupo social, mas da frequência de usos pela maioria deles. Assim, a cristalização se qualifica pelas coerções de formas morfológicas “e não da composicionalidade de seus significados ou de seus significados semânticos”, caso assim o fosse, os idiomas não se qualificariam como produtos de reinterpretações dos conteúdos das formas vocabulares de uma mesma língua por diferentes povos que dela fazem usos. Também não se qualificariam pela flexibilidade dos modelos de organização de seus elementos semânticos, de modo a se adequarem àqueles referentes aos modelos de ordenação da sintaxe, quando a inversão da ordem implica mudanças de significação: pequeno grande homem, por exemplo.

Para esses autores, a concepção de cristalização é independente da concepção de texto; mas a descrystalização não se dissocia das práticas textual-discursivas, quando a linguagem pode ser concebida como ação sócio-cognitivo-interacional, por meio da qual é possível situar e compreender os movimentos de produção de

sentidos. Esses movimentos respondem por permanências inscritas em rupturas de velho significados, sem as quais não é possível identificar esses mesmos sentidos que, em sendo socialmente aceitos, são socialmente usados, compartilhados entre seus usuários. (cf. Cap. II).

A descristalização é compreendida como ruptura em relação à permanência, ao que foi cristalizado pelos usos, sendo as ações descristalizadora, lugares de um tempo em que se restitui às unidades léxico-gramaticais a liberdade de suas combinatórias presas para que elas sejam revestidas de valores semânticos, ou sentidos próprios, por atos de criação de outras-novas significações. Segundo, Charaudeau e Mainguenau (2006: 144),

(...) A descristalização (...) parece salientar uma operação consciente e voluntária do sujeito locutor que visa a um efeito expressivo pela remotivação da propriedade semântica e sintática que a cristalização tinha apagado. Numerosas práticas de linguagem salientam isso, a começar pelo trocadilho, mas também todas as formas de desvios das unidades fraseológicas.

Nessa acepção e por essas considerações referentes ao desenvolvimento do tema da pesquisa, situa-se o objetivo deste Capítulo: verificar como os elementos léxico-gramaticais, delimitados às formas vocabulares do tipo “presas” – empregadas como meios ou recursos expressivos por um sujeito locutor – têm seus significados descristalizados. Para tanto, selecionou-se, dentre vários outros, um texto produzido pelo sujeito-locutor Ferreira Gullar, registrado em língua escrita, cuja seletividade e uso dessas formas léxico-gramaticais predominam, desde o título – “Na roda do jacubalê” – estendendo-se até o seu último ponto final da última linha desse registro. No item subsequente a este, transcreve-se o texto, divulgado pelo Jornal Folha de São Paulo, no Caderno “Ilustrada”, da edição de 01 de outubro de 2006, e, por um procedimento teórico-analítico, buscar-se-á verificar como o uso efetivo desses elementos léxico-gramaticais deslocam-se da condição de velhos conhecimentos, velhas formas vocabulares para serem revestidos por novos-outros sentidos. Assim, esses procedimentos teórico-analíticos serão desenvolvimentos bem como os resultados das análises, nos registros dos itens que seguem àquele por meio do qual o corpus é apresentado como objeto de análises interpretativas, tendo esses seus recursos linguísticos como ponto de partida.

3.2 O Texto “Na roda do jacubalê”: produto de um discurso cristalizado

Na roda do jabaculê

Jacubalê > jabaculê

CANTADOR - PRESIDENTE , presidente
tão dizendo por aí
que o senhor e sua gente
está mui descaradamente
mamando no tipiti.

Lula - Eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí

Cantador - Presidente, presidente,
não se faça de inocente
pois o negócio tá quente
mais quente que o Piauí.

Lula - Eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí

Cantador - Presidente, presidente
não pense que sou demente
não queira enganar a gente
fazer boca de siri.
Sabemos que sua gente
tá quebrando o bacuri.

Lula - Eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí.

Cantador - Presidente, presidente,
quem previne amigo é.
Chega de charivari,
ou dá com a língua no dente
ou sabe então como é,
vai ter que sambar no pé
em plena Sapucaí.

Lula - Eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí

Cantador - Presidente, presidente
A coisa agora tá preta,
parece até que o Capeta
anda solto por aí.
Ou o senhor larga a chupeta
ou vai fazer pirueta
no casco de um jabuti.

Lula - Eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí.

Cantador - Presidente, presidente,
o mal foi essa patota
que o senhor pôs em Brasília:
um faz cagada, outro arrota,
outro furta na abadia,
outro diz que é patriota
mas tá mijando na pia.

Lula - Bom cabrito não pia,
bom cabrito não pia,
bom cabrito não pia,
bem cabrito não pia.

Cantador - Presidente, presidente,
tome tento com essa gente
que é quase tudo ladrão.
Embolsa o jabaculê,
compra e vende dossiê.
É muita esculhambação!
Isso é patota ou quadrilha?
Garantem que é uma família
e que o senhor, presidente,
é o poderoso chefeão.

Lula - Olha que eu saio na mão,
olha que eu saio na mão,
olha que eu saio na mão,
olha que eu saio na mão.

Cantador - Presidente, presidente,
não precisa se zangar,
todos sabem que a família
é coisa pra se guardar
no lado esquerdo do peito,
mesmo que seja em Brasília
onde, com todo o respeito,

se não se olha direito,
dá impressão que é quadrilha.
Será que estou com a razão?
Do Berzoini ao Padilha,
rezam na mesma cartilha
do poderoso chefão.

Lula - Olha que saio na mão,
olha que eu saio na mão,
olha que eu saio na mão,
olha que eu saio na mão.

Cantador - Presidente, presidente,
tem que manter o ferplei.
Magistrado que se preza
tem respeitar a lei.
Não deve usar de baixeza,
nem se espojar por aí.
Até bicho, por limpeza,
escolhe onde faz pipi.

Lula - Quer mandar no meu xixi?
Eu mijo lá, mijo cá,
mijo acolá, mijo aqui.,
e não tou nem aí,
e não tou nem aí.

Cantador - Presidente, presidente,
quem dá murro em canivete
acaba por se ferir.
Vocês já pintaram o sete,
é bom parar por aqui.
Diga ao Freud e ao Lorenzetti
que se acabou o piqui,
que se comerem espaguete
com Bargas vão repartir,
do Berzoini o topete
da testa lhe vai cair.
Se quiser, cante em falsete,
mas todo o povo vai rir.

Lula - Eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí,
eu não tou nem aí.

(A farsa desceu tão baixo
Que só indo pro esculacho)

As concepções de texto, desenvolvidas pela linguística deste nosso tempo moderno, buscam superar o fato de serem os textos, na mesma proporção em que são os discursos dos quais, necessariamente, são inseparáveis e infindáveis, um espaço ocupado pelas práticas da linguagem em que os homens se cruzam e se entrecruzam no exercício de suas práxis cotidianas. Assim procedendo, seus discursos organizados e ordenados por textos, ao se esbarrarem uns nos outros, complementarem-se e, ainda, podem se anular uns pelos outros; contudo e por um lado, é por essa dinâmica que novos-outros discursos são criados. Por outro lado, essa mesma dinâmica, responde pela ressemantização dos significados dos textos pelos quais são organizadas e ordenadas essas práticas sociais da linguagem humana, objetivizando a multiplicidade de sentidos inscritos nos exercícios dessas mesmas práticas. Os relevos atribuídos à dinâmica dessa materialidade, ou à objetividade dessas práticas, alteram as significações dos textos e, necessariamente, das palavras a que os seus respectivos vocabulários fazem referencia. Esses textos, sempre que lidos, têm como referenciação esse mesmo universo povoado pelo diálogo estabelecido entre ⇔ interdiscursos (BACEGA, 2003).

Nesse sentido, é ainda, Bacega (2003), quem afirma ser a leitura de textos, um dos últimos lugares que possibilitam às pessoas trafegarem entre tantos discursos, ensinando-as a serem senhoras de suas próprias vozes. Essa aprendizagem está no apropriar-se delas pela crítica e reconhecer, entre a multiplicidade de outras vozes – as que se misturam ao barulho, ao burburinho das ruas e avenidas - aquelas que povoam esses discursos do cotidiano: a) aqueles que são feitos para irem embora; b) esvaziarem-se de compromissos assumidos; c) mas permanecem. São discursos que, “no ir-se embora, só estão preparando a hora de voltar. (...) E eles voltam sempre, nos amores, nos encontros, nos desencontros, nas violências e nos afetos junto com os discursos já comprometidos, caracterizando a materialidade da consciência nacional”.

A essa concepção de texto-discurso, os estudiosos da linguagem, situam os textos da literatura e da história da humanidade como fundamento e fundação das práticas sociais por meio das quais os homens se inserem no universo da ciência e das artes, compreendendo ser a relação entre história e literatura as duas faces que asseguram a integridade dos seres humanos. Esse grau de integridade tem as suas raízes nos processos de produção que, {produto} desencadeados por movimentos

inerentes às ações de linguagem, desconstroem⇔reconstroem conhecimentos de mundos, linguística e socialmente nomeados, sob a forma de textos. Essas ações por meio das quais os conhecimentos já construídos são desconstruídos⇔reconstruídos, no espaço sócio-cognitivo-interativo dessas práticas discursivas, inerentes ao exercício das atividades de fala, situam os textos como um lugar ocupado no exercício dessas mesmas práticas. Nesses e por esses exercícios interativos, os textos se qualificam pelo tecer e entretecer velhos conhecimentos de mundo – conceitos, ideias – àqueles que são produzidos por interpretações de novas, outras descobertas, tendo tão somente as palavras como recursos para expressá-los, sob a forma de denominações. Assim, são elas que se situam entre aqueles que desencadeiam essas práticas sócio-cognitivo-interativas, ressemantizando-as no fluxo dessas ações que sempre visam a comunicar esses novos-outros conhecimentos desconstruindo aqueles que já se sabe por aqueles que, ainda, não se sabe: os denominados conhecimentos prévios.

Os textos, assim compreendidos, por um lado, qualificam-se como processos de desconstrução-reconstrução que têm os discursos como fundamento de suas arquiteturas e os elementos léxico-gramaticais da língua como fundação de sua estrutura. Povoados por palavras – agasalhadas por formas vocabulares que a elas fazem referências, na condição de signos: significantes-significados, ou conceitos tecidos e entretecidos entre si, nomeados em língua – eles se materializam nas/pelas atividades da fala dos sinais linguísticos, sejam eles orais ou escritos, sem os quais os textos não se revestem de objetividade. Por conseguinte, é esse processo de objetivização que confere aos textos, por um lado, a qualidade de “bem material” e, por outro, de bem não material; produto e processo de práticas discursivas: ponto de partida e de chegada para o exercício, intermitente, das atividades de fala – aquelas que facultam aos homens se expressarem para dizer os mundos por eles signifeitos, interpretados-reinterpretados.

No campo dos estudos linguísticos, considerado o fato do desenvolvimento e/ou descobertas de que se originaram outros-novos conhecimentos, os textos – até então considerados como subprodutos dos conhecimentos humanos - passaram a ser concebidos como formas que constituem e organizam conhecimentos complexos. Assim, os conhecimentos coletivamente válidos são, necessariamente, aqueles linguisticamente representados, seja na sociedade, seja na cognição, visto

que qualquer saber apenas pode existir numa/sob uma forma linguística, oral ou escrita. Antos (1997 apud KOCH e WIESER, 2009), dentre outros linguistas alemães, afirma ser fundamental que os textos sejam bem formados, pois a ordem do conhecimento complexo aumenta, quando eles têm como ancoragem uma arquitetura. Essa arquitetura é a que aproveita, consciente ou inconscientemente, tipos de gêneros textuais-discursivos, mas também suas super, macro microestruturas, seus intertextos – neles implicados, necessariamente, interdiscursos – pelas quais os textos são facilmente reconhecidos, visto facilitar: a) a rápida identificação de um texto; b) os modos de segmentar os conhecimentos, sob a forma de informações, durante a leitura; c) o leitor deixar-se conduzir por critérios em relação aos quais está de acordo; d) a compreensão e a interpretação dos conteúdos organizados e ordenados pela arquitetura dessas formas, arquivados na memória de longo prazo social, sob a forma de conhecimentos prévios.

3.2.1 Os conhecimentos prévios pelos arquivos da memória semântica

Segundo os estudiosos das questões referentes às práticas sociais da linguagem, à medida que os resultados de pesquisas sobre a arquitetura dos textos foram sendo identificadas e intensificadas – e com elas a produção de conhecimentos sobre esse objeto de estudos da linguística contemporânea – o texto foi sendo deslocado da sua posição de subproduto da ciência da linguagem. Por esse deslocamento ele passa a ocupar lugar de relevo no espaço desses estudos, onde se faz qualificado como produto essencial em que se inscrevem, por um lado, as próprias práticas discursivas humanas das quais ele é tanto é processo como produto. No fluxo do tempo referente a esse processo de transmutação – “texto-produto” ⇔ “texto-processo” – as investigações sobre os processos de produção, tipos de arquivos e memorização de conhecimentos prévios eram também intensificados. Os processos de memorização são compreendidos como produtos do processamento de novas informações percebidas e processadas pelo uso de esquemas que asseguram modelos de organização e de ordenação de conhecimentos socialmente compartilhados e arquivados, na memória semântica de longo prazo.

Nessa acepção, o processamento da informação semântica se explica por uma complexidade de atos, pois, num primeiro momento, tem-se acesso à linearidade do

texto-produto que se transforma em texto- processo pelo ato de leitura, abrangendo o reconhecimento de sinais e desencadeando o processo de decodificação dos mesmos. A decodificação explica-se por implicaturas e inferências, processadas a partir dos conhecimentos linguísticos e não linguísticos armazenados na memória, de modo a facultar a expansão da base semântica do texto. À medida que o produtor explicita pelas proposições enunciadas aquelas que ficaram implícitas, esse movimento transforma palavras, frases e/ou conjuntos de frases em proposições da chamada base semântica explícita do texto.

Concomitantemente, o produtor vai relacionando as proposições da base de texto explícita por ele produzidas, de modo a transformar – por estratégias de cancelamento, generalizações e especificações – o n-tuplo de proposições globais. Essas proposições globais organizam a macroestrutura do texto que é coerente porque as proposições da microestrutura também o são, visto que a coerência textual é construída de conformidade com o princípio semântico que garante ser o significado do todo, seja construído e/ou especificado em relação ao significado de suas partes. Assim, as proposições globais resultam de interpretações de proposições locais reelaboradas ou reformuladas pelo produtor-leitor.

Nessa acepção, durante o processamento e transformação de informações em conhecimentos, os esquemas cognitivos ativados pela decodificação dos sinais léxico-gramaticais funcionam como guias que orientam a produção de sentidos de um texto, contribuindo para a sua representação interpretativa. As novas informações, assim processadas, respondem pela extensionalidade dos conhecimentos prévios dos produtores leitores e, necessariamente, por maior grau de domínio desses esquemas de representações, razão pela qual o fundamento dos processos de compreensão são as teorias de mundos construídas pelos leitores.

Essas teorias são aquelas que todos os homens constroem de modo intermitente e carregam consigo desde o momento em que nascem até o fim de suas existências. É no fluxo dessa existência que elas são testadas, modificadas durante as diferentes e variadas interações com outros homens, consigo mesmos e com os mundos por eles construídos sob a forma de representações sócio-cognitivo-interativas. São elas fontes de previsões que facultam a elaboração de hipóteses que, testadas, podem ser confirmadas ou negadas – nesse caso, reformuladas e novamente

testadas- por meio de inferências autorizadas, produzidas durante o processamento de textos por meio de práticas discursivas de leituras. Assim, as previsões, projeções, inferências resultam, durante o processamento de novas informações, de usos de repertórios sócio-cultural-históricos registrados nos arquivos da memória sob a forma de modelos de gêneros de discursos e/ou tipos de textos, de atos de fala, de contextos globais e/ou locais, de registros, de estilos ou modos de dizer, etc.

3.2.1.1 Os modelos de organização de conhecimentos prévios globais

O texto, “Na roda do jacubalê”, tem como sistema de referenciação conhecimentos que focalizam a corrupção do sistema político governamental do Estado brasileiro, compreendido por duas perspectivas: a) uma por meio da qual se assegura o fato de ser a corrupção uma prática inerente a todos os povos do mundo e, por isso, não poder qualificar apenas os modos de gestão desse nosso Estado Nacional; b) outra por meio da qual se assegura ser a corrupção uma consequência da fragilidade dos mecanismos ou meios jurídicos que visam a coibi-la. Essa ausência de controle, segundo alguns historiadores, faculta que esse tipo de prática seja interpretada como hábito ou mau costume, visto ser mantida e intensificada entre aqueles que ocupam os diferentes lugares da esfera pública e na condição de membros do poder político estatal. Assim, a corrupção responde pela crença segundo a qual os políticos brasileiros são corruptos: predicação à qual não se pode atribuir valor de verdade incontestável, tampouco de mentira.

Segundo, Filgueiras (2009), os casos de corrupção e de escândalos divulgados, diariamente, pela imprensa brasileira ratificam conhecimentos, socialmente partilhados pelo povo por meio dos quais as práticas político-administrativas do Estado Nacional se tipificam pela corrupção. Essa tipicidade constrói um modelo de representação circunscrito a um cenário em que o mau uso da máquina administrativa do Estado é qualificado por ações inadequadas daqueles que respondem pelo funcionamento dessa máquina.

Tal representação tem por referência um modelo ordenador de conhecimentos socioculturais que se fazem permansivos na memória semântica do longo prazo, ou seja, aquela que tem por marco a própria construção do modelo de organização pelo qual o Estado brasileiro foi construído ao longo da sua própria história: aquele

herdado da administração portuguesa. Esse modelo é reconfigurado e compreendido como mazelas que permanecem e orientam o processo de construção e implantação do sistema republicano brasileiro, denominado patrimonialismo. Por conseguinte, patrimonialismo se explica pela impossibilidade de se separar as ações administrativas e os papéis exercidos pelos funcionários e/ou governantes, que fazem uso das funções públicas para delas se beneficiarem. Assim, manter-se em cargos públicos administrativos é ocupar posição de prestígio na esfera administrativa do poder político estatal.

Nesse sentido, segundo Filgueiras (2009), o acesso a esses cargos assegura velhos modos de proceder e de agir em relação à “coisa pública”, de que resulta a corrupção. Essa compreendida por práticas resultantes do clientelismo, da patronagem, do patriarcalismo e do nepotismo: uma tradição de políticas nacionais cujas raízes têm origem na construção de partidos políticos que datam desde os tempos das mais antigas repúblicas e tem os “clãs” como marco por meio do qual eles podem ser compreendidos. Para esse autor, exemplo significativo é aquele referente aos condados italianos quando, no período renascentista, reuniam grupos de pessoas, parentes entre si, para tratarem das assembleias revolucionárias, das eleições censitárias.

Assim, esses agrupamentos pré-partidários dão origem ao conceito moderno de partido, fundado na impossibilidade de todos os cidadãos de determinado Estado estarem preparados para discutirem as questões públicas. (FILGUEIRAS, 2009). Por conseguinte, os partidos, organizados como grupos de pessoas, consoante o conceito de democracia, estruturam-se com o propósito de alcançar o poder político e exercê-lo. Esse exercício, quando democrático, qualifica tipos ou modelos de ações públicas que visam a atender aos interesses dos cidadãos-eleitores; contudo, quando visam a atender aos interesses próprios e dos membros do seu próprio partido, tem-se a poluição do processo eleitoral democrático, comprometendo o exercício dessa modalidade de gestão estatal.

Ainda, segundo Filgueiras (2009), nesse caso, as práticas governamentais poluídas são aquelas orientadas por procedimentos denominados clientelismo, patronagem ou patriarcalismo, todas elas asseguradas por procedimentos que atribuem relevo à concepção de serem os governantes “pai do povo”, ou “seu padroeiro, juiz,

advogado e defensor”. O eleitor propriamente dito, na medida em que assegura os votos dos membros desse partido, são representados como clientes dos mesmos: aqueles que negociam seus votos em troca de benefícios, ou aqueles a quem os eleitos devem favores, cujos valores são negociados em tempo de campanhas. Esses oscilam entre o preço de uma dentadura, uma camiseta, um saco de cimentos, a promessa de emprego até o valor de toda uma campanha “eleitoreira”.

A essa modalidade de poluente das práticas democráticas, acrescenta-se a personalização de exercício político de que se origina a “espetacularização”, referente ao fato de os eleitos se autorrepresentarem como “grandes homens”. A personalização em si não é um mal, mas o seu uso abusivo é pernicioso, visto que, eleitos, a eles foi atribuído o poder por meio do qual ele tanto pode se beneficiar como também favorecer aqueles que o apoiaram.

Nesse contexto, os meios de comunicação de massa exercem um papel determinante na difusão das informações do sistema eleitoral-partidário. É a espetacularização da política, ou seja, todos os episódios: conchavos, propostas, debates, brigas, denúncias, são veiculadas em tempo real; tudo é veiculado pela televisão, rádio e na internet como verdade. São esses mesmos meios, mais as revistas semanais, que divulgam, investigam, acusam e julgam desvelando um processo que, constrói no imaginário do eleitor-cidadão a imagem de práticas discursivas que têm como referência a corrupção.

Segundo Ferreira Filho (2001), a corrupção eleitoral, embora amplamente divulgada nesse nosso tempo de modernidade, já estava registrada no código jurídico do direito romano e relacionava-se “com o comportamento ilícito dos que visavam às honras ou as magistraturas romanas, objeto de eleições”. Acrescenta que em 358 a.C., o tribuno da plebe C. Petélio conseguiu aprovar um plebiscito conhecido como *Lex Poetelia de ambitu*, proibindo a solicitação de votos nas reuniões públicas ou nos mercados além de outras medidas para conter a compra de votos, tais como: prescrições contra o costume de banquetear eleitores e valer-se de terceiros para festividades que pudessem conferir vantagens eleitorais a candidatos.

Nessa dimensão, de acordo com Ferreira Filho (2001) a corrupção é um fenômeno registrado desde a Antiguidade e, na atualidade, não se configura como um

fenômeno exclusivamente brasileiro: “o mesmo se passa noutros (países), inclusive nos mais desenvolvidos: Japão, Holanda, França, estados Unidos, etc”. Observa o autor, ao tratar desse tema, a necessidade de se realizarem reuniões internacionais, bem como o 5º Congresso Mundial sobre a Corrupção, ocorrido em Amsterdam, em 2005, visando ao combate à corrupção, das quais têm medidas legislativas e não legislativas contra essa patologia eleitoral que sempre foi vista como um gravíssimo mal que corrói os alicerces do Estado e ameaça a sociedade. Ferreira Filho, valendo-se da origem etimológica da palavra corrupção – “corruptio”, em latim = explosão de um fruto em razão de sua podridão interna – ressalta que, além de ser uma falta grave, que perverte e, à semelhança de um fruto podre, contamina a maioria daqueles envolvidos no processo político.

Para Ferreira Filho (2001), na política, a corrupção está “associada à persecução de objetivos privados em detrimento do interesse geral”, ou seja, a tomada de decisão do gestor político leva em conta os interesses particulares transvestidos de interesses públicos. Esse autor, no entanto, postula que a corrupção se manifesta, por um lado, quando envolve uma retribuição material e, por outro, quando se exerce o poder político para angariar vantagens indevidas. A retribuição material é a manifestação corruptiva na qual se enquadra o processo eleitoral e envolve: a) a utilização de meios ilícitos, tais como a compra de votos e a fraude na sua contabilização; b) ações que visam produzir desvios na exteriorização das preferências político-eleitorais; c) o financiamento partidário; d) utilização dos cargos públicos, “da máquina” para se manter no poder.

3.2.1.2 Os modelos de organização de conhecimentos prévios locais

O texto “Na roda do jacubalê” tem por referência relatos de acontecimentos que focalizam a “corrupção” no curto-tempo da história político-administrativa do Estado Brasileiro, mais especificamente aquele período que compreende o 1º e o 2º turno da eleição na qual o ex-presidente “Lula”, conquistou a reeleição, em 2006. A construção desse relato reitera a representação de mais um episódio, dentre outros que a ele antecedem, bem como inúmeros outros que a ele se sucedem até os dias de hoje, de modo a reiterar os sentidos de uma narrativa que tem o longo tempo de formação da identidade nacional brasileira qualificada pelo verbo “descobrir”, ou

seja, “tirar o véu que impossibilitava aos homens dos tempos de “antanhos” – que viveram até o século XVI – enxergar um novo continente. Trata-se de um episódio que retoma o mesmo tema, contudo, em um espaço onde a velocidade do tempo é interpretada por outros parâmetros: aquele por meio do qual o mundo moderno é concebido como produto de ações sociais que visam a instituir, de forma cada vez mais intensificada, o denominado modelo de sociedade de massa. Assim, esse processo de massificação se faz extensivo ao uso de informações para produzir argumentos copiados de textos já existentes, nem sempre com a propriedade necessária. Muitas vezes, as informações são tão reduzidas que não permitem ao leitor depreender que o seu autor sequer tenha tomado conhecimento da extensão e dos limites dos conteúdos por ele enunciados.

Segundo Rodriguez (2005), o excesso de informações que circulam na sociedade dos tempos modernos dificulta a elaboração e a compreensão de raciocínios mais elaborados e/ou complexos. A velocidade e a quantidade de produção de informações não facultam o uso do tempo necessário despendido quanto ao uso desse tipo de raciocínio: não há tempo para análises, cujas sínteses implicam em novas análises que se desdobram em outras-novas sínteses. Esse é o caso, por exemplo, com que se deparam os redatores de um jornal impresso, principalmente aqueles de grande circulação diária, cujas informações são organizadas sob a forma de cadernos ou seções – como: Editorial, Cotidiano, Economia e, dentre outros, o “Ilustrada” – contudo, as notícias publicadas em todos eles, exceção feita a algumas delas que compõem o Caderno de Editoriais, poucas são as que convidam os leitores a reflexões mais aprofundadas. Entretanto, os produtores dos jornais sabem que os seus leitores – por outro lado, dispondo de pouco tempo para absorver informações mais elaboradas – diante de textos muito expandidos, ou longos para suas leituras diárias, não hesitarão em substituir aquele que compam diariamente pelo jornal concorrente.

Segundo o autor, nesse contexto em que impera a velocidade do tempo, onde os segundos e os minutos são extremamente valiosos, é preciso situar os jornais televisionados que apresentam um vasto e denso conteúdo informativo de notícias, compactadas de forma extremamente reduzidas. Neles, elas estão assimiladas a imagens que complementam a linguagem telegráfica desses tipos de textos escritos para serem lidos para os telespectadores. A notícia compacta é uma exigência dos

tempos modernos, em que maximizar a produção, otimizar o tempo, usar a engenharia das atividades também são aplicadas às produções dos discursos dos administradores de empresas, dentre os quais estão aqueles responsáveis pela produção de notícias jornalísticas. Essas empresas, à semelhança de quaisquer outras, despendem seus esforços “para um só ponto: cortar excessos, concentrar informações, não se estender em raciocínios que não sejam, antes de tudo, produtivos. Daí, no contexto empresarial, a comunicação sempre direta, as mensagens curtas (...) a tecnologia fazendo por si só tudo que lhe for possível” (RODRIGUES, 2005: 2). Ressalta-se que nesse contexto, a construção do relato referente aos acontecimentos abaixo registrados resulta de leituras de notícias publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo, Revistas Veja, Época e, também, notícias *on line* sobre o fato que envolve o chamado Escândalo do Dossiê.

O Brasil foi governado por oito anos, de 2002 até 2010, pelo Presidente Lula (Luís Inácio da Silva) – pernambucano de Garanhuns, co-fundador do partido de esquerda PT (Partido dos Trabalhadores) – o trigésimo quinto Presidente da República Federativa do Brasil, após ter participado de três outras disputas presidenciais: no pleito de 1989, ficou em 2º lugar na disputa com Fernando Collor de Melo; nos pleitos de 1994 e 1998, Lula foi derrotado ainda no primeiro turno pelo candidato do PSDB Fernando Henrique Cardoso. O petista assumiu a presidência da República Brasileira, em 01 de janeiro de 2003, após vencer, em segundo turno, o candidato do PSDB, José Serra. Em 2006, foi reeleito, também em segundo turno, vencendo, desta vez, o candidato Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, na eleição de 29 de outubro de 2006. O mandato do ex-presidente Lula encerrou-se em janeiro de 2011, quando ele passou a faixa presidencial para a também petista presidente Dilma Rousseff.

A expectativa tanto da esquerda brasileira quanto da internacional a respeito do governo de um ex-sindicalista, sob o lema da ética e da justiça na política, foi grande. Na campanha de 1989, ele defendeu a imagem de um corporativista “que entra na política para defender o interesse dos trabalhadores, emblematicamente no slogan ‘trabalhador vota em trabalhador’” (GOMES, 2006: 3) e, em 22 de junho de 2002, no início da campanha, foi publicada pela imprensa a Carta ao Povo Brasileiro (ANEXO B) com a clara pretensão de apresentar aos empresários os compromissos e as estratégias econômicas do governo do PT e, conseqüentemente, acalmar os

investidores e atores econômicos preocupados com o futuro do país. Lula, apesar de dirigir-se ao “povo brasileiro” – assumindo o compromisso de mudança “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos” – busca aliados, principalmente daqueles que não compactuam com a posição ideológica petista.

O primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), embora embalado pela expectativa de mudança, foi abalado, na segunda metade do primeiro mandato, por uma série de denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público. Dentre tantos escândalos divulgados pela mídia, alguns se destacaram: 1) Escândalo dos Bingos, noticiado em fevereiro de 2004; 2) Escândalo dos Correios, maio de 2005; 3) Escândalo do Mensalão, divulgado em maio de 2005; 4) Escândalo do Dossiê, setembro de 2006. Em todos esses escândalos, segundo a imprensa escrita e oral, estavam envolvidas pessoas diretamente ligadas ao governo do presidente Lula.

O Escândalo do Dossiê, ou Escândalo dos Aloprados, envolve o Dossiê Vedoin – composto por um vídeo de 24 minutos e fotos em que Serra e Alckmin eram retratados juntos, em uma cerimônia de entrega de ambulância, em Cuiabá, ao lado de Luiz Antônio Vedoin, – esse acusado de envolvimento no esquema fraudulento de compras de ambulâncias, chefe da máfia das Sanguessugas¹¹. Esse material foi interceptado pela Polícia Federal, em um hotel, em São Paulo, juntamente com uma mala com o valor de 1,7 milhões de reais. Durante as investigações descobriu-se que o dossiê seria vendido pelo próprio empresário Luiz Antônio Vedoin para o PT, ficando Valdebran Padilha e Gedimar Passos, ligados ao Partido dos trabalhadores responsáveis pela negociação. Eles indicaram Freud Godoy, ex-assessor especial do presidente Lula no Planalto, como o responsável por parte do dinheiro da compra do dossiê.

¹¹ O Escândalo das Sanguessugas, também conhecido como máfia das ambulâncias, foi deflagrado, em 04 de maio de 2006, quando foi descoberta uma quadrilha que negociava com assessores de parlamentares a liberação de emendas individuais ao Orçamento da União para que fossem destinadas a municípios específicos. Com recursos garantidos, o grupo - que também tinha um integrante ocupando cargo no Ministério da Saúde - manipulava a licitação e fraudava a concorrência valendo-se de empresas de fachada. Dessa maneira, os preços da licitação eram superfaturados, chegando a ser até 120% superiores aos valores de mercado. O "lucro" era distribuído entre os participantes do esquema. Dezenas de deputados foram acusados e o caso deu origem, no mesmo ano, ao Escândalo do Dossiê.

O conteúdo desse falso dossiê, ao favorecer a campanha petista, acusaria os candidatos do PSDB José Serra e Geraldo Alckmin de envolvimento no Escândalo das Sanguessugas: o primeiro concorria ao governo de São Paulo em disputa com Aloizio Mercadante do PT; o segundo concorria à presidência da República, concorrendo com a reeleição de Lula. O escândalo foi deflagrado depois que a revista *Época* emitiu uma nota revelando ter sido procurada por Osvaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho durante a gestão Lula, e Jorge Lorenzetti, integrante da Campanha à reeleição de Lula, com a oferta de “denúncias” contra os políticos tucanos. Os petistas disseram que a oferta não tinha relação com PT nem com o governo, mas que o presidente do partido, Ricardo Berzoini, tinha conhecimento do teor e do encontro com a Revista *Época*. Como na reta final do processo de reeleição, para preservar a sua imagem diante do eleitorado, Lula afastou da coordenação da campanha o presidente do PT Ricardo Berzoini.

Ainda de acordo com a *Época*, as denúncias não foram levadas a cabo porque Bargas telefonou, no mesmo dia, para os repórteres da revista avisando que a pessoa interessada em fazer as denúncias havia desistido de fazê-las. Na ocasião, Berzoini, confirmou saber que um integrante da campanha pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha procurado repórteres da *Época* para tratar de questões de interesse jornalístico e, em nota oficial, assegurou que não tinha conhecimento do conteúdo abordado entre o assessor da campanha de Lula e a venda de “denúncias” contra os tucanos.

Contudo, em 10 de outubro de 2006, os eleitores estavam, há 19 dias, da eleição presidencial, quando também elegeriam o prefeito para a cidade de São Paulo. Dois candidatos do PSDB disputam o segundo turno com candidatos do PT: Geraldo Alckmin, a presidência da República com Lula e Serra a prefeitura de São Paulo com Aluizio Mercadante, devendo-se considerar os eleitores de São Paulo, na sua maioria, não são adeptos incondicionais das candidaturas petistas. Esse partido ocupou por uma única vez a prefeitura da capital desse Estado, mas jamais elegeu um governador e, mesmo Lula, jamais obteve vitória significativa nos pleitos eleitorais a que concorreu à presidência, embora fosse eleito, tanto para exercer o primeiro e o segundo mandato presidencial.

3.3 Os Modelos da Composição Textual-Discursiva em A Roda do Jacubalê

A compreensão dos processos de composição do texto analisado resultou na identificação de um conjunto de estratégias observadas e consideradas no fluxo dos processos referentes ao processamento de informações por esse pesquisador que, para tanto, deslocou-se para a posição de leitor. O objetivo da leitura, por esse deslocamento, teve o propósito de verificar o funcionamento das lexias do tipo presas, quanto aos processos de denominação que têm como referência os modos de proceder dos políticos nacionais, no caso, aqueles da esfera federal, circunscritos ao papel de atores do episódio “Escândalo do Dossiê”. Nesse episódio, esses atores representam o papel social de personagens corruptas e corruptoras: aquelas cujos procedimentos, segundo a interpretação dos acontecimentos, agem no mundo da esfera sócio-político-econômica de modo a afirmar “valores” que rompem com as normas morais e éticas da “virtude” para reiterar valores qualificados como “vícios”: costume censurável ou condenável de que resulta a degeneração moral dos princípios éticos humanos.

Nesse contexto de considerações, os modelos que orientam a compreensão dos procedimentos de leitura de textos, neles implicados aqueles de situações do contexto global, articulado aos do contexto local, segundo V. Dijk (2004), têm a função de orientar a construção da referência textual-discursiva, bem como a relevância do tema e o valor de veracidade a ele atribuído. Para esse autor, esses modelos facultam aos produtores-leitores de texto um ponto de partida, orientador da compreensão que se faz necessária, quanto à extensão dos processos de interpretação, pois os usos desses modelos ativam parcialmente conhecimentos e crenças relevantes expressas parcialmente nos registros de um texto.

Nessa acepção, esse leitor fundamentado em pesquisas sobre os modos de ler, privilegiou duas estratégias das quais leitores proficientes fazem uso: a) situar-se diante de textos simples ou complexos e construir a unidade temática que assegura a sua referência, proposta pelo autor da primeira até a última linha do texto; b) identificar, ao mesmo tempo, as estratégias por meio das quais o produtor-autor, ao projetar o seu leitor – aquele com quem busca dialogar sobre o tema ou assunto do texto que elabora – desloca-se do lugar que lhe faculta exercer o papel social de autor e passar a exercer o papel de locutor-enunciador. Para tanto, inscreve-se nos

enunciados do texto que produz, na condição daquele que fala para orientar seu leitor sobre como deve proceder para construir sentidos autorizados sobre o tema em discussão. Essa orientação – por meio da qual o sujeito da enunciação se inscreve nos enunciados que produz, na condição de pessoa – identificada pelo enunciatário-leitor possibilita a ele construir a cena, ou o quadro da enunciação e nela ocupar o lugar daquele “com quem se fala” para dizer “algo”, a respeito de alguém ou de algo, consoante um modelo de contexto situacional.

Posto isso, passou-se à leitura propriamente dita do texto, desde o título até o seu último ponto final, atribuindo relevo ao processamento de suas informações e por elas considerar que a identificação, compreensão e interpretação da referência tematizada, não se dissociam da identificação, compreensão e interpretação da cena enunciativa; entretanto optou-se por tomar como ponto partida estratégias referentes à produção de sentidos atribuídos à referência tematizada pelo seu leitor.

3.3.1 A desconstrução-reconstrução da referência textual-discursiva

Não há regras para serem aplicadas quando se busca ler um texto; há procedimentos de leitura referentes ao uso estratégico de regras que, sob a forma de conhecimentos são usados como recursos para se compreender o que se lê. As estratégias, portanto, nas suas flexibilidades e variedades, adéquam-se de modo apropriado a cada texto-discurso; mas é possível identificar alguns movimentos de leitura que são sempre desencadeados pelos leitores. Assim sendo, puderam-se considerar algumas estratégias que são usadas de modo reiterativo pelos produtores-leitores, explicitados nos tópicos abaixo:

A - Ler o texto mais de uma vez na sua completude – quando o produtor- leitor mais observa atentamente o texto que se propõe a ler de forma significativa – o que facultou a identificação da forma do texto de Gullar como uma composição que está posta sob a forma de versos e não em prosa. Contudo, para Tavares (1978: 161), não é “possível uniformizar um conceito para poesia (...) que implica a ideia de ação, de criação”. Assim, pela tradição, contrastava-se seu aspecto exterior e formal, contrastando-a com a prosa; mas, no fluxo do longo tempo, esse critério perdeu sua validade visto poder haver poesia na prosa, ou prosa nos textos em versos

Ela é indefinível, porém definidora. Lida-se com ela, sem saber o que ela é. (...)... criação rítmica da beleza. Emoção recolhida tranquilamente. O fim da poesia é o belo.(...) a comunicação efetuada por palavras apenas de um conteúdo psíquico afetivo-sensório-conceitual, aceito (...) como um todo, uma síntese. Representar o belo por meio da palavra rítmica, em poesia.

No que se refere à tipologia de texto e, ainda segundo Tavares (1978), em se tratando dos gêneros referentes ao texto literário – bem como quanto aos não literários – serem eles não apenas “modos e modas de expressão, passam e morrem com a fadiga das emoções, revivem quando já esquecidos. Não se inventa, ainda em arte, senão o que se esqueceu. Assim, considerar que, no que se refere à forma poética do texto de Ferreira Gullar, consoante à tipologia do gênero épico – poema que tem como sistema de referenciação narrativas preservadas ao longo do tempo, por meio das quais a personagem que representa o papel social de herói representa valores morais, éticos pelos seus atos exemplares, inscritos nos episódios em que ele suas ações visam à proteção da comunidade, família e amigos.

Nesse sentido e, em se diferenciando, do herói nacional dos poemas épicos, bem como dos poemas do tipo “herói cômico”, o texto de Ferreira Gullar, na Roda do Jacubalê, é:

- a.1) uma composição do tipo “poema burlesco”: um modo jocoso, gracioso de tratar um assunto sério e, às vezes, trágico - Os versos têm a sua métrica, à semelhança dos versos das epopeias, em decassílabos; todavia,
- a.2) aqueles do texto analisado, misturam-se aqueles de cinco sílabas e de sete, variando a quantidade de versos nas estrofes que organizam sua composição;
- a.3) o refrão composto por estrofes de quatro versos – aquelas que se repetem ao longo do poema e que tem a função de reiterar o tema ou assunto principal sobre o qual se fala – varia apenas no penúltimo verso: tem cinco versos. Trata-se de métricas da denominada “poesia popular”, típicas da civilização do oral e das composições de trovadores medievais. Apesar da irregularidade referente à quantidade de versos em cada estrofe – entre 5, 4, 6, 7, 8, 9, 10 e 13, as que se repetem, excluído o refrão – são as de 7 (3) e as 13 (duas); contudo, só uma de dez versos, mas nenhum deles decassílabo;

a.4) trata-se do resgate de um gênero, por outro modelo de composição formal: a de um poeta brasileiro dos tempos modernos, que reinterpreta aquelas dos trovadores medievais para ultrapassar as composições sob a forma de quadras, de quintetos, os sextetos. Assim, os versos de 7, 8, 9,10 e fecha sua composição com estrofe de 13 versos; logo,

a.5) não há regularidades, a não ser quanto ao ritmo que assegura a tonalidade da voz do cantador, em que prevalece o tom de quem avisa para advertir; informa para aconselhar.

Segundo, ainda, Tavares (1978), os poemas épicos foram feitos para serem cantados ao som da lira; os heróis cômicos ao som dos alaúdes - o de Gullar ao som do violão, da viola do pandeiro ou do atabaque: outro som, outro ritmo – mas esse tipo de poema burlesco, de estrofes assimétricas, são modelos de textos alegóricos morais, cujo propósito ou função social é didático.

Nesse sentido, visto que o propósito da investigação não incide sobre questões referentes aos gêneros textual-discursivos propostos pela linguística moderna, considerou-se relevante pontuar o fato de ser esse tipo de composição “burlesca” que coloca em cena um ator que representa o papel social de herói cômico, cujo modo de agir não é interpretado, necessariamente, como valor de personagem que possa ser interpretado pela comicidade, mas pela tragédia: “morte do que morre dentro do homem, enquanto ele vive”.

B - Ler o texto para descobrir o sistema de referenciação que a ele confere grau de coerência local, orientado pelo encadeamento linear que possibilita observar o modelo de organização dos conhecimentos ordenados por esse encadeamento linear. No fluxo desse movimento, desencadeado por ações que tanto implicavam avançar como retroceder, ou voltar atrás para reler, tem-se outra estratégia comum:

b.1) a leitura avança, na dimensão linear do tempo, por imposição da própria linearidade do sistema linguístico, mas também e simultaneamente, se desenvolve na dimensão alinear inerente à dimensão cognitiva da linguagem, cujo limite é aquele referente à capacidade de memorização do leitor. Logo, a leitura que visa graus de compreensão significativos do texto, implica um n-tuplo de releituras, quando ela visa à interpretação. Essas releituras fizeram com que o leitor retomassem suas próprias pegadas, quanto a:

- b.2) fundamentos teóricos que orientavam esses procedimentos de leitura;
- b.3) necessidade de voltas para recompor outros percursos possíveis, de modo a desconstruir e reconstruir sentidos já produzidos por inferências não autorizadas e reelaborasse suas hipóteses sobre o que a ele estava sendo dito.

Observa-se que, em se tratando desse movimento de “ir e vir”, “voltar e retornar”, agenciado pela linearidade do texto-produto - experienciando, reordenando os elementos constitutivos do texto e reorganizando os significados que iam sendo produzidos – fez-se necessário estabelecer uma pausa. Buscou-se identificar o grau de precisão do vocabulário constitutivo do texto e esse nem sempre era empregado pelo leitor como recurso adequado para que a referência “corrupção” progredisse semântica. Em muitos fragmentos processados, alguns deles eram tomados como sinônimos muito próximos, como se um tivesse equivalência unívoca a outros, impedindo a progressão semântica necessária ou satisfatória e dificultando a ressemantização das palavras que se buscava situar entre o autor e o seu leitor. O resultado dessa pausa implicou em pesquisas não só em dicionários de língua, mas também naqueles que explicitam as expressões tradicionais, empregadas por Gullar – sobre as quais o leitor acreditava ser do seu total domínio. Essas investigações estão, abaixo, apresentadas sob a forma de quadro:

- b.4) sistema de referenciação pelo uso de lexias empregadas em “Na roda do jacubalê”

Lexias idiomatizadas	
Na roda do jacubalê	1) Trocadilho de jabaculê – alteração silábica e fonética: - bacu- // -cuba-; jabá, caititu, gorjeta, gratificação por jacubalê [jacu = homem da roça; aquele que vive do que o meio natural a ele oferece] 2) Comportamento habitual daquele que oferece propina a profissionais da imprensa em troca de coberturas maledicentes; 3) Circulo vicioso em que os envolvidos no Escândalo do Dossiê mantêm o hábito a prática da corrupção por meio do jabaculê;
... tão dizendo por aí,...	Espalhar uma notícia venenosa com classe e deixar claro para todos que as máscaras não vão durar para sempre.
... mamando no tipiti. // mamar na vaca	Tipiti - nome dado a um cesto de palha em formato cilíndrico em que se põe a massa de mandioca para ser espremida e escorrer o caldo branco, da cor do leite: rico em vitamina A e ferro. Querer alcançar um objetivo sem despendar qualquer esforço físico ou mental = sugar o caldo da massa da mandioca =alimento básico da população brasileira;

Eu não tou nem aí...	Não dar qualquer importância ou valor para um fato ou acontecimento no qual está direta ou indiretamente envolvido.
...que o negócio tá quente...	Uma situação que não deveria ocorrer e que está comprometendo a imagem do presidente.
...fazer boca de siri.	Ficar calado para manter segredo absoluto sobre determinada revelação ou fato.
...tá quebrando o bacuri.	Bacuri – fruto de casca grossa; polpa branca; de sabor agri-doce de uma árvore típica das Guianas e do norte do Brasil – modo carinhoso de se referir aos filhos = seus filhos, como o bacuri, estão sendo quebrados como se quebra o bacuri: batendo a cabeça (coco) muitas vezes na pedra. 2) “Amigos” do presidente estão se desentendendo, pode haver brigas.
...quem previne amigo é.	Os amigos verdadeiros são aqueles que se esforçam para alertar, avisar, informar com antecedência de modo que o outro não seja prejudicado por uma dada situação.
Chega de charivari... // chega de conversa fiada	1) Charivari - desordem, de confusão. 2) é preciso por fim à desordem, à confusão; conversa sem relevância = aquela que não resolve o problema denunciado e que compromete o presidente.
.... dá com a língua no dente...	Delatar, trair um cúmplice revelando um segredo; deixar escapar um segredo de modo inocente ou intencional; abrir o bico, entregar o ouro; dizer aquilo que o presidente sabe; denunciar.
...sabe então como é...,	Aquele que não é inocente; logo, tem conhecimento das consequências de um procedimento inadequado.
... vai ter de sambar no pé... // vai dançar	Vai dançar samba, no chão, em ritmo tradicional como os passistas tradicionais (outros presidentes) Deverá assumir que não é diferente de outros presidentes (Se prometeu mudanças, não deve agir como aqueles que também prometeram e nada mudaram)
A coisa agora tá preta...	Situação insustentável, muito difícil de ser resolvida; encrenca.
... capeta / anda solto por aí.	Não há ninguém capaz de controlar ou inibir a confusão de que resultaram as denúncias de corrupção.
Ou o senhor larga a chupeta... // largar a teta	Deixar de ter atitudes infantis e agir como um adulto, como uma pessoa responsável (magistrado).
... fazer pirueta / no casco de um jabuti.	Deverá ter muita habilidade para se livrar das acusações = de que o presidente e os amigos estão mamando no tipiti.
...um faz cagada...	Estragar tudo; fazer um trabalho de péssima qualidade.
...outro arrota...	Gosta de contar vantagem;
...outro furta na abadia...	Furtar com a dignidade de um pai a quem os filhos estão subordinados.
...diz que é patriota...	Aquele que ama a Pátria e procura servi-la. (mas, na verdade usufruir dos benefícios do cargo que ocupa a convite do pai)
... tá mijando na pia. // mijar fora do penico	Comportar-se de modo inadequado, sair da linha.
Bom cabrito não pia... //berra	Bom cabrito, ao ser imolado, não berra, morre calado, aguenta calado, firme, as situações mais suplicantes que vivencia.
... tomar tento...	Prestar total atenção.
Embolsa o jabaculê...	Apossar-se da propina.
É muita esculhambação.	Estado de desordem, anarquia, confusão bagunça.
... que é uma família...	Pessoas íntegras, honestas e justas, ligadas por laços de parentesco.

... é o poderoso chefão...	Chefe todo-poderoso de malfeitores, indivíduo que chefia negócios escusos; mandão, político. (Lula está agindo como um poderoso chefão e não como presidente)
Olha que eu saio na mão... // sair no braço	Chamar para a briga (usar a força em vez de palavras para argumentar)
... é coisa pra se guardar no lado esquerdo do peito...	Guardar do lado do coração = com zelo, cuidado, carinho e responsabilidade.
...rezam na mesma cartilha...	Agir e pensar de maneira idêntica àquele que segue o bê-a-bá da corrupção.
...manter o ferplei.	Manter transparência no jogo do poder; jogar limpo.
Magistrado que se preza tem respeitar a lei.	Funcionário do poder público investido de autoridade (presidente da república, que é o primeiro magistrado de um país) deve exercer seu cargo segundo as normas jurídicas e não transgredi-las.
Até bicho, por limpeza, / escolhe onde faz pipi	É preciso saber onde e quando se pode comportar de modo inadequado.
... murro em canivete...	Persistir em algo que se tem certeza que não vai mudar; mas corre o risco de se ferir, machucar.
Vocês já pintaram o sete...	Fazer bagunça; aproveitar de situação descontrolada, anarquizar, incomodar, prejudicar pessoas, ter comportamentos inadequados.
...que se acabou o piqui,... // acabou a mamata	Acabaram os ganhos desonestos, as vantagens ilícitas obtidas em operações fraudulentas.
o topete / da testa lhe vai cair // baixar o facho	Perder a arrogância; tornar-se modesto pela força da situação.
... cante em falsete...	Tornar um assunto mesquinho, rebaixar.

Posto isso, retomou-se a leitura alinear pela linear, de modo a retomar percursos autorizados pelo esforço das análises e pelo grau de adequação entre as proposições explícitas e implícitas produzidas pelo leitor da denominada “base semântica do texto”, segundo v. Dijk (1992). A concepção de base semântica do texto, bem como a sua fundamentação teórica, facultou que se compreendesse o processamento de informações identificadas pelo leitor, durante a decodificação significativa dos elementos linguísticos e o resultado desse processo – ao quais essas informações iam sendo compreendidas pela ativação de conhecimentos prévios, denominados “implícitos”, por meio de inferências. Logo, os implícitos foram compreendidos como proposições resultantes de inferências: conhecimentos prévios ativados pelo leitor para processar e compreender novas informações por velhos saberes.

Segundo V.Dijk, a base semântica do texto compreende a produção de proposições explícitas – aquelas que o produtor-autor explicita, durante a composição de seu texto, por considerar serem elas desconhecidas dos seus leitores – e proposições implícitas: aquelas que, por serem socialmente partilhadas e registradas na memória sócio-cultural-histórica, serão inferidas pelo produtor-leitor, quando ativadas pelas

explícitas. Assim, no fluxo das atividades de leitura de um texto, o leitor produz um n-tuplo de proposições: essas, a princípio, são retomadas umas pelas outras, substituídas, reordenadas, à medida que a leitura avança, aos saltos, ou seja, na simultaneidade da dinâmica a que já se fez, acima, referência. O leitor, situado na dimensão alinear do texto, e sem abandonar o seu agenciamento linear,

b.4.1- não mais atribui relevo às relações entre constituintes de frases e frases conectadas entre si, mas se desloca entre segmentos mais distanciados uns dos outros, cujos significados já foram processados, ou seja, expandidos e condensados sob a forma de outras designações expandidas sob a forma de proposições. Assim, as expansões são paráfrases de conteúdos condensados já denominados; por exemplo:

b.4.1.1- o uso reiterado da lexia “o senhor” e a sua gente – no segmento inicial e ao longo do texto, condensa significações referentes a: o senhor ⇔ Lula ⇔ Presidente [⇔ magistrado que se preza = 17º. verso] é o 1º. Magistrado de uma Nação; aquele que respeita e faz cumprir a lei – e não “poderoso chefe” = o pai da máfia; aquele que vive de atos ilícitos;

b.4.1.2 o uso conjugado na articulação entre presidente e sua gente, em que “gente” reiterado, ao longo do texto, condensa significações referentes a: 1ª) “...**sua gente...**”(verso 1º) ⇔ patota << turma de amigos, galera >>; 2ª) “...enganar **a gente...**” (verso 5º) <<eleitores; povo: aqueles que não estão no poder, mas que o elegeram>>; 3ª) “...sabemos que a **sua gente...**”: <<filhos>>; << batendo a cabeça; arrumando confusão ⇔ patota (versos 11º e 13º): grupo de amigos que se envolve em fraudes, trapanças, ladroeira, bandalheira; pessoas velhacas: trapaceiros; larápios ⇔ hábito de furtar; roubar>> ⇔ “...**essa gente** (verso 13º) que é quase tudo ladrão ... é patota ou quadrilha?” = [família não é quadrilha; o Presidente mistura alhos com bugalhos]. Nesse caso, essas são proposições que, sob a forma de paráfrases, equivalem a proposições produzidas por esse mesmo leitor: o pesquisador, na condição de investigador e analista do texto em foco.

Os exemplos, acima, possibilitam considerar que as estratégias de produção da coerência local – n-tuplos de proposições resultantes do processamento de informações explícitas e implícitas – resultam de estratégias de expansão, que têm por ancoragem: a) essa expansão compreendida como significados condensados por formas vocabulares; esses expandidos por relações semânticas de

parassinonímias na extensionalidade do corpo do texto e, assim sucessivamente; b) cada uma delas, sempre condensando informações que foram expandidas por significados que as condensaram; os parassinônimos, compreendidos como significados que estão uns para os outros, sem que sejam iguais àqueles que expandem ou àqueles que condensam; c) esse contínuo movimento de condensação-expansão mantém a referência, ou o conceito de “corrupção” – significado em língua – em progressão semântica; d) o fato de essa progressão implicar retomadas de significações, lexicalmente denominadas por paráfrases, assegura que a “referência” seja, de modo intermitente e contínuo, representada “em construção”, no fluxo da leitura e em toda a extensão do texto: da sua primeira à sua última linha. Logo, durante a leitura, a representação da referência é construída gradativamente, tendo por parâmetro conhecimentos prévios sobre o fato: aqueles de que resultaram interpretações dos acontecimentos referentes ao “Escândalo do Dossiê”, por meio de práticas que são próprias da imprensa escrita e falada. Por conseguinte, às significações produzidas em “Na roda do jacubalê” estão indexadas aquelas produzidas pela leitura desses outros textos, associadas a conhecimentos do modelo situacional do longo tempo (cf. itens: 3.2.1.1 e 3.2.1.2 deste mesmo cap.).

Apresentam-se abaixo, resultados obtidos da leitura analítica, em que se privilegiaram as estratégias de condensação e de expansão das designações lexicais por meio de expansões, processadas como informações de que se originaram proposições locais-globais.

C) Leitura Estratégica: A Condensação e a Expansão

Síntese de Procedimentos Analíticos por Amostragem

Reiteraões de Designações inscritas nos segmentos do texto	Condensações e sinonímias	Microproposições ⇔ Expansões	Macroproposições ⇔ Condensação de micros em Macros
“ Presidente, presidente... ” = o início de todos os versos referentes à fala do cantador que “evoca e invoca o Presidente”.	Uso reiterado do vocativo para: a) invocar a presença do presidente para com ele conversar; b) tornar presente aquele que se faz ausente do cantador	O Presidente distanciou-se do povo que o elegeu porque confiou em seu programa de governo; representou-se como homem do povo ⇔ não ser	1º) A memória do Presidente deixou de registrar suas promessas de campanha ⇔ <u>Ele tem memória fraca.</u>

	“popular”; c) chamar para auxiliá-lo a se lembrar do passado.	candidato da elite; ser um trabalhador; governar em nome dos trabalhadores.	
“...estão dizendo por aí...” ⇔ aos quatro ventos [parassinônimo]; a) Conteúdo do dizer do cantador: a.1) que o Presidente + essa gente ⇔ aquela que ele colocou em Brasília no poder para assessorá-lo ⇔ ocupam cargos públicos por nomeação do Presidente; a.1.1) Estão mamando no tipiti = usam de suas posições como assessores para: - comprar dossiê e tentar incriminar membros de outros partidos ⇔ adversários políticos do PT; - comprar dossiê de indivíduo envolvido em escândalo das Sanguessugas; - vender mercadoria de que ainda não têm a posse = [alimentam-se daquilo que não produzem] a.1.2) amigos do presidente ⇔ “estão quebrando o bacuri” = são imaturos ⇔ têm pouca experiência até na prática da política. a.2) amigos-assessores:	Estão espalhando por aí (de Norte a Sul, de Leste a Oeste) que o Presidente + sua gente = homens da sua confiança = membros do seu partido político = que o assessoram diretamente no governo [amigos do seu partido; que há muito o acompanham = companheiros ⇔ amigos = usam da suas conquistas, reconhecidas como virtudes pelo povo; = ocupam cargo de assessores, mas sem qualquer compromisso com eles; = querem se alimentar de prestígio; = querem ser reconhecidos pelo presidente e pelo povo para usufruir dos benefícios que esses cargos oferecem, mas sem despende qualquer esforço em benéfico da Nação, do próprio povo; = Não sabem que esses benefícios não se tipificam por valores materiais. Amigos do Presidente ⇔ são bacuris ⇔ imaturos ⇔ têm pouca sabedoria para agir no campo político. Logo, são homens que: a) não sabem fazer política;	O Presidente não sabe, ou finge não saber que: a) nem todo amigo é leal; b) cargos públicos devem ser ocupados por pessoas competentes para exercê-lo: aquelas capazes de assessorá-lo quanto à planificação de seu projeto de governo; jamais por amigos, a não ser que eles também sejam competentes; c) seus companheiros – amigos não podem usufruir da condição prestígio atribuído a ele, no exercício da Presidência da Nação; d) Amigos do presidente não assessoram, sequer sabem fazer negociatas com prudência e atenção; conseguem quebrar a roda do jacubalê [aquela de que dá origem à luxúria; à gula, à avarícia; à ira; à soberba; à vaidade; à preguiça]. Eles vão e levam outros comparsas para a cadeia; expõem-se e expõem o presidente Os amigos do Presidente não sabem diferenciar a posição e o papel social exercido na esfera pública daquele exercido na esfera privada – não diferenciam	2º) O Presidente acredita que para ser um boa assessoria basta nomear os seus amigos leais; 3º) O Presidente não sabe que: 3.1) os assessores precisam colaborar com ele para colocar em prática seu programa de governo – o mesmo apresentado ao povo, durante a campanha eleitoral; 3.2) o critério para selecionar e indicar assessor é o da competência e não o da amizade – Nem todo amigo é leal; 3.3) para governar precisa contar com a lealdade do povo e não dos amigos-companheiros; 3.4) a nação é formada pelo povo e não por amigos; 3.5) nas relações entre membros de um mesmo grupo familiar, o chefe da família pode conviver e convive com as mazelas dos filhos, parentes e dos amigos; mas nas relações entre membros do poder público, o Presidente não é chefe de família, mas o primeiro magistrado da Nação – cumpre e deve fazer cumprir a legislação jurídica; 4º) O Presidente, ao fingir ignorar ou ignorar esses

criam situações adequadas a espetáculos semelhantes a charivaris; fazem negócios escusos e “embolsam o jabaculé”; fazem cagada uma após a outra; furtam; não respeitam a lei;	apenas politicalha; b) não negociam novas idéias, novas estratégias referentes a descobertas de como proceder no mundo das relações políticas; c) apenas buscam se locupletar daquelas que já existem e há muito são colocadas em prática; d) negociam com e pelo dinheiro, a dignidade de outros [mesmo que essa dignidade possa vir a ser posta à prova]; e) amigos do presidente são insensatos por inexperiência	o Presidente de um partido político de quem são amigos, do Chefe = Presidente de uma Nação; não diferenciam pacto de amizade de contrato social	princípios – o bom cabrito não pia – deixa de agir como Presidente e passa a agir como se fora chefe de família de mafiosos. 5º) O presidente parece ser aquele que preside um povo, uma nação, mas não a preside, pois é presidido pelo grupo de amigos-assessores, membros do seu partido político. Dirige a nação como se ela fosse seu próprio partido.
---	---	---	---

Síntese das Macroproposições:

O presidente não parece saber, mas sabe, ou sabe, mas não parece saber que:

I – O Homem que exerce o papel de presidente deve: a) saber escolher assessores, tendo por parâmetro princípios e sabedoria que lhe facultem privilegiar os critérios:

a.1) competência adequada para o exercício do cargo; a.2) conhecimentos sobre a planificação de seu projeto de governo e comprometimento com as ações a serem desencadeadas, consoante os objetivos do projeto, para que sejam alcançadas de forma satisfatória; a.3) manter lealdade e fidelidade nas relações político-administrativas no fluxo das atividades desencadeadas para realizar essas ações; a.4) não romper com normas de conduta morais e éticas, propostas pela jurisprudência, mediante códigos dos contratos sociais jurídicos que regem as relações sociais na esfera pública.

II – O Presidente parece não se lembrar, mas se lembra do projeto de sua campanha, quando prometeu mudanças na gestão dos “negócios” que têm como

objeto de troca bens materiais que visem à resolução de problemas sob a responsabilidade das esferas da administração dos bens públicos, aqueles de mais valia – bens não materiais: a saúde, a alimentação, a educação e a moradia – obtidos por meio da qualificação de habilidades humanos para o trabalho de quaisquer esferas.

III – O Presidente não soube escolher seus assessores por não conseguir diferenciar: partido de nação; assessor político de assessor-amigo; chefe de família e chefe de uma nação e de um povo; lealdade de amigos e lealdade fundada no compromisso com o trabalho de planificar um projeto para a nação e não um projeto de partido;

IV – Os amigos-companheiros do presidente também não sabem diferenciar os papéis de amigo, de chefe de partido e de Presidente da República de uma nação, por isso, colocam seus sonhos, suas necessidade de sucesso e de ascensão social, suas adversidades políticas com outros partidos, em primeiro plano. Em tempos de disputas eleitorais, essas necessidades se intensificam e com o objetivo de satisfazê-las comprometem ainda mais a imagem dos partidos, dos candidatos e do próprio Presidente.

V- O Presidente parece não ter se esquecido de seu programa de mudanças, mas não dispõe de aliados capazes de com ele colaborar para que o prometido seja cumprido. Embora Presidente, mantém-se compromissado com o projeto do seu próprio partido e com políticas de assessores de indicações para cargos públicos, principalmente com aqueles das pastas cuja rentabilidade financeira depende de concorrência pública entre projetos qualitativos. Os não qualitativos continuam sendo negociados entre assessores.

VI – O Presidente não aprendeu, ou finge não ter aprendido, a diferença entre “Família e quadrilha”. Logo, deixa entender que nada sabe sobre os fatos acontecidos.

3.3.2 A desconstrução-reconstrução da discursividade-textual

Os dados, acima registrados, resultam do esforço do produtor-leitor que, ao se situar diante do texto, com o propósito de compreendê-lo por uma perspectiva que ultrapasse os limites da leitura como prática de decodificação, buscou considerar as estratégias que possibilitam atribuir sentidos a esse mesmo texto. Privilegiou-se, para tanto, um conjunto de ações por meio das quais foi possível identificá-las de modo a que se pudesse compreender o sistema de referência sócio-cultural-histórico, por meio do qual o produtor-autor trata de uma mesma referência – conceito ou significado – situando-a ao longo do texto sob um ponto de vista, ou tema.

Sob essa perspectiva teórica, privilegiaram-se alguns pressupostos da teoria do processamento de informações; mas, mesmo assim, a sistematização dos resultados obtidos, por esses procedimentos, foi bastante complexa; razão por que foram considerados aqueles resultados mais genéricos que as análises possibilitam melhor pontuar. Nesse mesmo sentido, não nos propomos, neste item, a um estudo teórico e analítico sobre as condições de produção do discurso, tampouco sobre as condições sócio-cultural-históricas de que se originam as imposições das instituições e que se impõem ou determinam o quadro das enunciações. Essa delimitação se faz necessária, considerada a delimitação do tema, bem como o objetivo deste capítulo, que busca compreender os processos de cristalizações-descristalizações dos significados das lexias da classe das designações que qualificam e/ou tipificam o vocabulário do idioma brasileiro.

Neste item, portanto, busca-se atribuir relevo à construção do quadro enunciativo por meio do qual o produtor-autor situa o seu leitor para participar, compreender e interpretar não só o que ele – enunciador diz ao seu leitor, sobre a referência tematizada, mas também como o seu leitor se posiciona, nesse mesmo cenário do qual ele não participa diretamente. Já foi considerado que os modelos de organização de conhecimentos não linguísticos, ordenados por aqueles de conhecimentos linguísticos, fazem com que os textos sejam rapidamente identificados, conforme também é pontuado por Bacega (2003), quando a eles se tem acesso, na condição de leitor.

Na dimensão dos conhecimentos linguísticos, a representação do cenário enunciativo é projetada para o leitor como se fora “uma interação face-face” – quando os interlocutores se situam no mesmo tempo do espaço em que se situam e conversam sobre um tema, ou assunto. Nesse modelo de interação, ao qual se denomina discurso direto – os interlocutores não se valem da interação mediada, quando não estão situados no mesmo tempo e lugar do espaço e se valem de outras tecnologias para se comunicarem uns com os outros; para tanto, eles se valem da tecnologia natural da voz. Nesse caso, tem-se como vestígios desse tipo de atividade de fala o uso do vocativo no início de cada estrofe, denominando aquele com quem se fala e, na sequência de cada uma delas, o refrão que se segue à voz do cantador. Não se trata de discurso oral, mas de uma representação do modelo de interação face a face: uma estratégia para representar aqueles que falam.

O leitor é convidado a participar como ouvinte dessa fala “pseudo-dialogada”, quando o produtor-enunciador do discurso poético projeta a posição do seu interlocutor para reinterpretar um acontecimento ou o relato de um acontecimento – aquele da compra do Dossiê – representação de um acontecimento já interpretado pelo discurso da mídia. Nesse relato primeiro, o presidente, já assume a posição daquele que nada sabe e, por total desconhecimento do assunto ou tema, nada pode dizer. Não se pronuncia sobre a questão pouco ou nada idônea. Essa é a mesma posição que ele assume no quadro enunciativo projetado pelo enunciador-autor desse modelo de composição textual; embora informe o seu interlocutor, no papel de enunciador-cantador que: “O bom cabrito não pia”, o som emitido por um cabrito não é o piado de uma ave: o pintinho = filhote da galinha que ainda não cresceu; o cabrito berra. Logo, aqueles que berram desconhecem o fato segundo o qual “em época de muda [= troca de pena das aves canoras] o canário não canta; única razão encontrada pelo analista para a substituição do “berrar pelo “piar”. O canário é pássaro admirado e respeitado pelo seu canto, ou seja, em época de eleição-reeleição, cabrito muda o seu tom para a voz do canário; aqueles que berram se auto-denunciam. Lula é prudente: foi reeleito, atingiu seu objetivo; logo essa é uma estratégia de quem faz dos amigos do partido seus assessores. Mercadante perdeu as eleições em São Paulo.

Essa posição é mantida ao longo do texto; mas cabe ao leitor-ouvinte analisar e avaliar a posição do candidato à reeleição, diante dos fatos. A voz que não silencia é a do enunciador-cantador: que se dirige ao “Presidente” para lembrar-lhe de que:

a) é seu amigo = “Quem avisa, amigo é” = monofoniza a voz universal que aconselha prudência e não o silêncio de quem nada diz e cria a dúvida sobre a sua própria inocência;

b) posiciona-se, no papel de amigo, retomando – por referência ao discurso relatado, os fatos ocorridos e relatados por ele, enunciador-amigo, avaliados, de modo explícito ou implícito, mas sempre crítico, a posição assumida pelo presidente – prometer mudanças, mas não ter sido capaz de realizá-las (cf. Carta sobre pactos firmados com empresários e com o povo durante a campanha, ANEXO B);

c) atribui aos amigos-assessores essa culpabilidade (vide análise de referência tematizada) e, ao presidente, atribui a culpabilidade por: c.1) não saber diferenciar amigo de assessor; c.2) não diferenciar papéis sociais entre: c.1.1) criar um partido político; ser dele presidente, desde então, e sempre que possível; proteger seus assessores-amigos; garantir a eles cargos públicos e suas permanências em Brasília; parecer desconhecer o que eles fazem; não diferenciar ou não querer diferenciar família de quadrilha; não compreender que presidente não tem amigos, mas assessor-colaboradores para promover e implantar as mudanças prometidas c.1.2) esse posicionamento do presidente, não faz dele o presidente do povo, mas de um partido político.

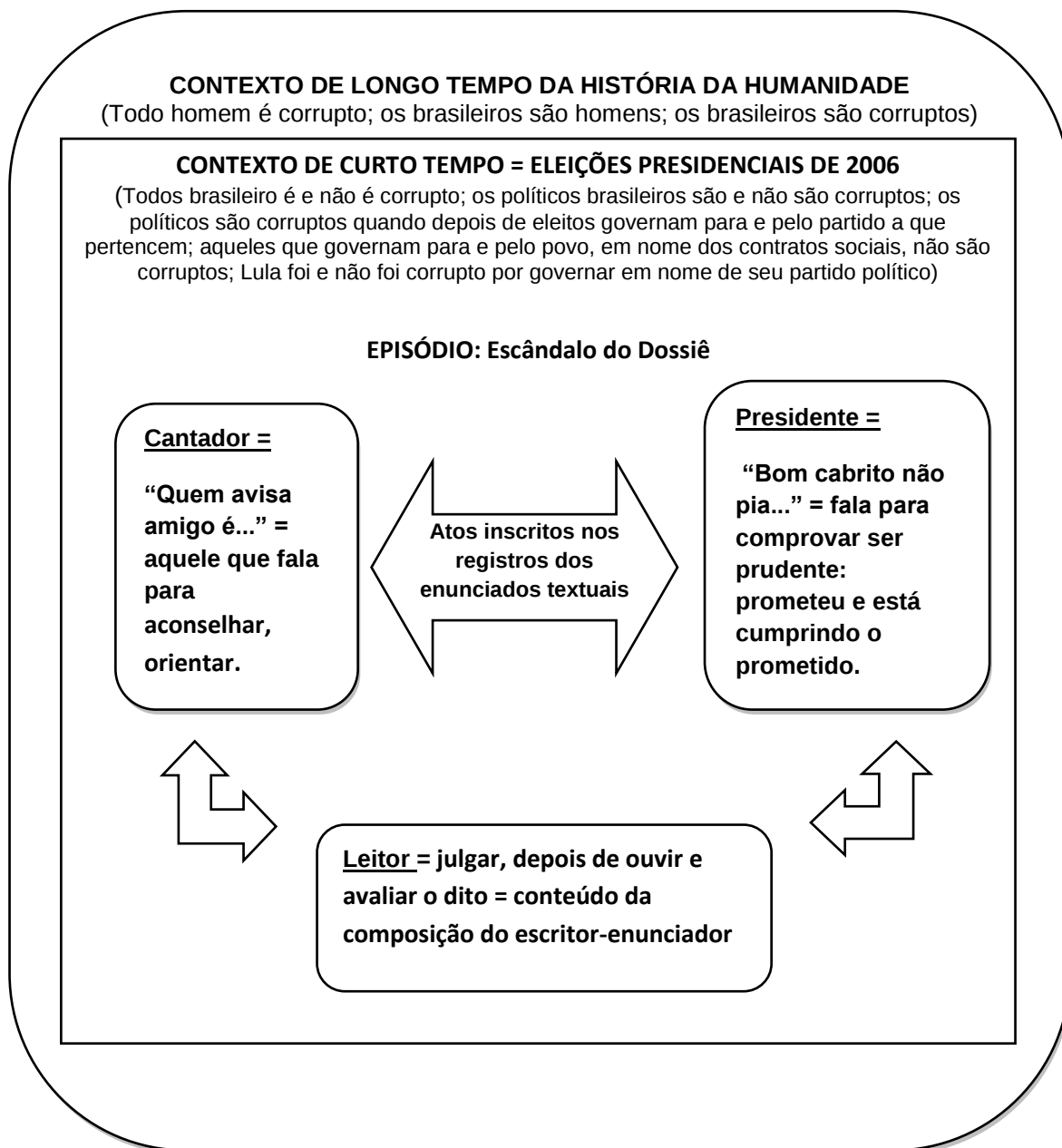
Nesse sentido, Lula não foi capaz de diferenciar seu 1º mandato político (2003-2006) do mandato de outros presidentes que o antecederam: ignorou a corrupção, prometeu mudanças e não cumpre o prometido; mantém o mesmo estilo de governo republicano herdado. Logo, Lula é igual a qualquer outro presidente. O produtor-leitor, na posição de ouvinte, ao término da sua leitura se indaga: a) O presidente é um colaborador do seu partido e amigos – sabia dos fatos, mas por prudência se calou; pois sabe que os hábitos e costumes só mudam, no fluxo do longo tempo – e a sua posição de nada dizer e de se fazer passar por ignorante, já não seria uma mudança? Por que informar aos que estão dizendo por aí que “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei” (Getúlio Vargas); pois com a descoberta do acontecimento em curso, os envolvidos no caso do Dossiê – Valdebran Padilha, Gedimar Passos, Freud Godoy, Oswaldo Bargas e Jorge Lorenzetti – foram descobertos; o dinheiro foi

apreendido pela Polícia Federal; o candidato à eleição paulista, foi derrotado – mas assumiria cargo como ministro, no segundo mandato do próprio Presidente reeleito; o ministro da saúde seria substituído, o presidente do partido PT, também; b) O presidente parece ser, mas não é defensor de seus assessores-amigos; está mudando o modo de fazer política, mas de forma lenta e gradativa e, com essas mudanças, durante o seu segundo mandato, cumpriu algumas promessas de sua primeira campanha; outras não.

Assim, os atos de fala por meio dos quais o discurso se faz ação de práticas de linguagem onde convivem o velho e o novo: o primeiro para significar a voz social; o segundo para significar propostas de rupturas, ressemantizando o velho e propondo novos modos de produzir sentidos que, em sendo aceitos, se tornam socialmente compartilhados. Os atos de fala por meio dos quais esses significados são propostos: a) prometer = Lula; a) aconselhar = poeta-cantador; c) julgar, depois de ouvir = leitor.

Apresenta-se abaixo, sob a forma de quadro, o esquema-síntese referente ao procedimento de análise.

Esquema da discursivização



Ressalta-se, conforme afirma Derrida (1999: 410), que a compreensão recíproca dos séculos, dos milênios, dos povos, das nações e da complexa unidade da cultura humana, é assegurada pela complexidade dos textos que se distanciam daqueles do “tipo notícias”, produzidos pela imprensa dos tempos modernos. Todos os esforços despendidos por seus produtores somente serão desvelados na grande temporalidade, sendo ela quem atribuirá a esses tipos de textos o valor dos sentidos

que, hoje, eles possibilitam desvelar. As análises sempre costumam escarafunchar o espaço acanhado do passado-presente e o futuro presumido.

3.4 Algumas Considerações

Neste Capítulo, cujo objetivo esteve circunscrito a observações sobre o funcionamento de conteúdos semânticos das formas léxico-gramaticais do idioma português falado pelo brasileiro – tipos: forma livre, semi-livre e presas – quando empregadas em situações de usos efetivos, por falantes reais, têm necessariamente seus significados descristalizados. Para tanto, foi selecionado um corpus – texto “Na Roda do Jacubalê, de Ferreira Gullar – e, a título de exemplificação, foi submetido a procedimentos de leitura, tendo por orientação teorias que possibilitaram focalizar o processamento de informações linguísticas - não linguísticas, por esquemas organizadores e ordenadores de conhecimentos de mundos. Esses conhecimentos, registrados na memória do longo prazo semântica, herdados e ressemantizados, asseguraram que, durante o processamento de informações, eles fossem ativados, de modo a funcionarem para assegurar a produção de inferências, hipótese e de projeções de sentidos.

Assim, pode-se considerar que esse movimento desencadeado pela necessidade de se dizer o novo pelos matizes do velho se reveste de alto grau de complexidade e faz dos textos um lugar único que faculta considerar ser o processo de ressemantização o fundamento e a fundação de novos-outros textos e do discurso, uma polifonia enunciativa organizada no entorno de uma referência tematizada. Essa referência, por meio dessas vozes desloca o produtor-leitor para os tempos de antanho: um passado remoto, cujas pessoas nem sempre são identificadas por um nome próprio, mas mesmo assim, com elas continuamos a dialogar: assim são os provérbios ou palavras frases, ou muitas palavras simples de que nos apropriamos. Entretanto, a enunciação sempre coloca os movimentos de reflexão sob a responsabilidade de uma pessoa: um locutor que coloca em cena as relações entre as instituições de uma sociedade, em uma dada época em que se situam os autores e esses sempre se desdobram nas suas funções de enunciadore. Nessa e por essas mesmas funções, as palavras sempre estiveram e estão entre eles, sendo tecidas, entretecidas e retecidas, de sorte que, os textos sempre trazem inscritos

nos seus enunciados vozes daqueles que os produziram e os produzem e, por elas, o papel de produtor leitor sempre se faz perspectivizado e qualificado como um lugar vazio, mas sempre ocupado por aqueles que se esforçam por ler esses textos.

Nesse sentido, a leitura faz dos textos lugar em que se busca encontrar a renovação das palavras que habitam entre nós, sem impedir que nela também possamos habitar e, nesse sentido, as palavras para contribuir com outras-novas tessituras que os textos facultam a seus leitores. Considerado por essa perspectiva, o texto é sempre um lugar em que os homens se encontraram e se encontram com aqueles que os precederam em diferentes temporalidades e lugares por onde passaram. Assim, pôde-se encontrar no texto analisado, vários indícios desse movimento contínuo e intermitente compreendido e interpretado como lugar em que velhos significados, convivem com novos sentidos e se interpretam-reinterpretam-se uns pelos outros. As palavras frases deixam-se reinterpretar por uma multiplicidade de usos para com elas se poder denominar modelos situacionais locais, pelo modelo de situação referente a contextos globais inscritos nos seus enunciados frasais sob a forma de indícios. A dificuldade está em aprender a transformar esses indícios em signos; razão pela qual elas transitam em todas as línguas para significar os sentidos comuns da vida humana, quando os homens delas se valem para realizar ações sociais que se referem a normas de condutas, modos de agir e de proceder na condição de homens e não de animais.

Nesse sentido, elas expressam relações significativas do longo tempo que preveem a necessidade de se advertir, pedir, prometer, suplicar, orientar, etc., por conseguinte, elas são avaliativas de situações em que o outro se encontra e são usadas para orientá-los sobre os modos como devem proceder, consoante ponte de vista daquele que delas faz uso, quando em situação de interação com ele. A diversidade dessas situações e o uso dessas palavras-frases, sempre estão adequando seus modelos de contexto geral a esses outros de situações locais.

Na corpora, a palavra-frase “ Quem avisa amigo é” , tem os seus significados modalizados por um modelo situacional local em que o enunciador a emprega como aquele que, na condição de amigo, dirige-se ao seu enunciatário, com o propósito que ele compreenda a diferença entre ser e não ser amigo, no mundo povoado por práticas discursivas do discurso político. Para tanto, avalia situação referente aos

modos de agir e proceder, nesse universo, daqueles que ocupam cargos de assessoria do presidente de uma nação: homens que, destituídos de princípios éticos da moral, não asseguram ao presidente que ele exerça o seu papel jurídico de governar em benefício do povo, rompendo com as normas de procedimentos da democracia e com promessas feitas ao povo que o elegeu. É nessa acepção, que as palavras-frases desvelam sentidos por meio dos quais se interpretam a concepção de amigo, de lealdade, de família, de quadrilha, situando o papel social de um presidente compromissado com seus eleitores e não com o partido a que pertence. Os membros do partido, que também são seus amigos, são por ele nomeados, por que no papel de presidente da nação é investido desse poder e, por isso, faz deles seus assessores; contudo sem que eles tenham perfil para o exercício desses cargos. Assim procedendo, vai orientando, ao longo do texto, as causas da corrupção promovida pelos seus próprios “amigos”, o que não permite diferenciá-lo de seus antecessores que ocuparam e exerceram o papel de presidente. Ao se qualificar como amigo – aquele que diz a verdade, por pior que sejam as circunstâncias, orienta o seu interlocutor a exercer seu papel social com lisura e dignidade.

Nesse caso, a flexibilidade dos processos de significação, aponta ser a variação do contexto de usos que impossibilitam que se considere que a função denominativa da palavra-frase uma lexia cristalizada, para além dos limites de sua forma. Como elemento da classe das designações elas se adéquam a variação e variedade de contextos de contextos situacionais, cujo propósito interacional é o qualificar-se como amigo, para dizer “o que precisa ser dito, diretamente, cara a cara “ao amigo” para orientá-lo de modo crítico.

Puderam ser observados diferentes e vários indícios que - analisados, compreendidos e processados como novas informações, têm como sistema de referência não só conhecimentos prévios linguísticos e não linguístico – facultaram considerar estratégias de descristalizações, de que fez uso o produtor-autor. Assim, para que o seu leitor pudesse diferenciar, de modo compreensível, o tema do seu texto, diferencia “gorjeta” de “propina”- essa última associada ao campo da “corrupção”: tema por ele desenvolvido – a primeira, tem o seu significado, pela forma vocabular “jabaculê”; a segunda por “jacubalê”. Para tanto.

- a) substitui a segunda sílaba da palavra “ja**ba**culê” <.=> gorjeta = gratificação pela sua terceira sílaba: “ja**cu**balê” ⇔ propina = corrupção e, assim procedendo,
- b) transferência a significação entre dois campos semânticos, diferenciando os seus significados – um vocábulo equivalendo a dois signos e a duas palavras diferentes; agora dois vocábulos, dois signos duas palavras. Assim procedendo dissocia o campo da gorjeta daquele da corrupção, de modo a precisar, no corpo do seu texto, jacubalê como suborno, corrupção, diferenciando-a de mera troca de favores não remunerados; pois a gorjeta não cria a obrigação, ou o compromisso de pagamento em dinheiro.

Esse mesmo processo é empregado quanto ao tipo de gênero discursivo- textual, ou gênero textual-discursivo:

- c) de reconstrói formas fixas e regulares, herdadas de seus antepassados, e elas dá flexibilidade sem deixar que elas se tornem formas presas e sem permitir que elas não sejam reconhecidas como um tipo de “poesia” construída há séculos, diferenciando-se, quanto à forma, da prosa. Por exemplo: poema heroico: em versos decassílabos – à semelhança das epopeias - de caráter cômico, muitos deles eram cômicos, mas quando interpretados tinham como referência situações trágicas. Aquele analisado: versos irregulares, estrofes irregulares, métrica é ritmo irregular, não são decassílabos. Sua leitura não possibilita interpretá-lo como cômico; mas sim como trágicos, são de caráter narrativo, mas a morte é focalizada quando se perdem aspectos, fragmentos da vida, sem que, efetivamente, se esteja literalmente morto. Nesse sentido, nem mesmo as formas são fixas, pois suas mudanças são quase imperceptíveis, mesmo em se tratando dos gêneros.

- d) outras duas estratégias são inerentes à própria progressão da referência de um texto, quando o tema – a ser mantido da primeira à última linha do texto – vai sendo designado por significados de forma vocabulares conhecidas. Contudo, diferenciados por usos que implicam ouros-novos modos de dizer, outras novas referências, outro modelo situacional de contexto, outros novos intertextos etc., implicados no modo de dizer de mais diferentemente daqueles que o leitor domina. Assim, ao expandir os significados condensados para, em seguida, condensá-los por sentidos indexados ao longo desse processo de expansão-

condensação, o leitor deixa de identificar as outras novas significações, o que o obriga a novas releituras.

As descristalizações são, portanto, resultantes de hábitos de que resultam de procedimentos por meio dos quais as línguas são concebidas como sistemas estáticos, delas excluindo as diferentes e variadas situações, quando seus usuários não são percebidos e interpretados como homens que estão constantemente descobrindo e /ou identificando novas informações, novas ideias, novas coisas nos mundos. Dessa identificação que cria a necessidade de dizer “o novo” pelo uso estratégico de velhas formas vocabulares, ele reinterpreta o velho pelo novo; contudo, esse processo, implicado nos processos de reinterpretação sempre tem o texto como testemunha desses seus atos de criação. Esse procedimento voluntário e discursivo sempre implica na reorganização e velhos significados para denominar e expressar novos sentidos, bem como reordenação das funções morfo-sintático-semânticas das formas vocabulares que condensam significados de palavras às quais elas se referem. Logo, as descristalizações são sempre rupturas por meio das quais velhos significados são identificados como ponto de partida, mas não como ponto de chegada, de outros modos de significar e, para tanto, eles sempre implicam novas-outras formas de dizer.

Posto isso, pode-se considerar que, mesmo em se tratando das formas essas, se consideradas no fluxo do tempo de suas criações e usos, possuem graus de cristalizações dificultam a percepção de suas mudanças; contudo, em se tratando de suas significações as cristalizações se dissolvem, a cada uso, mesmo em se tratando de lexias presas do tipo palavras-frases. Mesmo essas, quando em uso, ganham outras novas possibilidades combinatórias para serem revestidas de outras significações textuais-discursivas, funcionando como designações de novas denominações; nesse caso, o leitor sequer percebe que são palavras referentes a formas compostas.

Considerados os resultados obtidos por essa perspectiva, o objetivo desse capítulo, segundo o pesquisador, foi alcançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomam-se, ao término desta Dissertação, os objetivos específicos, propostos na sua Introdução, foram atingidos de modo a verificar se eles possibilitaram mensurar o objetivo geral: estender os conhecimentos prévios do pesquisador sobre as expressões idiomáticas do vocabulário da língua portuguesa brasileira, de forma a compreender em que medida elas são “próprias de um povo”, ou seja, possibilitam identificar esse povo pela sua formação sócio-cultural-histórica.

Esses objetivos específicos orientaram o desenvolvimento do tema e a organização da pesquisa em três capítulos, de sorte que, no Capítulo I, objetivo esteve voltado para estabelecer a distinção entre as concepções de língua e idioma. Tomaram-se como ponto de referência teórica pressupostos, por meio dos quais foi possível tratar da língua histórica como uma variação e variedade de normas sócio-culturais, dentre as quais, situa-se a língua sistema: uma das dimensões da primeira pelas quais a língua histórica pode ser estudada. A língua sistema foi concebida como aquela que é/pode ser falada por vários povos de variados matizes sócio-histórico-culturais - como é o caso da língua portuguesa que, ao ser interpretada por esses matizes – é idiomatizada pelos matizes da cultura que tanto aproxima o falar do povo brasileiro como o diferencia do falar do povo ibérico.

Pôde-se por essas diferenças pontuar serem os idiomas arquiteturas de uma mesma estrutura, de modo a compreender que a estrutura da língua portuguesa é comum a todos os usuários das mais diferentes nações, onde ela foi implantada como língua oficial; contudo essa estrutura assegura a edificação de diferentes arquiteturas ou idiomas. Considerada como arquitetura própria de cada nação, pode-se postular que os idiomas possibilitam identificar modos de ver e de interpretar os conhecimentos de mundos por categorias culturais que tanto se assemelham como se diferenciam entre si. Por essas diferenças o português brasileiro se diferencia do português ibérico e do africano; mas pela língua estrutura todos esses povos se identificam.

Esse processo idiomatização, já está inscrito no fluxo da complexidade de uma história, levaria a língua portuguesa, falada pelo colonizador já ser diferenciada pelo seu modo de falar do português lusitano. Assim, a idiomatização já podia ser comprovada, antes que essa língua fosse implantada no Brasil, por decreto, no

século XVIII. Assim, pode-se comprovar que a idiomatização tem a sua origem em processos sócio-cultural-históricos e elas decorrem dos processos recíprocos de aculturação entre povos de culturas distintas. Para tanto, fez necessário considerar que as línguas são sistema porosos, poluidores e poluentes.

O Segundo Capítulo teve seu objetivo delimitado a processos de revisões sobre as formas léxico-gramaticais do Idioma português brasileiro, na sua dimensão linguística, quando se privilegiou os processos de formação de palavras e os modelos de organização e ordenação dos significados léxico-gramaticais do vocabulário da língua portuguesa falada no Brasil. Por essa revisão, puderam-se ser pontuadas, pelos resultados de análises realizadas as estratégias que respondem pelos processos de formação das palavras compostas, principalmente aquelas que são ressemantizadas por processos de idiomatização. Pontuam-se, abaixo algumas dessas estratégias:

a) Manutenção do sintagma nominal do enunciado frasal que tem a função de designar um agente genérico da ação verbal enunciada, mas substitui o núcleo do sintagma verbal – “o verbo”: denominador da ação praticada por esse agente, para denominar, mas manter o modelo situacional da palavra-frase analisada, a título de exemplificação. Esse modelo é aquele ao qual se denomina “situação de perigo”, quando se sobe em “galho seco” e fica-se susceptível às quedas, aos deslocamentos do alto para baixo, à mudança de posição de que resultam ferimentos, quebraduras dos pés, o que impede as caminhadas, os deslocamentos, as locomoções. Contudo, o modelo de situação perigosa, para o brasileiro, não são as quedas ou os ferimentos que elas podem causar, mas o fato de ele aprender a identificar as circunstâncias para não se meter em situações onde, caso seja pego, tornará prisioneiro pela mão, enfiando-a em uma armadilha da qual dificilmente se libertará, envolvendo-se em confusões. Observado por aquele que fez a armadilha, sempre posicionado em lugar oculto, torna-se ele mesmo alimento a ser consumido pelo outro para saciar a sua fome biológica, de diferentes ordens de poder, depois de ser por ele morto. Nesse contexto, não lhe é dado sequer o direito de se defender sobre o porquê colocou a sua mão na cumbuca = agiu com imaturidade, inexperiência, curiosidade; não soube diferenciar as situações armadas para ludibriá-lo. Dessa forma, mantém-se a integridade dos significados da palavra-frase, herdada como o modelo de organização e ordenação sintático-semântica por meio

do qual o enunciado foi construído, e expande a sua significação pelo acréscimo de uma nova frase cujos sentidos têm a adversidade como ancoragem. Reafirma-se a veracidade dos significados do primeiro enunciado, mas adverte-se àqueles que dela fizeram ou fazem uso que, dependendo do modelo de situação e/ou das circunstâncias, o grau de veracidade dos conhecimentos asseverados, pode não ser verídico, na sua totalidade, ou implicar quebras quanto às normas de cortesia;

b) manutenção do enunciado frasal da palavra-frase na sua completude tal como aquele herdado de seus antepassados, povoado ou habitado por vozes universais; contudo a elas acrescenta aquela produzida pelo coral de um canto particular que não distoa das primeiras, pois delas não discorda; apenas relativiza a tonalidade das vozes universais, por aquelas particulares: a do povo brasileiro. Assim, não se pode negar, por exemplo, que “Galinha velha é que dá bom caldo”; mas também não se pode negar a significação do enunciado complementar: “mas é franga nova que faz galo velho cantar”. Ambos os enunciados são concebidos como verdadeiros, mas as situações em que se saboreiam uma boa sopa não equivalem àquela em que os galhos velhos cantam; tampouco, o lugar onde essas ações se realizam.

Por conseguinte, as estratégias de substituição e de complementação asseguram a reinterpretação desses provérbios pelos brasileiros, tendo por marco os matizes sócio-cultural-históricos, esses não lhes facultam subverter o que lhes foi dado como herança. Contudo, ele reinterpreta essas heranças e, ao fazê-lo, registra no seu vocabulário suas diferenças quanto aos modos de significar os universos dos mundos, inscrevendo essas diferenças nos usos das mesmas formas vocabulares por meio das quais o português ibérico registra as suas. Tais registros possibilitaram considerar que esses modos de significar não se equivalem, mas, por eles, os portugueses ibéricos, ao identificarem os nossos, nas diferenças dos seus próprios modos de significar, também sabem ser diferentes, embora semelhantes a nós. Os processos de idiomatização, portanto, não se reduzem a tipos de lexias, pois eles são extensivos a quaisquer tipos delas. Posto isso, pode-se considerar que a pesquisa possibilitou resultados que facultaram a identificação de propriedades linguísticas pelas quais uma mesma língua se faz idioma.

O objetivo do Capítulo III voltou-se para o tratamento das denominações léxico-gramaticais quanto aos processos referentes a “cristalizações-descristalizações”, ou seja, em situações de usos reais. O tema foi desenvolvido, considerando os

processos de produção de sentidos, privilegiando-se as práticas de leitura. Puderam ser observados diferentes e vários indícios que - analisados, compreendidos e processados como novas informações, têm como sistema de referência não só conhecimentos prévios linguísticos e não linguístico – facultaram considerar estratégias de descristalizações, de que fez uso o produtor-autor. Assim, para que o seu leitor pudesse diferenciar, de modo compreensível, o tema do seu texto, diferencia “gorjeta” de “propina”- essa última associada ao campo da “corrupção”: tema por ele desenvolvido – a primeira, tem o seu significado, pela forma vocabular “jabacule”; a segunda por “jacubalê”.

Para tanto:

a) substitui a segunda sílaba da palavra “jabaculê” <.=> gorjeta = gratificação pela sua terceira sílaba: “jacubalê” ⇔ propina = corrupção e, assim procedendo,

b) transferência a significação entre dois campos semânticos, diferenciando os seus significados – um vocábulo equivalendo a dois signos e a duas palavras diferentes; agora dois vocábulos, dois signos duas palavras. Assim procedendo dissocia o campo da gorjeta daquele da corrupção, de modo a precisar, no corpo do seu texto, jacubalê como suborno, corrupção, diferenciando-a de mera troca de favores não remunerados; pois a gorjeta não cria a obrigação, ou o compromisso de pagamento em dinheiro.

Esse mesmo processo é empregado quanto ao tipo de gênero discursivo- textual, ou gênero textual-discursivo:

c) de reconstrói formas fixas e regulares, herdadas de seus antepassados, e elas dá flexibilidade sem deixar que elas se tornem formas presas e sem permitir que elas não sejam reconhecidas como um tipo de “poesia” construída há séculos, diferenciando-se, quanto à forma, da prosa. Por exemplo: poema heroico: em versos decassílabos – à semelhança das epopeias - de caráter cômico, muitos deles eram cômicos, mas quando interpretados tinham como referência situações trágicas. Aquele analisado: versos irregulares, estrofes irregulares, métrica é ritmo irregular, não são decassílabos. Sua leitura não possibilita interpretá-lo como cômico; mas sim como trágicos, são de caráter narrativo, mas a morte é focalizada quando se perde aspectos, fragmentos da vida, sem que, efetivamente, se esteja literalmente morto.

Nesse sentido, nem mesmo as formas são fixas, pois suas mudanças são quase imperceptíveis, mesmo em se tratando dos gêneros.

d) outras duas estratégias são inerentes à própria progressão da referência de um texto, quando o tema – a ser mantido da primeira à última linha do texto – vai sendo designado por significados de forma vocabulares conhecidas. Contudo, diferenciados por usos que implicam outros-novos modos de dizer, outras novas referências, outro modelo situacional de contexto, outros novos intertextos etc., implicados no modo de dizer de mais diferentemente daqueles que o leitor domina. Assim, ao expandir os significados condensados para, em seguida, condensá-los por sentidos indexados ao longo desse processo de expansão-condensação, o leitor deixa de identificar as outras novas significações, o que o obriga a novas releituras.

As descristalizações são, portanto, resultantes de hábitos de que resultam de procedimentos por meio dos quais as línguas são concebidas como sistemas estáticos, delas excluindo as diferentes e variadas situações, quando seus usuários não são percebidos e interpretados como homens que estão constantemente descobrindo e /ou identificando novas informações, novas idéias, novas coisas nos mundos. Dessa identificação que cria a necessidade de dizer “o novo” pelo uso estratégico de velhas formas vocabulares, ele reinterpreta o velho pelo novo; contudo, esse processo, implicado nos processos de reinterpretação sempre tem o texto como testemunha desses seus atos de criação. Esse procedimento voluntário e discursivo sempre implica na reorganização e velhos significados para denominar e expressar novos sentidos, bem como reordenação das funções morfo-sintático-semânticas das formas vocabulares que condensam significados de palavras às quais elas se referem. Logo, as descristalizações são sempre rupturas por meio das quais velhos significados são identificados como ponto de partida, mas não como ponto de chegada, de outros modos de significar e, para tanto, eles sempre implicam novas-outras formas de dizer.

Isso posto, pode-se considerar que, mesmo em se tratando das formas essas, se consideradas no fluxo do tempo de suas criações e usos, possuem graus de cristalizações dificultam a percepção de suas mudanças; contudo, em se tratando de suas significações as cristalizações se dissolvem, a cada uso, mesmo em se

tratando de lexias presas do tipo palavras-frases. Mesmo essas, quando em uso, ganham outras novas possibilidades combinatórias para serem revestidas de outras significações textuais-discursivas, funcionando como designações de novas denominações; nesse caso, o leitor sequer percebe que são palavras referentes a formas compostas.

Considerados os resultados obtidos por essa perspectiva, também o objetivo desse capítulo, segundo o pesquisador, foi alcançado. Nesse sentido, o objetivo geral a que se propôs alcançar o pesquisador foi realizado,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Adriano Dias de. **A metáfora no discurso das ciências**. Recife, PE. Universidade Federal de Pernambuco. 2010.
- ASSIS, Machado, **Seus trinta melhores contos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Dicionário analógico da língua portuguesa: ideias afins**. Rio de Janeiro: Lexikon. 2010.
- BACEGA. **Palavra e Discurso: História e Literatura**. São Paulo: Ática Editora, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna. 2004.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística geral**. 4.ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BRETON, Philippe. **A Manipulação da Palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- CÂMARA Junior, Joaquim Mattoso. **Contribuição à estilística portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- CÂMARA CASCUDO, Luís. **Locuções tradicionais do Brasil**. São Paulo: Global, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CIRLOT, Juan Eduardo. **Dicionário de símbolos**. Tradução de Rubens Carlos Ferreira Frias. São Paulo: Centauro, 2005.
- CORAMINAS, Joan. **Diccionario Crítico Etimológico Castellano y Hispánico**. Madrid: Gredos, 1992.
- COSERIU, Eugenio. **Lições de lingüística geral**. Tradução: Prof. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A. 1980.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- ELIA, Sílvio. **A língua portuguesa no mundo**. 2. ed. São Paulo, Ática, 2000.
- _____. **Sociolinguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: UFF, 1987.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **A democracia no limiar do século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil**: uma antinomia entre normas morais e prática social. Opinião pública, Campinas, v.15, n.2, nov. 2009.

FISHER, Luís augusto. **Dicionário de palavras & expressões estrangeiras**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

GALHOZ, Maria Aliete. Algumas Reflexões Paralelas às “Locuções Tradicionais no Brasil”, de Luís da Câmara Cascudo”. **Revista Lusitana**. Instituto Nacional de Investigação Científica Nº 5. 1984-85. pp. 161-8.

GOMES, Marcelo Bolshaw. **A imagem Pública de Lula e Eleições Presidenciais Brasileiras** (1989/2002). Trabalho apresentado no I Congresso da COMPOL (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política), Salvador, UFBA, 2006. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-bolshaw-lula.pdf> Acesso jan 2012.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

HANANIA, Aínda. **Oriente e Ocidente: Sentenças de Sabedoria dos Antigos**,.São Paulo, DLO-FFLCHUSP/EDIX, 1994.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett L. **Antropologia cultural e social**. São Paulo: Cultrix, 1984.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOCH, I. V. K. e WIESER, Hans Peter (Org.) **Linguística Textual**: perspectivas alemãs. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A, 2009.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Editora Ática. 1994.

LARA, Luís Fernando. **Curso de Lexicologia**. México, DF.: El Colégio de México, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1995.

_____. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis, R.J: Vozes, 2009.

LUCAS, Fábio. **Expressões da identidade brasileira**. São Paulo. Educ: 2002.

LUFT, Celso. **Ensino e Aprendizado da Língua Materna**. São Paulo: Editora Globo, 2007.

LURKER, Manfred. **Dicionário de simbologia**. Tradução Mario Krauss, Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTÍNEZ, Inmaculada Penadéz. **La enseñanza de las unidades fraseológicas**. Madrid,1999.

MATTOSO, José. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda, 1980.

MELO, Gladstone Chaves de. **Origem, Formação e Aspectos da Cultura Brasileira**. Editora Centro do Livro Brasileiro, 1974.

MELLO, Mário Vieira de. **O conceito de uma educação da cultura:** com referência ao esteticismo e a criação de um espírito ético no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

MELLO, Nelson Cunha. **Conversando é que a gente se entende:** dicionário de expressões coloquiais brasileiras. São Paulo: Leya, 2009.

MIORANZA, Ciro. **Dicionário de língua morta:** a origem das máximas e expressões em latim. Christa Pöppelmann; tradução e adaptação Ciro Miranza. São Paulo. Escala, 2010.

MORIN, Edgar. O desafio humano da comunicação. In: **Edgar Morin: ética, cultura e educação** (Orgs) PENA-VEIGA, Alfredo et al. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Os complexos imaginários (projeção-identificação- transferência). In: **Edgar Morin: ética, cultura e educação** (Orgs) PENA-VEIGA, Alfredo et al. São Paulo: Cortez, 2001.

NOGUEIRA SANTOS, A. **Novos Dicionários de expressões idiomáticas.** Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento** - As formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORTÍZ ALVAREZ, Maria Luisa. **Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba:** Estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira. Campinas, SP. UNICAMP. 2000.

PEREIRA, Dulce. **Crioulos de Base Portuguesa.** Lisboa/Portugal: Editorial Caminho S.A. 2006.

PEREIRA, Marco Aurélio. **Quintiliano Gramático:** o papel do mestre de Gramática na Institutio oratoria. USP: Humanitas, 2000.

PINTO, Ciza Alves. **Livro dos provérbios, ditados, ditos populares e anexins.** Editora SENAC. São Paulo, 2003.

POTTIER, Bernard. **Grammaire de l'espagnol.** Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e sentido do Brasil. Companhia das Letras. São Paulo. 2005.

_____. **As Américas e a Civilização:** processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos ameríndios. São Paulo, companhia das Letras. 2007.

ROCHA, Rafael Ale. Os Oficiais Índios na Amazônia Pombalina: Sociedade Hierarquia e Resistência (1751-1798). **Dissertação de Mestrado:** Universidade Estadual Fluminense, 2009.

ROCHA, Regina. **A enunciação dos provérbios:** descrições em francês e português. São Paulo: Annablume, 1995.

RODRIGUEZ, Vitor Gabriel. **Argumentação jurídica:** técnicas de persuasão lógica informal. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Tempo, Duração e Civilização**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Orgs. Charles Bally, Albert Sechehaje; colab. Albert Riedleinger; trads. Antônio Chelili, José Paulo Paes, Isidor Blickstein. São Paulo. Cultrix. 2006.

SCHAEFER, Sérgio. **A escrita e a superação do senso comum**, in: Trama e Texto: leitura crítica e criativa: org. Lucídio Bianchetti. São Paulo: Plexus Edit.Ltda., 1996.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo Editora Hedra, 2010.

SOUZA, Marcus Valério Guimarães de Souza. **Conceito Jurídico de Contrato; o Pacto e a Convenção**: Distinções Semântico-Conceituais. Disponível em: <http://www.jus.com.br/doutrina/penaalt1.html> Acesso em nov 2011.

TAGNIN Stella E. O. **O jeito que a gente diz**: expressões convencionais e idiomáticas. São Paulo. Dissal. 2005.

TAVARES, Hênio U. da Cunha. **Teoria Literária**. Belo Horizonte/MG.: Editora Itatiaia Ltda., 1978.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TOGNOLLI, Cláudio Julio. **A Sociedade dos chavões**: presença e função do lugar-comum na comunicação. São Paulo: Escrituras Editora, 2001. – (Coleção ensaios transversais).

TURAZZA, Jeni & CORRÊA, Lêda. A problemática dos grupos fraseológicos na construção de dicionários de equivalência. In: BASTOS, Neusa Barbosa. **Língua Portuguesa**: lusofonia-memória e diversidade cultural. São Paulo: EDUC, 2008, p. 275-285.

TURAZZA, Jeni silva. **Léxico e criatividade**. Annablume: São Paulo, 2005.

Van DIJK, Teunis Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. Tradução Ingedore Villaça Koch. São Paulo: Contexto, 1992.

WANDRUSZKA, Mario. **Interlinguística**: esbozo para uma nueva ciencia Del language. Gráficas Condor, S. A. Madrid. 1980.

XATARA, Cláudia Maria. **As Expressões idiomáticas de Matriz Comparativa**. Dissertação de mestrado. Araraquara/São Paulo, 1984.

APÊNDICE 1

Idioma: PORTUGUÊS IBÉRICO	
MACACO VELHO NÃO SOBE EM GALHO SECO Macaco velho = aquele que <u>sabe</u> por experiências vivenciadas; logo, <u>[vivenciou ou presenciou outros viverem situações causadas por quedas de galhos secos]</u> ■ diferenciar um galho verde de um seco: o primeiro, provido de seiva não se quebra com facilidade; [equivalência: tempo da juventude X tempo da velhice = mudança de estado dos animais jovens em animais velhos = Envelhecer] ■ galho verde: forte, resistente e, por isso, sustenta o peso do seu corpo no alto das árvores, onde ele pula de um galho para outros; ■ galho seco: frágil, com baixo grau de resistência e, por isso, quebra-se com facilidade, visto ser ele desprovido da força da vida, de vitalidade, energia = perda do poder de sustentar o peso do corpo do macaco, dando origem à sua queda do alto, do topo das árvores: lugar em que eles vivem. ■ a queda dá origem a ferimentos, fraturas, hematomas, dores que podem implicar quebra de ossos de que resultam perda de mobilidade, dificuldades para se deslocar, aleijões ou mesmo a morte. LOGO: 1) <u>macaco velho por saber que precisa</u> observar os galhos = os caminhos que ficam acima do chão, por onde ele se desloca aos pulos, sem correr o risco de cair e sofrer perdas referentes à sua integridade físico-psíquica de que resultam mudanças da sua posição no mundo da vida social; 2) representa, em língua, quando usada em atividades de fala: um conselho, uma advertência para aqueles que, em sendo jovens, tendo pouca experiência, acreditam que poderão pular sobre galhos secos.	DEFINIÇÕES: DICIONÁRIO DE LÍNGUA Galho seco = aquele que, desprovido de seiva, ressequido, requeimado pelo calor, quebra-se com facilidade. Seiva = vitalidade, vigor energia; substância que assegura a vida biopsíquica. Queda = ruína, perda de influência e de poder; perdição moral; passagem da opulência e felicidade para pobreza e desgraça. Queda, cair = perder o equilíbrio físico, sócio-econômico, ético ou moral = ruína da vida social = perda de prestígio, de respeito, de poder. Obs. relação semântica = deslocamento accidental, não previsto, entre três Lugares: a) de onde = lugar alto; b) por onde: aquele que se situa entre o alto e o baixo, por onde o corpo passa sem qualquer apoio; c) para onde = lugar baixo, aquele aonde se chega: o solo, o chão. Galho verde está para a seiva da vida ASSIM COMO galho verde está a perda da seiva da seiva da vida. Macaco velho está para homem ASSIM COMO galho verde está para o jovem e o seco para o velho.

Idioma: PORTUGUÊS DO BRASIL	
MACACO VELHO NÃO METE A MÃO EM CUMBUCA (Expor-se ao perigo, envolver-se com o que não deve) Macaco velho = aquele que <u>sabe</u> por experiências vivenciadas: ■ diferenciar o fruto da sapucaia conhecido e consumido pelo macaco, da cabaça – não comestível - mas usada como armadilha feita pelos homens, para poder pegar macacos que, ao enfiarem a mão dentro delas, ficam com elas presas: ■ os homens colocam iscas dentro das cabaças para enganarem os macacos que acreditam serem as nozes dos cocos produzidos pé de Sapucaí (uma árvore) diferentes das sementes da cabaça, produzidos por uma trepadeira. Mas os macacos jovens não estabelecem diferenças entre uns e outros; ■ ignoram que a tampa do coco da Sapucaí se abre naturalmente, quando as castanhas amadurecem; as da cabaça precisam ser cortadas pelo homem; logo a tampa é fabricada por ele e, colocada a mão dentro delas, se abertas, ela não se solta; a não ser que voltem a ser fechadas; ■ CONTUDO, a cabaça tem a forma de um vaso bojudo com gargalo estreito e, para pegar as sua sementes, no fundo do seu bojo, ela possibilita que o macaco, se “abrir a mão” poderá retirá-la de dentro da cabaça; contudo, deverá deixar para trás as iscas; razão por que, tenta soltar a mão , mas com as iscas fechadas entre os dedos e a palma da mão, o que é impossível; ■ com a mão presa, ele não consegue se deslocar com segurança entre os galhos das árvores da floresta, aos pulos e neles se segurando com as duas mãos; torna-se presa fácil de seus caçadores; ■ já os macacos mais experientes descobrem	Definições Dicionário e Enciclopédia Cumbuca = 1) vasilha feita com a casa do fruto das cuieiras (= chamada em algumas regiões brasileiras de cuitê ou cuité, cabaça-amargosa, cabeça-de-romeiro, cabaça-purunga, cabaço-amargoso, cocombro, cuia e taquera. Usada especialmente pelos índios e caboclos: cuia, cumbuca; 2) <u>Armadilha para apanhar macacos preparada com essa mesma casa, construída de cabaça em que se faz pequena abertura na sua parte superior para se colocar isca na sua parte funda e larga; assim, o animal, ao enfiar a mão para agarrá-las, não pode, com a mão fechada, soltar-se.</u> Seu uso foi assimilado pelos: a) colonizadores <u>espanhóis</u>. Era usada como recipiente para <u>água</u> e <u>alimentos</u>, também como <u>vaso</u>. Na região do Minho, a palavra é usada para designar “abóbora”; b) pelos africanos e descendentes, entre outros usos, para fazer um <u>berimbau</u>. <u>Mas, a cumbuca, neste caso, é o fruto da sapucaia:</u> árvore nativa da floresta e cerrado brasileiro, segundo Pero de Magalhães Gândavo (História da Província de Santa Cruz, 1576: in: Ferri, M. G. A Botânica no Brasil In: AZEVEDO, F. (organizador) As ciências no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, vol. II, p.174-231,1994). Descrição da sapucaia (que ele chamou zabucáes), da qual diz ser mais uma árvore muito alta e com frutos grandes como cocos, muito duros e tendo no interior umas como castanhas, muito doces e saborosas: a extremidade inferior, <u>fechada por uma tampa, parece obra humana</u>”. Quando essas castanhas estão maduras, <u>a tampa do fruto se solta e elas caem, uma a uma</u> enumerou uma série de animais e aves que aqui passou a conhecer, tais como o bicho-preguiça, (<i>Bradypus tridactylus</i>) o quati (<i>Nasua</i>

que ao abrir a mão podem retirá-la de dentro da cabaça; mas não voltam a repetir o experimento e passam a arremessá-la com força ao chão ao invés de enfiar a mão dentro;

■ **LOGO:** 1) macaco velho por saber que precisaria diferenciar o coco que aprisiona e dele faz alimento do homem e aquele o que alimenta; 2) mas, não sabe diferenciá-los, por isso não põe a mão dentro de nenhuma das duas cumbucas para não ser ludibriado pelo seu caçador; quebra todos eles arremessando-os com força ao chão; 3) não corre o risco de ter a mão presa, o que implica em impossibilidade de movimento, de rapidez para uma fuga ou para se movimentar com agilidade sobre os galhos, bem como poder passar de um para outro.

nasua) o moleiro,(Amazona farinosa) a arara-canindé, (Araararauna) etc.

Sapucaí: tipo de castanha comestível com polpa de sabor semelhante em cor e paladar ao do mamão, porém com muitos caroços. Suas sementes ricas em óleo servem para a fabricação de uma pomada medicinal utilizada para combater piolhos e doenças da pele, entre elas as de origem herpética.

Obs. relação semântica: contedor (o coco) □ conteúdo: as castanhas

ANEXO A¹²

Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

¹² Disponível em http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf Acesso abril 2012. Mantida ortografia original.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões

unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas que, sem dúvida, existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002.